

DIREITO CONSTITUCIONAL

MAPAS MENTAIS PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Seja muito bem-vindo!

Obrigada por adquirir os Mapas da Lulu 3.0! Tenho certeza de que esse material fará toda a diferença em seus estudos e será um atalho para a sua tão sonhada aprovação!

Para quem ainda não me conhece, meu nome é Laura Amorim (@lulu.concurseira), tenho 28 anos, e, após pouco mais de um ano e meio de estudos, fui aprovada em quatro concursos públicos: Auditor Fiscal do Estado de Santa Catarina (7º lugar), Auditor Fiscal do Estado de Goiás (23º lugar), Consultor Legislativo (4º lugar) e Agente da Polícia Federal (primeira fase), tendo superado uma concorrência de mais de mil candidatos por vaga!

Aprendi que a revisão, muitas vezes ignorada, é a parte mais importante (e essencial!) do aprendizado! Após testar vários métodos, percebi que os meus mapas mentais são, com toda certeza, os melhores instrumentos de estudo e revisão. Ao longo da minha preparação, fiz e utilizei mais de 700 mapas mentais, desenvolvendo e aperfeiçoando um método próprio de sua construção até chegar aos Mapas da Lulu 3.0, aos quais você terá acesso a partir de agora:

Os Mapas da Lulu 3.0 visam, sobretudo, otimizar suas revisões e aumentar seu número de acertos de questões, te ajudando a chegar mais rápido à aprovação! Após resolver mais de 14.700 questões de concursos públicos nos últimos dois anos, percebi quais são os assuntos mais cobrados pelas bancas e suas principais pegadinhas, e todo esse conhecimento foi incorporado em meus mapas para que você, que confia no meu trabalho, possa sair na frente dos seus concorrentes!

Ah, e se você não quiser perder minhas dicas de estudos e motivação diárias, inscreva-se no meu canal do Youtube: Lulu Concurseira e no meu Instagram: @lulu.concurseira. Já somos uma comunidade de mais de 220 mil concurseiros em busca do mesmo sonho: a aprovação!



Um beijo,
Laura Amorim
@laura.amorimc



PIRATARIA É CRIME

ATENÇÃO:

Este produto é para uso pessoal. Não compartilhe o seu material.

Pessoal, os Mapas da lulu são resultado de mais de dois anos de dedicação aos estudos. Ainda hoje, reservo boa parte do meu dia para produzir conteúdo, responder dúvidas, aconselhar e dar dicas sobre concursos públicos gratuitamente por meio dos meus perfis no Instagram (@laura.amorimc e @mapasdalu) e no Youtube (Laura Amorim).

Nunca tive a pretensão de ganhar muito dinheiro com a venda desse material, até mesmo porque prestei concurso público para, dentre outros motivos, alcançar a estabilidade e segurança financeira que queria.

Mas preciso cobrir meus custos com site, servidores, distribuição, design e também minhas horas de trabalho empregadas, debruçada sobre a escrivaninha, dores nas costas, cansaço físico e mental.

São mais de 1.600 Mapas Mentais, com tempo médio de uma hora e meia para elaboração de cada um deles. Recebo menos de 50 centavos por hora trabalhada, para poder contribuir para sua aprovação.

Em razão disso, já agradecida pelo carinho e compreensão de todos, peço que **NÃO COMPARTILHE O MATERIAL** por nenhum meio (sites, e-mail, grupos de WhatsApp ou Facebook...). Se você vir qualquer compartilhamento suspeito, peço que denuncie essa fonte ilegal, por favor e também me envie no contato@mapasdalu.com.br. **Pirataria é crime** e pode resultar penas de até **QUATRO** anos de prisão, além de multa (art. 184, CP).

O compartilhamento do material pelo aluno importará em seu bloqueio imediato.

Agradeço a todos pelo enorme carinho e respeito. Espero que aproveitem muito os Mapas da lulu.

Um beijo,
Laura Amorim

ÍNDICE

1. DIREITO CONSTITUCIONAL

1.1 Constitucionalismo	07
1.2 Poder Constituinte	08
1.3 Sentidos, Elementos e Classificação das Constituições	09
1.4 Interpretação Constitucional	15
1.5 Hierarquia das Normas	17
1.6 Aplicabilidade das Normas Constitucionais	18
1.7 Princípios Fundamentais	19
1.8 Teoria Geral dos Direitos Fundamentais	23
1.9 Direitos e Garantias Individuais	36
1.10 Direitos Sociais	42
1.11 Nacionalidade	48
1.12 Direitos Políticos e Partidos Políticos	50
1.13 Organização Político-administrativa	54
1.14 Repartição de Competências	57
1.15 Intervenção	59
1.16 Poder Executivo	61

ÍNDICE

1. DIREITO CONSTITUCIONAL

1.17 Poder Legislativo	64
1.18 Fiscalização e Controle (TC's)	71
1.19 Poder Judiciário - Aspectos Gerais	73
1.20 Supremo Tribunal Federal	80
1.21 Superior Tribunal de Justiça	85
1.22 Justiça Federal, Estadual, do Trabalho, Eleitoral e Militar	89
1.23 Funções Essenciais à Justiça	95
1.24 Administração Pública	102
1.25 Processo Legislativo	112
1.26 Reforma da Constituição	115
1.27 Controle de Constitucionalidade	117
1.28 Finanças Públicas e Orçamento	134
1.29 Estados de Defesa e de Sítio	149
1.30 Segurança Pública	151
1.31 Sistema Tributário Nacional	152
1.32 Seguridade Social	169

ÍNDICE

1. DIREITO CONSTITUCIONAL

1.33 Meio Ambiente	170
1.34 Educação	171
1.35 Cultura	172
1.36 Desporto	173
1.37 Família, criança, adolescente, jovem e idoso	174
1.38 Ciência, tecnologia e inovação	175
1.39 Comunicação Social	176
1.40 Índios	177
1.41 Ordem Econômica	178
1.42 Política Urbana	179
1.43 Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária	180
1.44 Previsões da EC 109/21	181

CONSTITUCIONALISMO

SENTIDOS DE CONSTITUCIONALISMO

1. Movimento político-social visando limitar a atuação estatal (normalmente usado pelas bancas)
2. Imposição da adoção de **cartas** constitucionais escritas
3. **Função** e **posição** das constituições
4. **Evolução** histórico-constitucional de um estado

CONSTITUCIONALISMO ANTIGO

- Originado na **antiguidade clássica** (povo hebreu)
- = Necessidade de **limitar o poder** do estado
Garantindo a liberdade dos indivíduos perante o estado

CONSTITUCIONALISMO MODERNO

- Viés **liberal**
- Canotilho: o constitucionalismo é uma técnica específica de limitação do poder **com fins garantísticos**
- Constituição dos EUA (1787) e Constituição da França (1791)

NEOCONSTITUCIONALISMO

ou constitucionalismo contemporâneo

- Fundamento = dignidade da pessoa humana
- Surgido após a **2ª guerra** mundial em resposta às atrocidades
- Agora também preveem:
 - **Valores**
 - Opções políticas **gerais**: redução das desigualdades sociais
 - Opções políticas **específicas**: promoção da educação e saúde
- Marcos importantes:
 - **Histórico**: estado constitucional de direito
 - **Filosófico**: pós-positivismo
 - **Teórico**:
 - Força normativa da constituição
 - Expansão da jurisdição constitucional
 - Nova dogmática da interpretação constitucional

ASPECTOS GERAIS

- = Aquele que **cria a constituição**
- Aplica-se apenas aos estados com constituição
 - Escrita e Rígida
- Titularidade = do **povo**
(ainda quando seu exercício não seja democrático)

TIPOS:

- Poder constituinte **originário**
- Poder constituinte **derivado**
 - Decorrente
 - Reformador

PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO

- É o poder de criar uma nova constituição

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS



DECORE!

1. Político: é um poder de fato (Anterior ao direito)
2. Inicial: dá início a uma nova ordem jurídica
3. Incondicionado: não se sujeita a qualquer forma/procedimento predeterminado
4. Permanente: pode manifestar-se a qualquer tempo
(não se esgota com a elaboração da constituição)
5. Ilimitado juridicamente; não se submete a limites do direito anterior
 Não há possibilidade do direito anterior invocar **direito adquirido**
6. Autônomo: tem liberdade para definir o conteúdo da constituição

PODER CONSTITUINTE

PODER CONSTITUINTE DERIVADO

- É o poder de **modificar** a Constituição Federal (derivado **reformador**)
 - + Elaborar as constituições **estaduais** (derivado **decorrente**)
- É **fruto** do poder constituinte originário
 - = Previsto na própria constituição

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS



DECORE!

1. Jurídico: regulado pela Constituição vigente
2. Derivado: fruto do poder constituinte originário
3. Limitado/subordinado: é limitado pela Constituição vigente → deve respeitá-la!
4. Condicionado: seu exercício e procedimentos são regulados pela Constituição vigente

SENTIDO SOCIOLOGICO

- Pensador → Ferdinand Lassalle
- Constituição = **fato social**
 - Constituição **real** → soma de fatores reais de poder da sociedade
- forças
 - Econômicas
 - Sociais
 - Políticas
 - Religiosas
- Constituição **escrita** (jurídica) → reúne em um texto os fatores reais de poder (= mera folha de papel)
- Situação → Constituição ideal → Constituição real = escrita
 - Se **diferentes**, prevalece a Constituição real

Todo e qualquer estado sempre teve e sempre terá uma **Constituição real** (ainda que não haja Constituição escrita)

SENTIDO POLÍTICO

- Pensador → Carl Schmitt
- Constituição = decisão **política** fundamental
 - = fruto da vontade do **povo** (Titular do poder constituinte)
- Para ele, **não importa** se a Constituição corresponde ou não aos fatores reais do poder

Constituição → matérias de grande relevância jurídica (ex: organização do estado)

Leis constitucionais → só participam **formalmente** da constituição, mas tratam de assuntos de menor importância

SENTIDO JURÍDICO

- Pensador → Hans Kelsen
- Constituição → norma jurídica pura
 - Organiza e estrutura o poder político
 - Limita a atuação estatal
 - Estabelece direitos e garantias individuais

SENTIDOS:

- **Lógico-jurídico** → a Constituição é norma hipotética fundamental (imaginada) ordem de obediência à Constituição escrita
- **Jurídico-positivo** → a Constituição é norma positiva suprema: regulamenta todas as outras

CONSTITUIÇÃO

= SENTIDOS =

SENTIDO CULTURAL

- Pensador → Meirelles Teixeira
- Direito → objeto cultural
 - Não é:
 - Real
 - Ideal
 - Puro valor
- **Constituição total** → condicionada pela cultura e também condiciona
 - Concepção que abrange todas as outras

CONSTITUIÇÃO

= ESTRUTURA E ELEMENTOS =

ESTRUTURA DA CONSTITUIÇÃO



Define as **intenções** do legislador e orienta sua **interpretação**

- Não é norma constitucional
- Não tem força normativa e nem caráter vinculante
- Não é de reprodução obrigatória pelas constituições estaduais

Texto constitucional
propriamente dito
("corpo permanente")

PREÂMBULO

PARTE DOGMÁTICA

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS



- Para integrar a antiga ordem jurídica à nova (segurança jurídica)
- São formalmente constitucionais
 - Pode ser reformada
 - Pode ser parâmetro de controle de constitucionalidade

ELEMENTOS DA CONSTITUIÇÃO

1. **Elementos orgânicos:** regulam a estrutura do estado e do poder
2. **Elementos limitativos:** limitam a atuação estatal (direitos e garantias fundamentais) (direitos sociais não!)
3. **Elementos socioideológicos:** compromisso com o bem-estar social (estado social intervencionista e prestacionista)
4. **Elementos de estabilização constitucional:** normas para solução de conflitos constitucionais

+ defesa da
Constituição
Estado
Instituições democráticas

 Ex.: ação de inconstitucionalidade, intervenção...

5. **Elementos formais de aplicabilidade:** regras de aplicação da constituição
 Ex.: preâmbulo ADCT...

QUANTO À ORIGEM

OUTORGADA:

- Impostas (sem a participação popular)
- Por **ato unilateral** de vontade de Classe ou Pessoa dominante no sentido de limitar seu próprio poder

DEMOCRÁTICA:

(= promulgada)

- Nascem com a **participação popular** (normalmente através de uma assembleia nacional constituinte)

CESARISTA:

(= bonapartista)

- São **outorgadas**, mas exigem **referendo popular** (ratificação) (mas não há participação popular)

DUALISTA:

(= pactuada)

- Compromisso instável entre duas **forças antagônicas**:

Monarquia x Burguesia
(formam as monarquias constitucionais)

CONSTITUIÇÃO

= CLASSIFICAÇÃO =

QUANTO À FORMA

ESCRITA:

- Elaborada por um **órgão constituinte** e sistematizada em um documento solene
 - **Codificada**: normas em um único texto (= unitária)
 - **Legal**: normas espalhadas em vários documentos solenes (= variada)

NAO-ESCRITA

(= costumeira/consuetudinária)

- Normas em **várias fontes**:
 - Leis
 - Costumes
 - Jurisprudência
 - Acordos...
- Não há um órgão especializado
- Possui também normas escritas

QUANTO AO MODO DE ELABORAÇÃO

DOGMÁTICA:

(= sistemática)

- Escrita e elaborada por um **órgão** constituído para essa finalidade em um **momento**
- **Ortodoxa**: reflete uma só ideologia
- **Heterodoxa**: reflete diversas ideologias (ecléticas)

HISTÓRICA:

(= costumeiras)

- Não escritas
- Criadas lenta e gradualmente com a **tradição** (= valores históricos consolidados)

QUANTO À ESTABILIDADE

IMUTÁVEL:

- Seu texto **não** pode ser modificado
- Pretensão de ser **eterna**

SUPER-RÍGIDA:

- Há um **núcleo imutável** (cláusulas pétreas)
- Demais normas → alteráveis por processo Legislativo mais difícil

RÍGIDA:

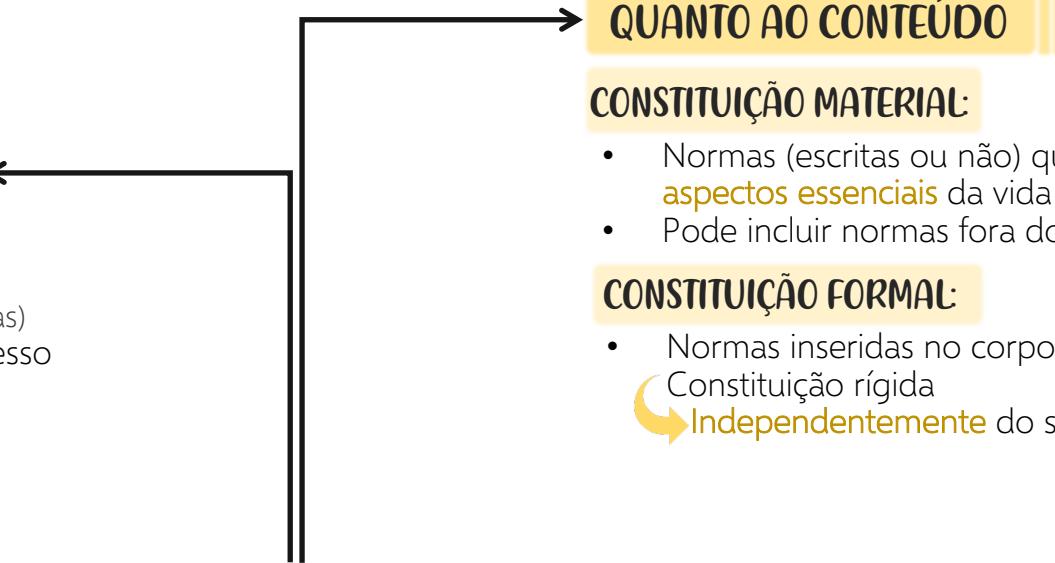
- Pode ser alterada, mas por **processo** legislativo mais **difícil**
- É sempre **escrita**

SEMIRRÍGIDA OU SEMIFLEXÍVEL:

- Para **algumas normas**, o processo legislativo para sua alteração é **mais difícil**
- Para outras normas, não

FLEXÍVEL:

- Modificável por **processo** legislativo **ordinário**
(= ao das demais leis)



QUANTO AO CONTEÚDO

CONSTITUIÇÃO MATERIAL:

- Normas (escritas ou não) que regulam os **aspectos essenciais** da vida estatal
- Pode incluir normas fora do texto

CONSTITUIÇÃO FORMAL:

- Normas inseridas no corpo de uma Constituição rígida

↳ **Independentemente** do seu **conteúdo**

QUANTO À EXTENSÃO

ANALÍTICA:

- (= prolixas, longas)
- Contém normas **formalmente** constitucionais

↳ Trata de assuntos **não** materialmente constitucionais

SINTÉTICA:

- (= curtas)
- Restringe-se a elementos **substancialmente** constitucionais

↳ Detalhamento a cargo das normas infraconstitucionais

- São constituições **negativas**
(limitam a atuação estatal)

QUANTO À CORRESPONDÊNCIA COM A REALIDADE

NORMATIVA:

- Regulam efetivamente o processo político do estado
- Correspondem à realidade política e social do estado

NOMINATIVA:

- Tentam regular o processo político do estado, mas não conseguem
→ Não atendem à realidade social
- A decisão de sua promulgação foi provavelmente **prematura**

SEMÂNTICA:

- Não objetivam regular a política estatal
- Visam apenas **formalizar a situação atual**, em benefício dos detentores do poder

QUANTO À FUNÇÃO DESEMPENHADA

CONSTITUIÇÃO-LEI:

- Tem status de **lei ordinária**
- É uma diretriz → não vincula o legislador

CONSTITUIÇÃO-FUNDAMENTO:

- **Fundamento** de todas as atividades do estado e da vida social
- O legislador ordinário só dá efetividade a essas normas

CONSTITUIÇÃO = CLASSIFICAÇÃO =

QUANTO À FINALIDADE

CONSTITUIÇÃO-GARANTIA:

- Objetivo = proteger as **liberdades** públicas contra arbitrariedades do estado (direitos de primeira geração)
- = Constituição **negativa**
- Sempre **sintética**

CONSTITUIÇÃO-DIRIGENTE:

- Traça **diretrizes** à ação estatal (normas programática)
- Incluiu também os direitos de segunda geração
- = Constituição **positiva**
- Sempre **análítica**

CONSTITUIÇÃO-BALANÇO

- Visa reger o ordenamento jurídico durante um **certo tempo**
→ Típica de regimes socialistas
- = Constituição-registro

CONSTITUIÇÃO-QUADRO/MOLDURA:

- Só permite ao legislador atuar dentro de um **limite** estabelecido pelo constituinte
- Cabe à jurisdição constitucional verificar se os limites foram obedecidos

QUANTO AO CONTEÚDO IDEOLÓGICO

LIBERAL

- Busca **limitar** a atuação estatal
↳ Assegurando as liberdades negativas
- **=** Constituição garantia

SOCIAL

- Atribui ao estado a tarefa de ofertar **prestações positivas** ao indivíduo
↳ para realizar a igualdade material

CONSTITUIÇÃO

= CLASSIFICAÇÃO =

QUANTO AO SISTEMA

CONSTITUIÇÃO PRINCIPIOLÓGICA/ABERTA

- Predominam os **princípios**
(elevado grau de abstração)
- Demanda regulamentação pela legislação para adquirir mais concretude

CONSTITUIÇÃO PRECEITUAL

- Predominam as **regras**
(menor grau de abstração)

QUANTO AO LOCAL DA DECRETAÇÃO

HETERO CONSTITUIÇÃO

- Elaborada **fora do estado** em que produzirá seus efeitos

AUTO CONSTITUIÇÃO

- Elaborada no **próprio estado** em que produzirá seus efeitos

CLASSIFICAÇÕES DA CF/88



- Democrática
- Escrita e codificada
- Dogmática e eclética
- Super-rígida (Alexandre de Moraes)
- Rígida
- Formal (considerada em sua totalidade)
- Analítica
- Normativa
- Constituição-dirigente
- Social
- Principlógica

CONSTITUIÇÃO

=INTERPRETAÇÃO=

MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

MÉTODO JURÍDICO

- A Constituição deve ser interpretada como as **demais leis** (regras tradicionais)
- Elementos: literal, lógico (sistêmico), histórico, teleológico e genético.

MÉTODO TÓPICO-PROBLEMÁTICO

- Prevalência do **problema** sobre a **norma**
- A interpretação tem **caráter prático**

MÉTODO HERMENÊUTICO-CONCRETIZADOR

- Prevalência da **norma** sobre o **problema**
- Primeiro, o intérprete comprehende o sentido do texto, para **só depois aplicá-la** em um caso concreto

MÉTODO CIENTÍFICO-ESPIRITUAL/INTEGRATIVO

- A interpretação da Constituição deve **considerar a ordem** ou o sistema de **valores** subjacentes
- A Constituição deve ser interpretada **como um todo**, dentro da realidade do estado

MÉTODO NORMATIVO-ESTRUTURANTE

- Norma jurídica \neq texto normativo
 - Atividade legislativa
 - + Jurisdicional
 - + Administrativa
- Interpretação = texto + contexto (realidade social)

CONSTITUIÇÃO

=INTERPRETAÇÃO=



PRINCÍPIOS DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

PRINCÍPIO DA UNIDADE DA CONSTITUIÇÃO

- A Constituição deve ser interpretada de modo a **evitar contradições**
Como um todo (não individualmente)
- **Não** há **antinomias reais** no texto constitucional
- **Não** há normas constitucionais **originárias** **inconstitucionais**

PRINCÍPIO DA MÁXIMA EFETIVIDADE

- O intérprete deve atribuir à norma o sentido que lhe dê **maior efetividade social**
- Usado principalmente na aplicação dos **direitos fundamentais**

PRINCÍPIO DA JUSTEZA

- O intérprete **não pode subverter** o esquema organizatório-funcional estabelecido
Não pode alterar as **competências** estabelecidas pela constituição



PRINCÍPIO DA CONCORDÂNCIA PRÁTICA

- Impõe a **harmonização** entre bens jurídicos conflitantes → para **evitar o sacrifício total** de um deles
- Usado principalmente para solucionar conflitos entre **direitos fundamentais**

PRINCÍPIO DO EFEITO INTEGRADOR

- A interpretação deve **favorecer**:
Integração { política social + Reforço da unidade política

PRINCÍPIO DA FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO

- Deve-se dar preferência a interpretações que possibilitem a **atualização** de suas normas
Garantindo-lhes { eficácia e permanência
- A norma deve ser **conexa** à realidade { política jurídica social

PIRÂMIDE DE KELSEN

- As normas jurídicas **inferiores** (normas fundadas) retiram seu fundamento de validade das normas **superiores** (normas fundantes)

CONSTITUIÇÃO

NORMAS CONSTITUCIONAIS:

- Originárias** → desde que a Constituição foi promulgada
(não podem ser declaradas inconstitucionais!)
- Derivadas** → emendas constitucionais
Podem ser objeto de controle de constitucionalidade
Não há hierarquia entre elas

- Constituição federal
- Emendas constitucionais
- Tratados internacionais de direitos humanos aprovados com quórum de E.C.

- Nível supralegal:**
- Tratados internacionais de direitos humanos aprovados pelo rito ordinário

- Leis complementares, ordinárias e delegadas
- Medidas provisórias
- Decretos legislativos e resoluções
- Tratados internacionais
- Decretos autônomos

- Normas **infralegais**
- Decretos executivos
- Portarias
- Instruções normativas

HIERARQUIA DAS NORMAS

São **fundamento de validade** das normas inferiores

= Infraconstitucionais (primárias)
não há hierarquia entre si

Não podem **contrariar** as **primárias** sob pena de **invalidade**
= Normas **secundárias** (não podem por obrigações)

ENTENDIMENTOS IMPORTANTES

- Leis
 - Federais
 - Estaduais
 - Municipais
 - Distritais

Conflitos entre elas **não** são resolvidos por um critério **hierárquico**, mas conforme a **repartição constitucional** de competência

- Há hierarquia:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL



CONSTITUIÇÃO ESTADUAL



LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

- Os regimentos
 - Tribunais (Poder Judiciário)
 - Casas legislativas (Senado+Câmara)
- + Resoluções CNMP / CNJ
São normas primárias (equiparadas hierarquicamente às leis ordinárias)
- Não** há hierarquia entre lei **ordinária** e **lei complementar**. CAI MUITO!
Aprovada por um procedimento mais difícil
- Lei Complementar pode tratar de tema reservado à lei ordinária (será materialmente lei ordinária)
- Lei ordinária não pode tratar de tema reservado à lei complementar (inconstitucionalidade formal)

NORMAS DE EFICÁCIA CONTIDA

- Já podem produzir seus efeitos, mas podem ser restrinidas pelo poder público

Atuação discricionária
do poder público

(normas infra
constitucionais)

- Características
 - Aplicabilidade
 - Autoaplicáveis
- Restringíveis por:
 - Leis
 - Normas constitucionais
 - Conceitos éticos-jurídicos indeterminados

NORMAS DE EFICÁCIA LIMITADA

- Dependem de regulamentação para só depois produzir todos os seus efeitos

Não autoaplicáveis

Características

Aplicabilidade

- Indireta
- Mediação
- Reduzida

- A lei posterior amplia seus efeitos!

Normas declaratórias de princípios institutivos ou organizativos

- Grupos
 - Normas declaratórias de princípios programáticos
(a serem desenvolvidos pelo legislativo)

APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS



NORMAS DE EFICÁCIA PLENA

- Producem ou já podem produzir todos seus efeitos desde a entrada em vigor da CF/88

- Características
 - Autoaplicáveis
 - Não-restringíveis
 - Aplicabilidade
- Direta
- Imediata
- Integral

DOCTRINA AMERICANA

(clássica)

- Normas autoexecutáveis:
Não há necessidade de complementação (bastam em si)
- Normas não autoexecutáveis:
Dependem de complementação legislativa antes de serem aplicadas

princípios fundamentais

ASPECTOS GERAIS

- Regra → comando concreto
- Princípio → comando abstrato
- = normas

Princípios Fundamentais =
fundamentos + objetivos fundamentais
+ princípios das relações internacionais

HARMONIA E INDEPENDÊNCIA DOS PODERES

- Separação dos poderes = Limitação do poder estatal
 → É flexível → há poderes típicos e atípicos
- Os poderes são **independentes** e
 → Não há subordinação ou hierarquia entre os poderes
harmônicos entre si.
 → Há colaboração e cooperação

A independência é limitada pelo sistema de freios e contrapesos (permitida a interferência legítima)

FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA DO BRASIL (RFB)

SO CI DI VA PLU



Soberania

Só a RFB tem soberania, os entes não União, estados, municípios

Cidadania

Dignidade da pessoa humana

Implicações da dignidade da pessoa humana:

- STF considerou legítima a união homoafetiva como unidade familiar
- Não ofende o direito à vida e à dignidade a pesquisa com **células tronco embrionárias** de embriões produzidos por fertilização *in vitro*
- Não é possível a submissão compulsória do pai ao exame **DNA**

Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

Pluralismo político

Exclui discursos de ódio

princípios fundamentais



FORMAS DE GOVERNO

- Como se dá a instituição do poder e a relação governantes-governados:
 1. Monarquia
 2. República:
 - Caráter

Transitório
Eletivo
Representativo
 - Responsabilidade dos governantes
 - Fundada na igualdade formal das pessoas
- Brasil é um **república**

FORMAS DE ESTADO

- Como o poder está territorialmente distribuído:
 1. Unitário → centralizado
 2. Federal → descentralizado

Vários entes **autônomos** unidos por um **vínculo indissolúvel** (cláusula pétreia)
- Brasil é uma **federação**:
 - De terceiro grau (união, estados e municípios)
 - Cooperativo (há competências comuns e cooperação técnica)
 - Por segregação (antes era unitário)

REGIME POLÍTICO

- Democracia (Brasil)
"todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de **representantes eleitos ou diretamente**"
- Democracia semidireta ou participativa



ATENÇÃO!

- **Plebiscito** → convocado **antes** da criação da norma
- **Referendo** → convocado **após** a edição da norma (para ser ratificada)

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS = OBJETIVOS =

OBJETIVOS DA REPÚBLICA DO BRASIL ||

1. Construir uma sociedade Livre
Justa
Solidária
 2. Garantir o desenvolvimento nacional
 3. Eradicar Pobreza
Marginalização e
redução das desigualdades Sociais
Regionais
 4. Promover o bem de todos, sem preconceitos de Origem
Raça
Sexo
Cor
Idade
- Consagra a **igualdade material**
(busca reduzir as disparidades
econômicas e sociais)

DICAS PARA LEMBRAR: ||

Conga objetiva não errar na prova



= conga erra pro.

- Formados por **verbos** no infinitivo!

Construir, garantir,
eradicar...

PRINCÍPIOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ||

1. Independência nacional
(não é "desenvolvimento", nem "soberania")
2. Prevalência dos direitos humanos
(não é fundamento da RFB!)
3. Autodeterminação dos povos
4. Não-intervenção
5. Igualdade entre os estados
6. Defesa da paz
(não há listas com hipóteses de guerras)
7. Solução pacífica de conflitos
8. Repúdio ao { Terrorismo e racismo }
9. Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade
10. Concessão de asilo político
(diferente de refúgio!)



PEGADINHA!
Em verde, as principais pegadinhas das bancas

princípios FUNDAMENTAIS



INTEGRAÇÃO ||

- A RFB buscará a integração dos povos da América Latina { Econômica, Política, Social, Cultural }
(não é América do Sul!) 
- Visando à formação de uma comunidade latino-americana das nações

ASPECTOS GERAIS

DIREITOS DO HOMEM



DIREITOS FUNDAMENTAIS



DIREITOS HUMANOS



Direitos Naturais
(válidos em todos os tempos)

Direitos positivados em
tratados internacionais

- As **garantias** são formas de proteção dos direitos fundamentais
(também são direitos!)

Direitos consagrados em
um determinado momento
histórico (positivados)

EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Eficácia:

1. VERTICAL:

- Relação estado → cidadãos



2. HORIZONTAL:

- Relação cidadãos ↔ cidadãos
= efeitos externos
- Brasil = teoria da eficácia direta e imediata

GERAÇÕES

(ou dimensões)

1ª GERAÇÃO

- Restringem a atuação estatal
(= liberdades negativas)
- Valor fonte → **liberdade**
- São eles: direitos { Civis e Políticos

2ª GERAÇÃO

- Prestações positivas do estado
(= liberdades positivas)
- Valor fonte → **igualdade**

- São eles: direitos { Econômicos Sociais Culturais

3ª GERAÇÃO

- São os direitos difusos e coletivos
- Valor fonte → solidariedade, **fraternidade**
- Exemplos: direito ao meio ambiente equilibrado e direito ao desenvolvimento

DIREITOS FUNDAMENTAIS



ATENÇÃO!

Lembre-se do lema da Revolução Francesa:
"liberdade, igualdade e fraternidade!"

4ª GERAÇÃO

- Paulo Bonavides → { Democracia Informação Pluralismo
- Norberto Bobbio → engenharia genética

5ª GERAÇÃO

- Direito à **paz**

CARACTERÍSTICAS

1. UNIVERSALIDADE

- O núcleo mínimo é outorgado a todas as pessoas
- Alguns são restritos a um grupo (ex.: direitos dos trabalhadores)

2. HISTORICIDADE

- São conquistas progressivas
- Mutáveis e sujeitos a ampliações

3. INDIVISIBILIDADE

- Não são considerados isoladamente
- Integram um conjunto único e indivisível

4. INALIENABILIDADE

- São intransferíveis e inegociáveis
- Não podem ter conteúdo econômico-patrimonial

5. IMPRESCRITIBILIDADE

- Não se perdem com o tempo
- São sempre exigíveis

6. IRRENUNCIABILIDADE

- Seu titular não pode deles dispor (mas pode deixar de exercê-los)
- Em algumas situações, é possível sua autolimitação voluntária

CARACTERÍSTICAS

7. RELATIVIDADE OU LIMITABILIDADE

- Não são absolutos
- São relativos e limitáveis por outros direitos fundamentais (no caso concreto)
- Há uma concordância prática ou harmonização → nenhum é totalmente sacrificado!

8. COMPLEMENTARIEDADE

- Os direitos se complementam e devem ser interpretados conjuntamente

9. CONCORRÊNCIA

- Podem ser exercidos cumulativamente (ao mesmo tempo)

10. EFETIVIDADE

- O poder público tem a missão de concretizar os direitos

11. PROIBIÇÃO DO RETROCESSO

- Os direitos não podem ser suprimidos ou enfraquecidos (limita o legislador)

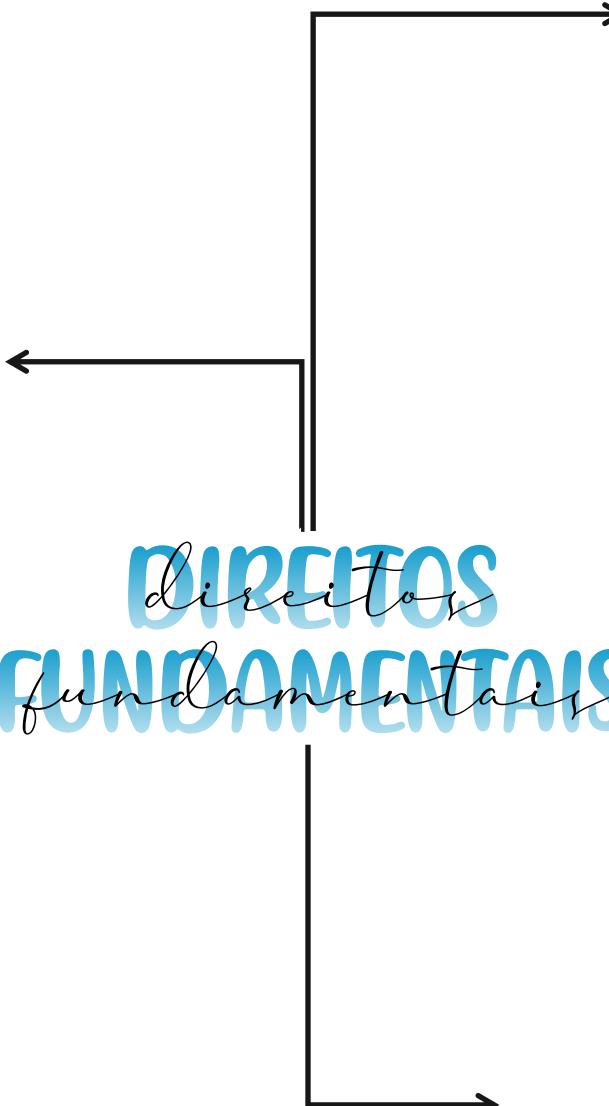
• Dimensão objetiva:

Os direitos fundamentais têm alta carga valorativa → sua eficácia se irradia para todo o ordenamento jurídico

• Dimensão subjetiva:

São direitos exigíveis do estado

DIREITOS fundamentais



LIMITES

- Os direitos são limitados por outros direitos fundamentais
- A lei pode limitá-los, mas há um **núcleo essencial** inviolável e que deve ser protegido (= **teoria dos "limites dos limites"**)
 - ↳ definido pelo legislador conforme o princípio da proporcionalidade
- Um direito fundamental não pode salvaguardar práticas ilícitas
- Também podem ser limitados em situações de **crises institucionais** (estado de defesa, estado de sítio...)

TEORIAS

1. Teoria Interna (absoluta)
 - Os limites dos direitos lhes são imanentes/ intrínsecos
 - ↳ Não são limitados por fatores externos.
2. Teoria Externa (relativa)
 - A diferença dos limites é um processo externo
 - ↳ Depende do caso concreto

DIREITOS fundamentais



OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CF/88

CATEGORIAS

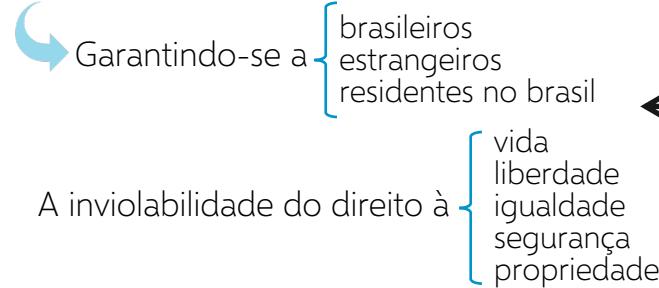
1. Direitos e deveres individuais e coletivos
2. Direitos sociais
3. Direitos de nacionalidade
4. Direitos políticos
5. Direitos relacionados à existência, organização e participação em partidos políticos

ART 5º



CAI MUITO!

"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza"

**DIREITO À VIDA**

- Abrange a vida **intrauterina** (proibição do aborto) STF: é permitida a interrupção da gravidez de feto **anencéfalo**
- Não ofende o direito à vida e à dignidade a **pesquisa com células tronco** embrionárias de embriões produzidos por fertilização *in vitro*
- Nem o direito à vida é absoluto! É **admitida a pena de morte** em caso de guerra declarada

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

"Ninguém será obrigado a { fazer, deixar de fazer}

alguma coisa senão em virtude de lei"

Sentido amplo

reserva legal → exige lei em sentido estrito

PRINCÍPIO DA IGUALDADE

- Homens e mulheres são **iguais**:
 - **Na lei** → ao legislador
 - **Perante a lei** → aos intérpretes/administradores
- Pode haver tratamento desigual entre pessoas em situações diferentes
Ex.: reserva de vagas em universidade para negros e índios (ações afirmativas)
(= **igualdade material**)

STF:

- É admitida a política de cotas raciais em **concursos públicos**
Sua aferição pode ser por critério de:
 1. Autodeclararão
 2. Heteroidentificação

direitos fundamentais

PRINCÍPIO DE EXPRESSÃO

- É **livre** a manifestação do pensamento, sendo **vedado o anonimato**. CAI MUITO!
 - = liberdade de expressão (é **legal** a participação em eventos e manifestações a favor da legalização de drogas, aborto, etc.)
 - + **vedação ao anonimato** (STF **veda** o acolhimento de denúncias anônimas)
- **Não protege o discurso de ódio!**

DIREITOS IMPORTANTES

- Ninguém será submetido a
 - Tortura
 - Tratamento desumano ou degradante
- É assegurado o direito de **resposta**
 - + indenização por dano (aplicam-se à PF e PJ)
 - Material
 - Moral ou à imagem
 - (cumuláveis!)

LIBERDADE RELIGIOSA

- Liberdade de consciência e crenças
- Livre exercício dos cultos
- é assegurada a prestação de **assistência religiosa** nas entidades civis ou militares de **internação coletiva**
- Brasil é um estado laico!

direitos fundamentais

VEDAÇÃO À CENSURA

- É livre a expressão de atividade
 - Artística
 - Intelectual
 - Científica
 - De comunicação
- independentemente de
 - Censura
 - Licença

ESCUSA DE CONSCIÊNCIA

- Ninguém será privado de direitos por motivos de
 - crença religiosa
 - convicção filosófica
 - ou política
- DECORE!**
- Salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir a prestação alternativa, fixada em lei
- É norma de eficácia **contida**

SIGILO BANCÁRIO

- Garantia de privacidade dos dados bancários
- Pode ser quebrado por:

1. Poder judiciário
2. CPI'S federais e estaduais
3. Autoridades fiscais

Desde que:

- Haja processo administrativo instaurado
- procedimento fiscal em curso
- Informações consideradas indispensáveis

4. MP → Contas de titularidade de ente público ou procedimento administrativo para defesa de patrimônio público (excepcional)



O TCU pode requisitar às instituições financeiras informações sobre operações de crédito originárias de recursos públicos.

SIGILO DA CORRESPONDÊNCIA

(e das comunicações **telegráficas**, de **dados** e comunicações **telefônicas**)

- São invioláveis, salvo por **ordem judicial**, para fins de
 - Investigação criminal ou
 - Instrução processual penalNas hipóteses e formas da lei

→ Não pode ser utilizado para acobertar ilícitos!

INTIMIDADE

- São invioláveis:
 1. Intimidade
 2. A vida privada
 3. A honra
 4. A imagem

Assegurada a **indenização**
por dano Material ou
Moral

ENTENDIMENTOS IMPORTANTES (STF)

- Não é necessário ofensa à reputação para haver dano moral
(ex.: cabe dano moral pela dor da perda de um familiar)
- São permitidas as **biografia não autorizadas**
(não exclui possibilidade de indenização por dano material/moral se couber)

direitos fundamentais

• Intercepção telefônica:

Captação da conversa por terceiro sem conhecimento dos interlocutores



• Escuta telefônica:

Captação da conversa por terceiro com conhecimento de um dos interlocutores

• Gravação telefônica:

Captação da conversa por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro

DIREITOS fundamentais

INVOLABILIDADE DOMICILIAR ||

" A **casa** é asilo inviolável"

Sentido amplo:
(STF)

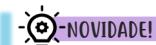
- Qualquer compartimento habitado
- Qualquer aposento ocupado de habitação coletiva(ex.: quarto de hotel)
- Qualquer compartimento privado para exercício de profissão/atividade pessoal (ex.: escritório de advocacia, atelier...)

- Não pode ser invocada para acobertar atos ilícitos
 - ↳ STF: é válida ordem judicial para ingresso de autoridade policial em estabelecimento profissional para a instalação de escutas (inclusive à noite!)
- O ingresso na "casa" do indivíduo é **permitido** nas seguintes situações:

1. Consentimento do morador
2. Sem o consentimento do morador:

- Sob ordem judicial → somente durante o dia
 - ↳ Mas é permitido que as atividades se prolonguem no período noturno
 - Em caso de
 - Flagrante delito
 - Desastre ou
 - Prestar socorro
- A qualquer hora

PROTEÇÃO DE DADOS ||



-NOVIDADE!

(EC 115/2022)
É assegurado o **direito à proteção dos dados pessoais**, inclusive nos **meios digitais** (nos termos da lei)

LIBERDADE DE ATIVIDADE PROFISSIONAL

- É livre o exercício de qualquer Trabalho
Ofício
Profissão
- Atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer
(= norma de eficácia contida)

ENTENDIMENTOS IMPORTANTES (STF):

- É **inconstitucional** a exigência de diploma para o exercício da profissão de jornalista
- É **inadmissível** a exigência de fiança para a impressão de notas fiscais pelo contribuinte em débito com a fazenda

ASSOCIAÇÕES

- Três requisitos:
 1. Pluralidade de pessoas (com um fim determinado)
 2. Estabilidade
 3. Ato de vontade
- Independente de autorização → Vedada a interferência estatal em seu funcionamento
- Independente de aquisição de personalidade jurídica
- Vedadas as de caráter paramilitar

Dissolução → Sentença judicial transitada em julgado

Suspensão → Decisão judicial (nunca administrativa!)

DIREITO DE REUNIÃO

- Condições:
 1. Pacificamente
 2. Sem armas
 3. Locais abertos ao público
 4. Não frustram outra reunião previamente convocada
 5. Prédio aviso à autoridade (independentemente de autorização)
- STF: o aviso prévio é satisfeito com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que o seu exercício seja pacífico e não frustrre outra reunião



PEGADINHA!
Protegido por **mandado de segurança**, não por *habeas corpus*!

DIREITOS FUNDAMENTAIS



- Ninguém será obrigado a filiar-se ou permanecer afiliado
- As associações podem representar seus filiados { Judicial ou Extrajudicialmente

• Quando expressamente autorizadas

DIREITOS FUNDAMENTAIS



DIREITOS IMPORTANTES

- Assegurado a todos o direito à informação, resguardado o **sigilo da fonte**, se necessário ao exercício profissional
- Sucessão de bens de estrangeiros no país: regulada pela lei que seja mais benéfica ao cônjuge/filhos

DIREITO DE PROPRIEDADE

- A propriedade deve atender a sua **função social**
 - Desapropriação por
 - necessidade pública
 - utilidade pública
 - interesse social
- Mediante **justa e prévia indenização em dinheiro**

SALVO CASOS NA CF/88:

TIPO DE DESAPROPRIAÇÃO	ENTE RESPONSÁVEL	INDENIZAÇÃO
Para reforma agrária	União	Títulos da dívida agrária resgatáveis em até 20 anos
Imóvel urbano não edificado não cumprindo a função social	Município	Títulos da dívida pública resgatáveis em até 10 anos
Desapropriação confiscatória		Não há!

Se houver cultura de plantas psicotrópicas ou trabalho escravo

ATENÇÃO!
Benfeitoras úteis e necessárias: em dinheiro!

REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA

- Uso de propriedade particular
- No caso de iminente perigo público
- Indenização **posterior**
- se houver dano**
- O particular é obrigado a ceder

IMPENHORABILIDADE

- Pequena** propriedade rural
 - Trabalhada pela **família**
 - Para pagamento de débitos decorrentes da **atividade produtiva**
- Para o STJ (REsp 1.591.298/RJ), ela não pode ser objeto de penhora mesmo no caso de **débitos estranhos** à atividade produtiva!

IRRETROATIVIDADE DAS LEIS

- A lei não prejudicará (irretroatividade das leis) direito adquirido
ato jurídico perfeito
coisa julgada
- Não é invocável pela entidade que a editou
- Não cabe invocar direito adquirido:
 - Normas constitucionais originárias
 - Mudança do padrão da moeda
 - Criação ou aumento de tributos
 - Mudança de regime estatutário

DIREITO DE PETIÇÃO

- Independente do pagamento de taxas
- Direito de petição → Em defesa de direitos **ou**
contra illegalidade ou
abuso de poder
- Obtenção de certidões → para defesa de direitos **ou**
esclarecimento de situações de interesse pessoal
- Remédio constitucional = mandado de segurança



Quando o cidadão solicita a certidão, ele já tem a informação **não cabe habeas data!**

DIREITO À INFORMAÇÃO

- Todos** têm direito a receber dos (pessoas físicas ou jurídicas) órgãos públicos informações de seu interesse particular
coletivo
geral prestados no prazo da lei
- Sob pena de responsabilidade
- Salvo** informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do estado
- Remédio constitucional
= mandado de segurança

DIREITOS FUNDAMENTAIS

TRIBUNAL DO JURI

- Assegurados:
 - Plenitude de defesa
 - Sigilo das votações
 - Soberania dos vereditos
 - Competência para julgamento dos crimes **dolosos contra a vida**

SÚMULA VINCULANTE Nº45

"a competência constitucional do tribunal do júri **prevalece** sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual"

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

- Não há **crime** sem **lei** anterior que o defina
- Não há **pena** sem prévia cominação **legal**
- Em ambos: lei em **sentido estrito**
(= irretroatividade da lei penal)

INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO

- A **lei** não excluirá da apreciação do **judiciário** { lesão a direito
ameaça
- Casos de **jurisdição condicionada**:  DECORE!
 1. **Habeas data**
 - deve haver prévia negativa da administração
 2. **Controvérsias desportivas**
 - após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva
 3. **Reclamação contra descumprimento de súmula vinculante pela adm. pública**
 - após esgotarem-se as vias administrativas
 4. **Requerimento judicial de benefício previdenciário**
 - após prévio requerimento administrativo

DIREITOS FUNDAMENTAIS

INTRANSMISSIBILIDADE DAS PENAS

- “nenhuma pena passará da pessoa do condenado”
- A obrigação de reparar o dano e decretação de perdimento de bens podem ser estendidas aos sucessores
até o limite do patrimônio transferido

NÃO HAVERÁ PENAS

1. de morte, **salvo em caso de guerra declarada**  CAI MUITO!
2. de caráter perpétuo
3. de trabalho forçado
4. de banimento
5. cruéis

NOVIDADE!

O pacote anticrime aumentou para 40 anos a pena máxima no Brasil

DIREITOS IMPORTANTES

CAI MUITO!

- “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o **devido processo legal**”
- “aos litigantes em processo {judicial e administrativo e aos acusados em geral são assegurados {contraditório e ampla defesa
- “é admitida **ação privada** nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal”

SÚMULA VINCULANTE Nº 5:

“a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a constituição”

SÚMULA VINCULANTE Nº 21:

“é inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévio de dinheiros ou bens para admissibilidade de recurso administrativo”

MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO

	INAFIANÇÁVEL	IMPRESCRITÍVEL	INSUSCETÍVEL DE GRAÇA OU ANISTIA
Punível com pena de reclusão			
Racismo	X	X	
Tráfico, terrorismo e tortura e crimes hediondos	X		X
Grupos armados contra ordem constitucional e	X	X	

para lembrar:
3T+H não têm graça

EXTRADIÇÃO

- Nenhum brasileiro **nato** poderá ser extraditado mas pode perder sua nacionalidade pela aquisição voluntária de outra nacionalidade
- O brasileiro **naturalizado** poderá ser extraditado em caso de:
 - Crime comum antes da naturalização
 - Tráfico de drogas a qualquer tempo
- Não será extraditado o estrangeira por crime {Político
De opinião

ETAPAS DA EXTRADIÇÃO PASSIVA:

- Etapa administrativa (poder executivo) = solicitação administrativa

Fundamento:

 - 1. Tratado bilateral ou
 - 2. Promessa de reciprocidade
- Etapa judiciária (STF)
 - Análise da legalidade e procedência do pedido
 - Deve haver processo penal ou investigação criminal
 - + dupla tipicidade
 - + respeito aos direitos humanos
- Etapa administrativa (poder executivo)
 - Decisão do presidente (discricionária) = **ato político**

DIREITOS IMPORTANTES

- “ninguém será considerado **culpado** até o **trânsito em julgado** de sentença penal condenatória”  DECORE!

 **NOVIDADE!**

STF: a execução provisória da sentença penal condenatória revela-se frontalmente incompatível com o direito fundamental do réu de ser presumido inocente até que sobrevenha o trânsito em julgado de sua condenação criminal.

- É possível a **prisão**:
 - Flagrante delito
 - Ordem de juiz
 - escrita
 - fundamentada

(Salvo transgressão militar ou crime propriamente militar)

PROVAS ILÍCITAS

- São **inadmissíveis** as **provas** obtidas por meios ilícitos
 - Nos processos
 - Administrativos
 - Judiciais
- Devem ser **expurgadas**, mas não invalidam todo o processo!

TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA

- A prova ilícita contamina todas aquelas que dela derivam
 (= ilicitude por derivação)  CAI MUITO!

PRISÃO POR DÍVIDA

- Possível para (somente!!)
- Responsável pelo **inadimplemento** voluntário e inescusável de **obrigação alimentícia**
- Depositário infiel

SÚMULA VINCULANTE Nº 25

“É ilícita a prisão por dívida do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade”

DIREITOS FUNDAMENTAIS

STF:  CAI MUITO!

- São **ilícitas** as provas obtidas por:
 - Interceptação telefônica
 - “interrogatório sub-reptício” (conversa informal com policial)
 - Confissão durante prisão ilegal
- São **lícitas** as provas obtidas por:
 - Gravação telefônica por um dos interlocutores se houver investida criminosa
 - Gravação telefônica por um dos interlocutores se ausente causa legal de sigilo ou reserva
 - Gravação ambiental por um dos interlocutores

ASPECTOS GERAIS

- Sempre que alguém (pessoa física) **sofrer** (repressivo) ou se achar **ameaçado** de sofrer (preventivo) violência ou coação em sua **liberdade de locomoção** (direta ou indireta)
 - Por ilegalidade ou abuso de poder

STF admite *habeas corpus* coletivo

TIPOS:

- Repressivo
- Preventivo
- Suspensivo → quando a prisão já foi declarada, mas o mandado de prisão ainda está pendente de cumprimento
- É ação de procedimento especial (rito sumário) → mas cabe liminar!

SUJEITO ATIVO

= quem pode impetrar o HC

- Qualquer pessoa física
- pessoa jurídica
- MP
- Defensoria pública

= legitimidade universal

→ Pode ser concedido até de ofício pelo juiz

Não é necessário auxílio de advogado!



SUJEITO PACIENTE

- Só pode ser impetrado em favor da **pessoa física**.
(pessoa jurídica, não!)

Determinou a prisão ou restrição à locomoção

SUJEITO PASSIVO

- HC dirige-se à **autoridade coatora** (caráter público ou particular)

direitos fundamentais = HABEAS CORPUS =

É INCABÍVEL O HC



ATENÇÃO!

- Impugnar decisões do STF
- Impugnar suspensão dos direitos políticos
- Impugnar pena de multa
- Já extinta a pena privativa de liberdade
- Discutir o mérito de punições disciplinares militares
- Contra imposição de pena de exclusão de militar ou perda de patente/função pública
- Para pleitear "visita íntima"

ASPECTOS GERAIS

- Para proteger direito **líquido e certo** não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data* (é um remédio **residual**)
- Quando responsável pela
 - Ilegalidade
 - Abuso de poder
 for
 - Autoridade pública **ou**
 - Agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público
 = ato de autoridade
- Tem rito sumário especial

PRAZO

- Deve ser impetrado em até **120 dias** = prazo decadencial
 - Não é possível sua suspensão ou interrupção

LIMINAR

- Em regra, possível, se presentes os **pressupostos** (*fumus boni iuris e periculum in mora*)

A Lei do Mandado de Segurança previa algumas **exceções** ao cabimento de liminar (compensação de créditos tributários, entrega de mercadorias do exterior...). No entanto, o STF as considerou **inconstitucionais** (então agora não há mais essas limitações!) - NOVIDADE!

→ Não há dilação probatória

SUJEITO ATIVO

- Todas as pessoas **físicas** ou **jurídicas**, nacionais ou estrangeiras
 - Domiciliadas ou não no Brasil
- Universalidades** com capacidade processual (massa falida, espólio...)
- Órgãos públicos** de grau superior na defesa de suas prerrogativas e atribuições
- Ministério público**

MDS COLETIVO → impetrado por:

- Partido político com representação no Congresso Nacional
- Organização sindical ou entidade de classe
- Associação
 - legalmente constituída em funcionamento há > 1 ano

É INCABÍVEL O M.D.S.

- Contra decisão judicial ou ato administrativo dos quais caibam recurso efeito suspensivo
- Contra decisão judicial transitada em julgado
- Contra lei em tese (salvo se produtora de efeitos concretos)
- Contra atos de natureza jurisdicional
- Para assegurar direito à insubmissão a certa modalidade de tributação

ASPECTOS GERAIS

- Concedido quando a falta de norma regulamentadora torna inviável o exercício de:

- Direitos e liberdades constitucionais
- Prerrogativas inerentes a:

- Nacionalidade
- Soberania
- Cidadania

Diante da falta de regulamentação de normas de eficácia limitada

- Não é gratuito
- É necessária a assistência de advogado
- Não cabe medida liminar

OUTRAS OBSERVAÇÕES

- Competência para julgar:** depende da autoridade inerte!
- Será deferido para:
 - Determinar prazo para edição da norma
 - Estabelecer condições para o exercício do direito, liberdade...
 - Estabelecer condições para que o interessado promova a ação própria

DIREITOS fundamentais = MANDADO DE INJUNÇÃO =

SUJEITO ATIVO

- Todas as pessoas **físicas** ou **jurídicas**
- Para o M.D.I. coletivo:
 - Partido político com representação no Congresso Nacional
 - Organização sindical ou entidade de classe
 - Associação {Legalmente constituída em funcionamento a > 1 ano}
 - Ministério Público
 - Defensoria Pública

É INCABÍVEL

- Se **já houver a norma** regulamentadora
- Se faltar a norma regulamentadora de direito **infraconstitucional**
- Falta de regulamentação de **medida provisória** ainda não convertida em lei
- Se a regulamentação for **facultativa**

LEI 13.300/2016

- Adotou a corrente concretista intermediária individual
 - Em regra, o mandado de injunção tem efeitos **inter partes**
- Mas, **excepcionalmente**, pode ter efeito **erga omnes**

ASPECTOS GERAIS

- Natureza civil e rito sumário
- Para:
 1. Assegurar o conhecimento de informações **relativas à pessoa do impetrante**
Em registros/bancos de dados de entidades governamentais ou de carácter público
 2. Retificar dados
Quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo
- É uma ação personalíssima

SUJEITO ATIVO

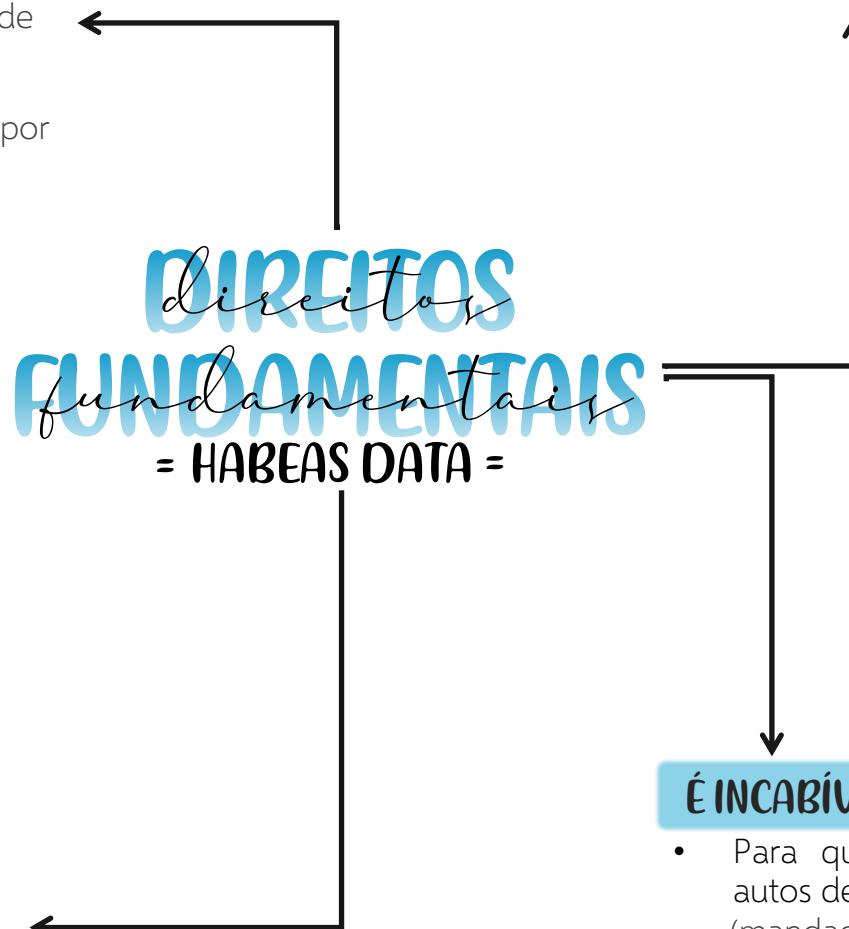
- Todas as pessoas **físicas** ou **jurídicas**, nacionais ou estrangeiras

SUJEITO PASSIVO

- **Entidades governamentais** ou PJ de direito público com os registros ou bancos de dados ou
- PJ de **direito privado** detentora de bancos de dados de carácter público

REQUISITOS

- Comprovação da **negativa da autoridade** administrativa de garantir o acesso aos dados (= jurisdição condicionada)
- Assistência de advogado



É INCABÍVEL

- Para que se possa ter acesso aos autos de processo administrativo (mandado de segurança)
- Para obter dados relativos a terceiros

DIREITOS fundamentais

= AÇÃO POPULAR =

ASPECTOS GERAIS

- Visa **anular ato lesivo** a:
 1. Patrimônio público ou de entidade de que o estado participe
 2. Moralidade administrativa
 3. Meio ambiente
 4. Patrimônio histórico e cultural
- O autor fica **isento** de custas judiciais e do ônus da sucumbência
 salvo comprovada má-fé
- Depende de **advogado**
- **Não** há foro por prerrogativa de função em ação popular!  **IMPORTANT!**

SUJEITO ATIVO

- Qualquer **cidadão**
 em pleno gozo dos direitos políticos e civis

SUJEITO PASSIVO

(sofre a ação)

- **PJ** em nome das quais o ato ou contrato lesivo foi ou seria praticado
- **Autoridades e agentes** públicos que participaram ou se omitiram
- **Beneficiários** diretos do ato ou contrato

GRATUIDADES

- São **gratuitos** aos reconhecidamente **pobres**:

1. Registro civil do nascimento
2. Certidão de óbito

OBS.: A lei estendeu esse direito a todos os cidadãos!

- São **gratuitos**:

1. *Habeas corpus*
2. *Habeas data*

3. Atos necessários ao exercício da cidadania → na forma da lei

- **Assistência judicial** gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos

DIREITOS IMPORTANTES

- É **livre a locomoção** no território nacional em tempos de paz
- Assegurada a **razoável duração** do processo e os meios que garantam celeridade de tramitação

DIREITOS fundamentais

PARÁGRAFOS DO ART 5º:

1. Normas definidoras dos direitos e garantias individuais → aplicação imediata!
2. Direitos e garantias expressos na CF não excluem outros → de seus regimes e princípios e de tratados internacionais (= sistema aberto de direitos fundamentais)

3. Tratados e convenções internacionais sobre **direitos humanos** aprovados em cada casa do Congresso , em 2 turnos, por **3/5** dos votos serão equivalentes às emendas constitucionais
4. O Brasil se submeterá à jurisdição de **tribunal penal internacional** a cuja criação tenha manifestado adesão

ASPECTOS GERAIS

- Direitos fundamentais de **2ª geração**
prestações positivas (de fazer)
- = normas de ordem pública (natureza imperativa)
- Para melhorar a vida dos hipossuficientes

Normas de eficácia limitada
e aplicabilidade mediata

DIREITOS SOCIAIS (ART 6º)

- São eles: CF/88
- 1. Educação
- 2. Saúde
- 3. Trabalho
- 4. Lazer
- 5. Segurança
- 6. Previdência social
- 7. Proteção à { Maternidade
Infância
- 8. Assistência aos desamparados
- 9. Moradia (EC 26/2000)
- 10. Alimentação (EC 64/2010)
- 11. Transporte (EC 90/2015)

STF: é rol **exemplificativo**
(há outros espalhados na CF/88)

CONCRETIZAÇÃO

- Exige firma atuação estatal (Políticas públicas)
- **PRINCÍPIOS**
 1. Reserva do possível
 - = devem ser efetivados "na medida do financeiramente possível"
 2. Demonstração objetiva
 - Inexistência de recursos
 - Ausência de previsão orçamentária
 3. Limitada pelo mínimo existencial
 4. STF: o judiciário pode (excepcionalmente) determinar implementação de ações para concretização dos direitos sociais
- 2. Mínimo existencial
 - Prestações essenciais para uma **existência digna** (condições materiais mínimas)
 - Tem-se intensificado a **atuação do judiciário** na implementação de políticas públicas para concretização dos direitos fundamentais
 - **principalmente na saúde** (fornecimento de medicamentos)
- 3. Vedação do retrocesso
 - Evitar que conquistas sociais alcançadas pelo cidadão sejam desconstruídas
 - = **garantia institucional** e direito subjetivo

DIREITOS SOCIAIS



ASPECTOS GERAIS

- Art. 7º da CF/88 = rol **exemplificativo**
"além de outros que visem à melhoria de sua condição social"
- Aplicam-se aos trabalhadores **urbanos** e **rurais**

ALGUNS DIREITOS IMPORTANTES

- Proteção contra despedida Nos termos de lei complementar
 - arbitraria sem justa causa
 - Preverá indenização compensatória dentre outros

CF/88 previu **2 casos** de **vedação**

absoluta à dispensa

- Arbitraria
- Sem justa causa

- Empregado eleito para direção de CIPAS (Do registro a 1 ano após término do mandato)
- Empregada gestante (Da confirmação da gravidez até 5 meses após o parto)

- Seguro-desemprego (se desemprego **in**voluntário)
- FGTS (recolhido pelo empregador)
 - Alíquota: **8%**
 - Além disso, não é direito dos servidores públicos estatutários

ALGUNS DIREITOS IMPORTANTES

- Salário mínimo
 - Fixado em **lei** (formal)
 - Reajuste periódico
 - Vedada sua vinculação para qualquer fim (STF deixa para pensão alimentícia)
 - STF permite que os conscritos recebam remuneração inferior
- Piso salarial
 - Proporcional a extensão complexidade do trabalho
- Irredutibilidade do salário
 - Salvo disposto em **convenção** ou **acordo** coletivo
- Garantia de salário **não inferior** ao mínimo aos que percebem remuneração variável
- 13º salário com base na remuneração integral ou valor da aposentadoria
- Remuneração do trabalho **noturno superior** à do diurno
 - Adicional noturno devido ainda que o empregado trabalhe em regime de revezamento (STF)

**DIREITOS
sociais
INDIVIDUAIS DOS
TRABALHADORES**

DIREITOS SOCIAIS

= INDIVIDUAIS DOS TRABALHADORES =

ALGUNS DIREITOS IMPORTANTES ||

- Proteção ao salário
→ É **crime** sua retenção dolosa
- Participação nos **Lucros**
Desvinculada da Resultados
remuneração
e, excepcionalmente, participação na **gestão** da empresa
- Salário-família
→ a dependente de trabalhador de **baixa renda**
- Duração normal do trabalho
8 horas diárias
44 semanais
Facultada
mediante acordo ou convenção coletiva
Jornada de **6 horas** para trabalho realizado em turnos **ininterruptos** de revezamento
(salvo negociação coletiva)
- Repouso semanal remunerado, **preferencialmente** aos domingos

ALGUNS DIREITOS IMPORTANTES ||

- Remuneração do serviço extraordinário (hora extra) **no mínimo 50% superior** Serviço normal
- Férias anuais remuneradas com $\geq 1/3$ a mais
A licença à adotante não pode ser inferior
- Licença
À gestante → 120 dias (sem prejuízo do emprego/salário)
Paternidade → termos da lei
- Proteção do mercado de trabalho da mulher
- Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço (mínimo = 30 dias)
- Redução dos riscos inerentes ao trabalho
Normas de
Saúde
Higiene
Segurança
- Adicional de remuneração para
Atividades
Penosas
Insalubres
Perigosas

ALGUNS DIREITOS IMPORTANTES

- Aposentadoria
- Assistência gratuita a filhos dependentes em creches/pré-escolas
- Reconhecimento de convenção ou acordo coletivo
- Proteção em face da automação
- Seguro contra acidentes de trabalho
- A cargo do empregador
Não exclui indenização em caso de **dolo ou culpa**
- Igualdade de direitos entre empregado permanente e trabalhador avulso

desde o nascimento até 5 anos de idade

filhos

dependentes

DIREITOS SOCIAIS INDIVIDUAIS DOS TRABALHADORES

PEC Nº 72/2013

Parágrafo único do art.7º

- Diz que altera a CF/88 para estabelecer a **igualdade de direitos** trabalhistas entre trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos/rurais

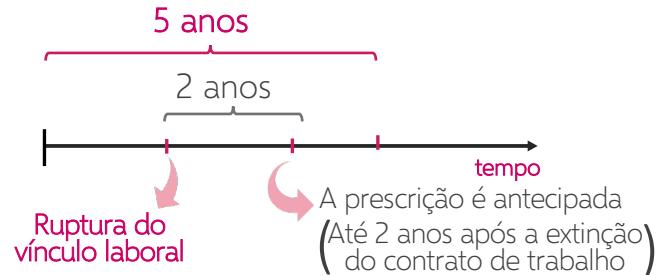
Mas não atribuiu aos empregados domésticos todos os direitos dos demais

AÇÕES RELACIONADAS A CRÉDITOS TRABALHISTAS

- Situação 1: sem dissolução do contrato de trabalho



- Situação 2: com dissolução do contrato



PROIBIÇÕES

- Diferenças de Salário, Função, Critério de admissão por motivo de Sexo, Idade, Cor, Estado civil
- Discriminação no tocante à Salário, Critério de admissão da pessoa com deficiência
- Distinção entre trabalho manual, técnico e seus respectivos profissionais intelectual
- Trabalho noturno, perigoso a menores de 18 anos e insalubre de qualquer tipo a < 16 anos (Salvo aprendiz > 14 anos)

ASPECTOS GERAIS

- Art. 8º da CF/88
É livre a associação
- Ningém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado
- Observadas disposições constitucionais
- Aplicam-se à organização de
 - Sindicatos rurais
 - Colônias de pescadores
- Atendidas as condições legais

Ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado

Profissional ou Sindical

Observadas disposições constitucionais

Aplicam-se à organização de

Sindicatos rurais
Colônias de pescadores

Atendidas as condições legais

ATUAÇÃO DO SINDICATO

- Defesa dos interesses/direitos
 - Individuais
 - Coletivos
- Inclusive questões
 - Judiciais
 - Administrativas
- Os sindicatos têm **ampla legitimidade** ativa (substitutos processuais)
- sem necessidade de prévia autorização
- **Obrigatória** a participação do sindicato nas negociações coletivas de trabalho

CRIAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL

- A lei não pode exigir **autorização** do estado
- Salvo registro
- **Vedado** ao poder público
 - interferência na organização sindical
 - intervenção
- Princípio da **unicidade da organização sindical**
Vedada a criação de > 1 organização sindical na mesma base territorial
- Não inferior a um município

DIREITOS SOCIAIS COLETIVOS DOS TRABALHADORES

CONTRIBUIÇÕES



ATENÇÃO!

CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA

- Facultativa
- Fixada pela assembleia geral
- Só é exigível dos filiados do respectivo sindicato

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

- Fixada em lei
- Recolhimento pelos empregadores apenas dos empregados que autorizarem

ESTABILIDADE SINDICAL

- Vedada a dispensa do empregado sindicalizado
 - A partir do **registro da candidatura**
 - A cargo de direção ou representação sindical
- Se eleito: até **1 ano** após o final do mandato
 - Ainda que como suplente
- Não se aplica se cometer falta grave (nos termo da lei)

DIREITOS SOCIAIS COLETIVOS DOS TRABALHADORES

OUTROS DIREITOS IMPORTANTES

- Assegurada participação de **trabalhadores** e **empregadores** nos **colegiados de órgãos públicos** que discutam sobre seus interesses **profissionais** e **previdenciários**
- Em empresas com mais de **200 empregados**
 - Eleição de um representante
 - Finalidade exclusiva de promover **entendimento** direto entre empregados e empregadores
- O **aposentado** filiado tem direito de
 - Voto**
 - Ser votado**
- **Aposentado pode ser eleito representante sindical**

DIREITO DE GREVE

- É assegurado o direito de greve
 - Os trabalhadores decidem sobre a oportunidade e interesses defendidos
- A **lei** definirá
 - Serviços/atividades essenciais**
 - Atendimento das necessidades inadiáveis** da comunidade
- Os **abusos** sujeitam os responsáveis às penas da lei

ATRIBUIÇÃO DA NACIONALIDADE

- Originária → natos
Involuntária, natural
Jus sanguini ou *jus soli*
- Derivada → naturalidade
Ato volitivo
Podem ser extraditados!

ASPECTOS GERAIS

- É o vínculo jurídico-político entre **estado e povo**
Cada um legisla sobre sua nacionalidade
- Dimensão pessoal do estado
- Dimensões
 - Vertical: Estado ↑ Indivíduo
 - Horizontal: Indivíduo ↔ indivíduo



NO BRASIL:

NACIONALIDADE ORIGINÁRIA:

- Regra = *jus soli*
qualquer um nascido no Brasil será brasileiro nato
- Salvo: Ambos os pais forem estrangeiros **e**
Pelo menos um deles estiver a serviço de seu país
- Situações *jus sanguini*:
 - Pai ou mãe brasileiros **e** pelo menos um deles a serviço do Brasil
 - Pai ou mãe brasileiros **e** ser registrado em repartição brasileira **ou**
viver a residir no Brasil e optar, a qualquer tempo após a maioridade, pela nacionalidade

NACIONALIDADE

NO BRASIL:

NACIONALIDADE DERIVADA

NATURALIZAÇÃO ORDINÁRIA

Cumprir os requisitos em lei
Facilitado àqueles de países que falam português:

Residir no Brasil por 1 ano ininterruptamente + Idoneidade moral

NATURALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Requisitos objetivos:

Residir no BR por 15 anos ininterruptamente	+	Não possuir condenação penal	+	Requerimento do interessado (tem direito subjetivo)
---	---	------------------------------	---	---

NACIONALIDADE

PERDA DA NACIONALIDADE

NOVIDADE!
(EC 131/23)

HIPÓTESES:

Brasileiro que:

1. Tiver **cancelada a naturalização** por sentença judicial em virtude de:
 1. fraude relacionada ao processo de naturalização ou
 2. atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático

↳ Apenas para brasileiros naturalizados

↳ Para brasileiros naturalizados e natos

2. fizer **pedido expresso de perda da nacionalidade** brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

↳ não impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei.

PORTUGUESES RESIDENTES NO BRASIL

- Terão os **mesmos direitos** que os naturalizados, salvo os casos expressamente previstos na CF/88

↳ Desde que haja reciprocidade em favor dos brasileiros

↳ Não é atribuição de nacionalidade

CARGOS PRIVATIVOS

- São privativos de **brasileiro nato** os cargos:
 - Presidente e Vice-Presidente da República;
 - Presidente da Câmara dos Deputados;
 - Presidente do Senado Federal;
 - Ministro do Supremo Tribunal Federal;
 - carreira diplomática;
 - oficial das Forças Armadas.
 - Ministro de Estado da Defesa.

TIPOS

- Direitos políticos positivos: participação ativa dos indivíduos na política

(Iniciativa popular, plebiscito, referendo)

- Sufrágio** = Capacidade eleitoral **ativa** + Alistabilidade + direito de votar
- Direitos políticos negativos: limitam o exercício da cidadania
= inelegibilidade + perda/suspensão dos direitos políticos

Capacidade eleitoral **passiva**
Direito de ser votado (elegibilidade)

DIREITOS POLÍTICOS

REGIMES:

- Democracia direta → Povo exerce o poder diretamente sem intermédio de representantes
- Democracia indireta → O povo elege representantes que governam o país
- Democracia semidireta → = direta (Iniciativa popular, plebiscito, referendo) ou participativa
+ indireta (eleições)

ASPECTOS GERAIS

- Garantem a **participação** do povo no processo de condução da política nacional relacionados aos exercícios da cidadania

CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

- Nacionalidade brasileira
- Pleno exercício dos direitos políticos
- Alistamento eleitoral
- Domicílio eleitoral na circunscrição
- Filiação partidária
- Idade mínima



35 anos	<ul style="list-style-type: none"> Presidente Vice-presidente Senador
30 anos	<ul style="list-style-type: none"> Governador Vice-governador
21 anos	<ul style="list-style-type: none"> Deputado federal Deputado estadual Prefeito Vice-prefeito Juiz de paz
18 anos	<ul style="list-style-type: none"> Vereador

IMPUGNAÇÃO DO MANDATO

- Ante a justiça eleitoral em **15 dias** da diplomação
- Com provas de
 - Abuso de poder econômico
 - Corrupção
 - Fraude
- Tramitará em segredo de justiça
- O autor responderá se temerária ou de manifesta má-fé

INELEGIBILIDADES

- Relativas: (não são exaustivas) → Lei complementar pode estabelecer outras
 1. Por motivos funcionais
 - No máximo 2 mandatos consecutivos no **mesmo cargo** (Aplica-se apenas aos cargos do poder executivo (do legislativo não!))
 - Para concorrerem a **outros cargos**, os chefes do executivo devem renunciar aos respectivos mandatos até 6 meses antes do pleito

cônjugue, parentes consanguíneos ou afins até o 2º grau ou por adoção

ALISTAMENTO ELEITORAL

- **Obrigatório** → maiores de 18 anos
- **Facultativo** →
 - Analfabetos
 - 16 e < 18 anos
 - > 70 anos
- **Vedado**
 - Estrangeiros (portugueses equiparados podem!)
 - Conscritos (Durante o serviço militar obrigatório!)

DIREITOS POLÍTICOS

2.

Por motivo de casamento

- Afeta a exigibilidade de terceiros relacionados ao chefe do executivo no território de sua jurisdição

↓
salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição

ou quem o haja substituído dentro de 6 meses anteriores ao pleito

3. Relativa à condição de militar

- É eleito se cumprir:
 1. Se < 10 anos de serviço
Deve afastar-se
 2. Se > 10 anos de serviço
Será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente à inatividade no ato da diplomação

DIREITOS políticos

PRIVAÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS

- Em hipótese alguma há cassação dos direitos políticos  ATENÇÃO!

SUSPENSÃO = temporária

- Prazo determinado ou não
- Reaquisição automática
- Hipóteses:
 - Incapacidade civil absoluta
 - Condenação criminal transitada em julgado
Enquanto durarem os efeitos
 - Improbidade administrativa

PERDA = definitiva

- Prazo indeterminados
- Reaquisição não automática
- Hipóteses:
 - Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado
 - Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa

PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE ELEITORAL

- A lei que alterar o processo eleitoral não se aplica à eleição que ocorra até 1 ano da data da sua vigência

Mas ela já entra em vigor na data da sua publicação

ASPECTOS GERAIS

- São entidades de direito **privado**
- É **livre** sua **criação**, **fusão**, **incorporação** e **extinção**. Aquisição com a inscrição do ato constitutivo no registro!
- Devem **resguardar**:
 - Soberania nacional
 - Regime democrático
 - Pluripartidarismo
 - Direitos fundamentais
- Adquirem **capacidade política** com o registro de estatuto no **TSE**

OUTRAS OBSERVAÇÕES

- Têm direito a:
 - recursos do fundo partidário
 - acesso gratuito ao rádio e tv
- ATENÇÃO!** Após a EC 97/2017, só serão concedidos aos partidos que cumprirem a **cláusula de barreira**
- Vedada a utilização de **organização paramilitar**
- Desde as eleições de 2020, foram vedadas as **coligações** nas eleições pelo sistema proporcional

CLÁUSULA DE BARREIRA:

- Obtiveram nas eleições da Câmara dos Deputados $\geq 3\%$ dos votos válidos em pelo menos $1/3$ das unidades da federação, com $\geq 2\%$ dos votos válidos em cada uma; ou
- Tiverem elegido ≥ 15 deputados federais em $\geq 1/3$ das unidades da federação

PRECEITOS A SEREM OBSERVADOS

- Caráter nacional
- Proibição de recebimento de valores de governos estrangeiros ou submissão a eles
- Prestação de contas à justiça eleitoral
- Funcionamento parlamentar conforme a lei

partidos políticos

AUTONOMIA PARTIDÁRIA

- Para definir
 - Organização
 - Estrutura interna
 - Funcionamento
 - Coligações eleitorais

Não precisa haver vinculação entre as candidaturas nacional, estadual, distrital e municipal

INCLUSÃO DA MULHER

NOVIDADE! (EC 117/022)

- os partidos devem aplicar **no mínimo 5%** dos recursos do **fundo partidário** em programas de promoção/difusão da **participação política das mulheres** (de acordo com os interesses intrapartidários)

- montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha
 - parcela do fundo partidário destinada a campanhas eleitorais
 - tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão
- no mínimo 30% às mulheres**, proporcional ao número de candidatas
- a distribuição seguirá critérios definidos pelos respectivos órgãos de direção e pelas normas estatutárias, considerados a autonomia e o interesse partidário

FEDERAÇÃO

CARACTERÍSTICAS:

1. Autonomia política:
 - Auto-organização
 - Auto legislação
 - Autoadministração
 - Autogoverno
2. Repartição constitucional de competências e de rendas
3. Indissolubilidade do vínculo
4. Nacionalidade única
5. Rigidez constitucional
6. Mecanismos de intervenção
7. Existência de um tribunal federativo
8. Participação dos entes na vontade nacional

CLASSIFICAÇÕES:

1. Quanto à origem
 - Por agregação (centrípeto)
Reunião de estados soberanos
 - Por segregação (centrífugo)
Descentralização de um estado unitário
2. Quanto à concentração de poder
 - Centralizado
 - Descentralizado
 - De equilíbrio
3. Quanto ao equacionamento de desigualdade
 - Simétrica
(Distribuição igualitária de competências e receitas)
 - Assimétrica
(Reconhecimento de que há desigualdades socioeconômicas entre os entes e busca reduzi-las)
4. Quanto à repartição de competências
 - Dual
(Cada ente tem suas competências e não há comunicação)
 - Cooperativa
(Os entes exercem suas competências em conjunto)

ORGANIZAÇÃO

= POLÍTICO-ADMINISTRATIVA =

ESTADO

=

CLASSIFICAÇÕES

Território
Povo
Governo soberano

1. Estado unitário: centralização política do poder

Admite-se descentralização administrativa
2. Estado federado: poder político é territorialmente descentralizado

Há várias P.J. com capacidade política → há uma pluralidade de ordenamentos jurídicos

FEDERAÇÃO = união **indissolúvel** de entes **autônomos**, fundamentada em uma **constituição**. Não há direito de secessão



CONFEDERAÇÃO = reunião de estados **soberanos**, fundamentada em um tratado **internacional**. É uma união **dissolúvel**



ATENÇÃO!

UNIÃO

- Pode editar leis **nacionais**
federais
- Os **territórios** integram a União (= descentralização administrativa)
 - Não são entes federativos (não têm autonomia)
 - Governador nomeado pelo presidente
 - Têm 4 deputados federais e nenhum senador
 - Podem ser divididos em municípios

Esses terão autonomia!

ESTADO

- Auto-organização (**Constituições estaduais**)
- Auto-legislação (Leis estaduais)
 - Devem observar princípios constitucionais
- Poder Legislativo = unicameral (**Assembleia legislativa**)
 - * Deputados = Triplo do #dep. federais e, se ≥ 36 , somar o #dep. federais acima de 12
- Poder Executivo = governador + vice
 - Subsídio fixado por lei de iniciativa da assemb. legislativa
- Poder Judiciário = organizado pelo Estado observada a CF/88
 - Competência dos tribunais → Lei de organiz. jurídica → Iniciativa do TJ.
- Podem instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões → Lei complementar

FEDERAÇÃO BRASILEIRA

ASPECTOS GERAIS

- Federação de 3º grau (todos autônomos)
- Capital federal = Brasília

DF

- Auto-organização → lei orgânica
- Competência cumulativa: **estados + municípios**
- Não pode ser dividido em municípios
- Competência para organizar e manter MP + judiciário + PM + CBM é da **União**

MUNICÍPIOS

- Auto-organização → lei orgânica
- Eleições do prefeito:
 - ≤ 200 mil eleitores: 1 turno
 - > 200 mil eleitores: 2 turnos
- Julgamentos do prefeito:
 - Justiça comum → TJ
 - Crimes eleitorais → TRE
 - Crimes federais → TRF
 - Crimes de responsabilidade Próprios → Câmara municipal
Impróprios → judiciário

FEDERAÇÃO federativa BRASILEIRA



VEDAÇÕES FEDERATIVAS

1. Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los ou embaraçá-los
 - ↳ pode colaboração de interesse público
2. Recusar fé dos documentos públicos
3. Criar distinções ou preferências entre os brasileiros

BENS DA UNIÃO

- Rol exemplificativo
- Bens importantes:
 1. Terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras
 2. Águas que
 - ↳ Banhem > 1 estado
 - ↳ Limites com outros países
 3. Ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; praias marítimas. Ilhas oceânicas e costeiras, excluídas sedes de municípios
 4. Recursos naturais da
 - ↳ Plataforma continental
 - ↳ Zona econômica exclusiva
 5. Mar territorial
 6. Terrenos da marinha
 7. Potenciais de energia hidráulica
 8. Recursos minerais
 9. Cavidades naturais e sítios arqueológicos
 10. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios



ALTERAÇÕES NOS ESTADOS

- Podem incorporar-se ou desmembrar-se para
 - ↳ anexarem-se a outros
 - ↳ formarem novos estados
- Aprovação pela
 - população diretamente interessada
 - = toda a população do estado!
- mediante plebiscito e do Congresso Nacional via
 - lei complementar
- ato discricionário do Congresso !

ALTERAÇÕES NOS MUNICÍPIOS

- Podem ser
 - Criados
 - Incorporados
 - Fundidos
 - Desmembrados
- Mediante
 - lei estadual dentro do período determinado por
 - lei complementar federal
- Dependem de:
 - consulta via plebiscito às populações dos municípios
 - estudos de viabilidade municipal

BENS DOS ESTADOS

- 1. Águas emergentes, fluentes e em depósito
- 2. Áreas nas ilhas oceânicas e costeiras sob seu domínio, salvo as da união e dos municípios
- 3. Ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União
- 4. As terras devolutas não compreendidas entre as da União

Ressalvadas as de obras da União

ASPECTOS GERAIS ||

- **Princípios:**
 1. Da predominância do interesse [União: geral
Estados: regional
Municípios: local] DF
 2. Da subsidiariedade: as questões devem ser resolvidas pelo ente que estiver mais próximo da tomada de decisão
- **Técnicas:**
 - 1. Horizontal: cada ente atua em uma área específica, sem a interferência do outro (competências exclusivas/privativas)
 - 2. Vertical: exercidas em conjunto pelos entes (Atuação coordenada) (Competências comuns e concorrentes)

→ a CF/88 adotou ambas!



COMPETÊNCIAS ADMINISTRATIVAS:

Relacionadas à execução e prestação de serviços-públicos

COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS:

Relacionadas à criação das leis

COMPETÊNCIAS CONCORRENTES ||

Direito [Penitenciário
Urbanístico
Financeiro
Econômico
Tributário
Orçamento]

- Proteção do meio ambiente
- Educação
- Ensino
- Ciência
- Pesquisa, desenvolvim. e inovação
- Previdência social
- Proteção e defesa da saúde
- Cultura
- Desporto
- Tecnologia

REPARTIÇÃO NA CF/88 ||

- Enumera expressamente as competências da União (exclusivas e privativas) e dos municípios
- Administrativas e indelegáveis → Legislativas e delegáveis aos estados via lei complementar
- Não lista as competências dos estados (residual)
Mas prevê: explorar diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei (vedada edição de medida provisória)

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

COMPETÊNCIAS COMUNS ||

= todos os entes
(repartição vertical)

Relacionadas a interesses difusos →

(saúde, meio ambiente, moradia
Patrimônio [Histórico
Cultural
Artístico
pobreza, segurança no trânsito...)

COMPETÊNCIAS CONCORRENTES: ||

legislativas = União,
Estados e D.F.

União = normas gerais (municípios não!)
Estados/DF = normas complementares

Inexistindo lei federal, os estados exerçam competência legislativa plena para atender suas peculiaridades

Superveniência de lei federal suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrário (não revoga!)

COMPETÊNCIAS DA UNIÃO

EXCLUSIVAS: (administrativas)

Relacionadas a:

1. Relações com outros estados
2. **Atividades nucleares**
3. Defesa nacional e matérias bélicas
4. Estado de sítio, defesa, intervenção
5. Moeda e câmbio
6. Serviço postal e de telecomunicações
7. Exploração de serviços de transporte interestadual e internacional
8. Assuntos de abrangência nacional (classificações indicativas, estatísticas...)
9. Inspeção do trabalho
10. Garimpagem

NOVIDADE! (EC 115/022)

Compete à União organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais. (nos termos da lei)

PRIVATIVAS: (legislativas)

São delegáveis:

Requisitos: **Lei complementar**
Delegação de questões específicas
Deve abranger todos os estados

1. Direito: Processual, eleitoral, civil, penal, comercial, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial, do trabalho
2. Desapropriação
3. Serviços { Postal, Monetário, câmbio }
4. Comércio exterior/interestadual
5. Diretrizes { Política nacional de transporte, Da educação nacional }
6. Trânsito e transporte
7. Consórcios e sorteios
8. Poupança
9. Nacionalidade, cidadania
10. Populações indígenas
11. Seguridade social
12. Defesa
13. Propaganda comercial
14. Normas gerais de licitação e contratação
15. **proteção e o tratamento de dados pessoais**

NOVIDADE! (EC 115/022)

NOVIDADE! (EC 118/022)
sob regime de **permissão**, são autorizadas:
 [produção, comercialização
utilização de radioisótopos para pesquisa e uso
médicos] [comercialização
utilização de radioisótopos para pesquisa e uso
agrícolas e industriais]

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS

1. Legislar sobre assuntos de interesse local
2. Suplementar a legislação { Federal, Estadual }
3. Criar/organizar/suprimir distritos (observada legislação estadual)
4. Prestar serviços de interesse local (transporte coletivo tem caráter essencial)
5. Manter programas de ensino fundamental e educação infantil
6. Prestar atendimento à saúde da população com cooperação técnica e financeira da União e dos estados
7. Promover adequado ordenamento territorial (planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano)
8. Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual

SÚMULAS IMPORTANTES:

SV. 38:

“é competente o município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial”

SV. 49:

“ofende a livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área”

Salvo questões de segurança (ex.: postos de gasolina)

Não pode para estabelecimentos bancários (União)

INTERVENÇÃO

```

graph TD
    A[INTERVENÇÃO] --> B[ASPECTOS GERAIS]
    A --> C[TIPOS]
    C --> D[INTERVENÇÃO FEDERAL]
    C --> E[INTERVENÇÃO ESTADUAL]
    C --> F[INTERVENÇÃO NOS MUNICÍPIOS]
  
```

ASPECTOS GERAIS

- É elemento de **estabilização constitucional** (quando o princípio federativo estiver em risco)
- Suprime **temporariamente** a autonomia do ente
- Competência para decretação:
Chefe do executivo
(Presidente da República/governador)
- Em situações **excepcionais**
Taxativamente prevista na CF/88

CONTROLE POLÍTICO

- O decreto interventivo será submetido ao **poder legislativo** em até **24hs**
 - ↳ Se rejeitado, o chefe do executivo deve cessar a intervenção imediatamente
- Dispensado nos casos de intervenção federal
 - Prover execução de {Lei federal ou Ordem/decisão judicial}
 - Afronta aos princípios sensíveis

TIPOS

INTERVENÇÃO FEDERAL



INTERVENÇÃO ESTADUAL



INTERVENÇÃO NOS MUNICÍPIOS

HIPÓTESES:

1. Deixar de ser paga a **dívida fundada** por 2 anos consecutivos (salvo força maior)
2. Não forem **prestadas contas** devidas
3. Não tiver sido **aplicado o mínimo** exigido da receita municipal em:
 - Manutenção e desenvolvimento do **ensino**
 - Ações e serviços públicos de **saúde**
4. TJ der provimento à representação do **PGJ** para:
 - Promover execução de {Lei ou Ordem/decisão judicial}
 - Afronta aos princípios indicados na Constituição Estadual

INTERVENÇÃO

= NOS ESTADOS =

HIPÓTESES

INTERVENÇÃO ESPONTÂNEA

O presidente age de ofício

1. Manter a integridade nacional
2. Repelir invasão estrangeira, ou de uma unidade da federação em outra
3. Pôr termo a grave comprometimento da ordem pública
4. Reorganizar as finanças da unidade da federação que:
 - Suspender o pagamento da **dívida fundada** por > 2 anos consecutivos (salvo força maior)
 - Deixar de entregar aos municípios receitas tributárias nos prazos

INTERVENÇÃO PROVOCADA

1. Garantir o **livre exercício** de qualquer dos **poderes**
2. Prover execução de { Lei federal ou Ordem/decisão judicial
3. Assegurar a observância dos **princípios constitucionais sensíveis** *

* PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS SENSÍVEIS:

1. Forma republicana, sistema representativo, regime democrático
2. Direitos da pessoa humana
3. Autonomia municipal
4. Prestação de contas da administração pública
5. Aplicação do mínimo exigido da receita dos impostos estaduais em { Manutenção e desenvolvimento do ensino Ações e serviços públicos de saúde

FORMAS DE PROVOCAÇÃO

SOLICITAÇÃO

- Pelo poder Executivo ou legislativo coagido
- O atendimento é **discretório**

REQUISIÇÃO

- A decretação será **ato vinculado**
- No caso de impedimento do livre exercício do **poder judiciário** (pelo **STF**)
 - + Prover execução de ordem ou **decisão judicial**



COMPETÊNCIA	ORDEM/DECISÃO
STF	STF Justiça do trabalho Justiça militar
TSE	Justiça eleitoral
STJ	STJ Justiça estadual Justiça federal

PROVIMENTO DE REPRESENTAÇÃO DO PGR (pelo STF)

- Assegurar a observância dos **princípios sensíveis** (=ADI Interventiva)
- + Prover **execução de lei federal** (= ação de executoriedade)
- A decretação será **ato vinculado** (em até 15 dias)

FUNÇÕES DO PODER EXECUTIVO

- Função **típica**:
= função **executiva**
 - Função de governo → Decisões políticas
 - Função administrativa → Prestação de serviço público
- Função **atípica**
 - Legislativa: medidas provisórias, leis delegadas, decretos autônomos
 - Julgamento: no contencioso administrativo (ex.: processo administrativo disciplinar)

PRESIDENCIALISMO X

CHEFIA DO EXECUTIVO
VÍNCULO COM O LEGISLATIVO
MANDATO

Unipessoal e monocrática

Inexistente

Prazo determinado

PARLAMENTARISMO

Dual (chefe de estado ≠ chefe de governo)

Interdependentes

Prazo indeterminado
(Enquanto tiver o apoio do Parlamento)

MACETE: DECORE!

Sistemas de governo presidencialismo

INVESTIDURA E POSSE

- **Requisitos:**
 1. Brasileiro nato
 2. Alistamento eleitoral
 3. Pleno gozo dos direitos políticos
 4. > 35 anos
- **Eleição:** sistema majoritário de 2 turnos (primeiro e último domingos de Outubro)

Se antes do 2º turno houver [Morte, Desistência, Impedimento] candidato, será chamado o próximo de maior votação (não será convocado o vice!)

Se decorridos 10 dias da data da posse e o presidente ou vice não tiverem assumido teremos cargo **vago** (poder ocorrer de só um deles assumir!)

PODER EXECUTIVO



- **Linha sucessória** do Presidente da República:
 1. Vice-presidente
 2. Presidente da Câmara dos Deputados
 3. Presidente do Senado
 4. Presidente do STF

PRESIDENCIALISMO X

CHEFIA DO EXECUTIVO
VÍNCULO COM O LEGISLATIVO
MANDATO

Unipessoal e monocrática

Inexistente

Prazo determinado

PARLAMENTARISMO

Dual (chefe de estado ≠ chefe de governo)

Interdependentes

Prazo indeterminado
(Enquanto tiver o apoio do Parlamento)

Nos dois primeiros anos de mandato: eleições diretas 90 dias após aberta a última vaga

Nos dois últimos: eleições indiretas 30 dias após aberta a última vaga, pelo Congresso Nacional

IMPEDIMENTO E VACÂNCIA

= afastamento temporário → substituição

= afastamento definitivo → sucessão

- **Hipóteses:**
 1. Não comparecer em 10 dias para a posse
 2. Morte, renúncia, perda ou suspensão dos direitos políticos e perda da nacionalidade
 3. Crime de responsabilidade ou comum
 4. Ausência do país por > 15 dias sem autorização do Congresso Nacional

ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE ||

- Grupos:** (rol exemplificativo)
 1. Direção da administração pública federal
 2. Relação com o Congresso Nacional e atuação no processo administrativo
 3. Atribuições no plano das relações internacionais
 4. Atribuições concernentes à segurança interna, preservação da ordem institucional e da harmonia das relações federativas
 5. Nomeação de juízes do STF e tribunais superiores
- Competências delegáveis** aos
 - Ministros de estado
 - AGU e PGR
 1. Edição de decretos autônomos
 2. Conceder indulto e comutar penas
 3. Prover (e desprover) cargos públicos na forma da lei



RESPONSABILIZAÇÃO DO PRESIDENTE ||

O presidente possui apenas imunidades **formais**:
(não possui imunidade material)

1. Irresponsabilidade **penal** relativa: presidente não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício da função → Após o término do mandato, ele poderá ser responsabilizado
2. Vedações à prisão cautelar → É necessária sentença penal condenatória pelo STF
3. Autorização da Câmara dos Deputados (2/3 dos membros) → Juízo de admissibilidade político

MINISTROS DE ESTADO ||

- Assessores diretos do presidente
- Natos ou naturalizados Salvo o ministro da defesa
- Brasileiros > 21 anos
- Expedem instruções para execução de
 - Leis
 - Decretos
 - Regulamentos
 e referendam os decretos do presidentes
- Julgados no STF
 - Crimes comuns
 - Crimes de responsabilidade "autônomos"
- Julgados pelo Senado nos crimes de responsabilidade conexos com os do presidente

VICE-PRESIDENTE ||

- Suceder e substituir o presidente
- Atribuições previstas em lei complementar
- Participar dos conselhos da república/defesa

SUSPENSÃO DO PRESIDENTE ||

- Crime comum: desde o **recebimento da denúncia** ou queixa-crime
 - Crime de responsabilidade: desde a **instauração do processo** pelo Senado
- Penalidades:
1. Perda do cargo
 2. Inabilitação por 8 anos

PODER executivo

CONSELHO DA REPÚBLICA ||

- Órgão colegiado de natureza consultiva
↳ Natureza meramente opinativa
- Competente para se pronunciar sobre:
 1. Intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio
 2. Questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas
- INTEGRANTES: CAI MUITO!
 1. Vice-presidente
 2. Presidente da Câmara dos Deputados
 3. Presidente do Senado
 4. Líderes de maioria e minoria da Câmara dos Deputados
 5. Líderes da maioria e minoria do Senado
 6. Ministro da justiça
 7. 6 cidadãos → Brasileiros natos
≥ 35 anos
Mandatos de 3 anos

→ $\begin{cases} 2 & \text{pelo presidente} \\ 2 & \text{pelo Senado} \\ 2 & \text{pela Câmara} \end{cases}$ (Vedada a recondução)

CONSELHO DE DEFESA NACIONAL ||

- ↘ Órgão colegiado de natureza consultiva
↳ Natureza meramente opinativa
- Competente para:
 1. Opinar sobre Guerra e paz, Intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio
 2. Propor critérios/condições para uso de áreas indispensáveis à segurança (especialmente área de fronteira)
 3. Estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias à independência nacional e defesa do estado democrático
- INTEGRANTES: CAI MUITO!
 1. Vice-presidente
 2. Presidente da Câmara dos Deputados
 3. Presidente do Senado
 4. Ministro da justiça
 5. Ministro de estado da defesa
 6. Ministro das relações exteriores
 7. Ministro do planejamento
 8. Comandantes:
 - Marinha
 - Exército
 - Aeronáutica

poder legislativo



FUNÇÕES

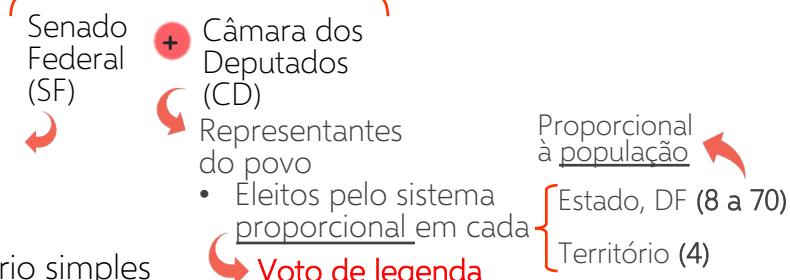
- Típicas: legislar e fiscalizar
(= predominantes)
- Atípicas: administrativa e de julgamento

ESTRUTURA

- Legislativo **federal**: bicameral
Congresso nacional (CN)

Representantes
dos estados e DF
**(territórios e
municípios não!)**

- Sistema majoritário simples
- Cada estado/DF elege **3** senadores. (total=81)
- Mandato de **8 anos** e
eleição a cada **4 anos**
(1 e 2 senadores
alternadamente)



FIDEIULDADE PARTIDÁRIA:
Perderá seu mandato o deputado
que se desfiliar sem razão legítima
Mudança significativa de
orientação programática
ou perseguição política

- Legislativo
 - Estadual: Assembleia legislativa
 - Municipal: Câmara municipal
- A bracket groups 'Estadual' and 'Municipal' under 'Legislativo'. Another bracket groups 'Assembleia legislativa' and 'Câmara municipal' under 'Unicamerais'. Red arrows point from the text 'Unicamerais' to both the assembly and the chamber.

FUNCIONAMENTO

- **LEGISLATIVO FEDERAL:**
 - **Regra geral:** Senado Federal e Câmara dos Deputados atuam de forma autônoma (sem subordinação)
 - **Sessão conjunta:** para deliberar sobre matérias de competências do Congresso Nacional mas os votos são contados separadamente dentro de cada casa

Hipóteses:

1. Elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns
 2. Receber o compromisso do presidente e vice-Presidente da República
 3. Conhecer do voto e sobre ele deliberar
 4. Discutir/votar lei orçamentária
 5. Delegar ao presidente poderes para legislar
- **Sessão unicameral:** CN. atua como uma única casa (contagem conjunta de votos)
 - Hipóteses: processo simplificado de **revisão constitucional** (5 anos após a promulgação da CF/88)

REUNIÕES ||

- Legislatura : 4 anos (4 SLO'S)
- Sessão Legislativa Ordinária (SLO)

02/fev – 17/jul
E 01/ago – 22/dez } Composta por dois
períodos legislativos

- A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei da **LDO** (lei de diretrizes orçamentárias)
- Antes da 1^a SLO e da 3^a SLO de cada legislatura:

Sessões preparatórias → Posse dos parlamentares (1^a SLO)
→ Eleição das mesas (1^a e 3^a SLO)

Sessão Legislativa Extraordinária (SLE):

→ Aquela durante os recessos parlamentares
(delibera sobre [Matéria para que foi convocada]
[Medidas provisórias])
Não há pagamento de verbas indenizatórias

CONVOCAÇÃO	HIPÓTESES
Presidente do Senado	<ul style="list-style-type: none"> • Decretação { Estado de defesa Intervenção federal } • Pedido de autorização para decretação de estado de sítio • Compromisso e posse do Presidente da República e seu vice
Presidente da República; da Câmara dos Deputados ou do Senado; ou maioria dos membros de ambas as casas	<p>→ com a aprovação da maioria dos membros de ambas as casas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Urgência • Interesse público relevante

PODER LEGISLATIVO

MESAS DIRETORAS ||

- Uma mesa em cada casa.
↳ Condução dos trabalhos { Legislativos
Administrativos }
- Mesa do Congresso Nacional
↳ Presidida pelo presidente do Senado
(demais cargos alternadamente pelos ocupantes de cargos equivalentes na C.D. e no S.F.)
- Mandatos = 2 anos
↳ Vedada a recondução para o mesmo cargo (dentro de uma mesma legislatura (STF))

COMISSÕES ||

- Órgãos de natureza técnica
- Por cada casa separadamente ou pelo Congresso Nacional (comissão mista)
- **Tipos:**
 - { Permanentes: integram estrutura da casa
Temporárias: para determinada matéria
↳ Encerram-se: • Término da legislatura
• Expiração do prazo
• Realizam seu objetivo

ASPECTOS GERAIS

- Exercício da função típica de fiscalização
↳ Controle político-administrativo
- Realização investigação parlamentar
 - Função meramente investigativa
 - Produzem o inquérito legislativo
- Suas conclusões são enviadas ao M.P. para que se promova responsabilização civil ou criminal dos infratores
- Por cada casa separadamente ou pelo Congresso Nacional (comissão mista)

PODER LEGISLATIVO COMISSÕES PARLAMENTARES = DE INQUÉRITO =

REQUISITOS PARA SUA CRIAÇÃO

1. Requerimento de 1/3 dos membros da casa
(não há limite de CPI's em funcionamento)
2. Fato determinado a ser investigado
 - Pode investigar > 1 fato e fatos conexos ao principal ↳ PEGADINHA!
3. Fixação de prazo certo
 - Permite prorrogações sucessivas até o término da legislatura (= termo final)

PODERES DE INVESTIGAÇÃO

- Têm competência para:
IMPORTANTE!
 - 1. Convocar particulares e autoridades públicas para depor
 - Testemunhas ou indiciados
 - Obrigadas a ir ↳ Não cabe condução coercitiva
 - 2. Realização de perícias e exames
 - 3. Determinar a quebra dos sigilos
 - Medidas restritivas de direitos:
 - { Decisão fundamentada
 - { Maioria dos membros (princípio da colegialidade)
 - Só acesso aos registros, não às conversas (= interceptação telefônica)
- Não têm competência para:
 - 1. Decretar prisões (salvo flagrante delito)
 - 2. Aplicar medidas cautelares
 - 3. Proibir/restringir assistência jurídica
 - 4. Anular atos do poder executivo
 - 5. Determinar a quebra de sigilo judicial
 - 6. Determinar a interceptação telefônica
 - 7. Determinar a busca e apreensão domiciliar de documentos
 - 8. Apreciar atos de natureza jurisdicional
 - 9. Convocar o chefe do executivo
 - ↳ Pode convocar ministros de estado e titulares de órgãos subordinados à presidência

poder legislativo

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

- Atribuições que **dependem de sanção**:
(edição de lei)
 - Dispor sobre todas as matérias de competência da União
 - Sistema tributário e orçamento
 - Planos/programas de desenvolvimento
 - Concessão de anistia
 - Organização administrativa, judiciária, do MP e da DP da união e dos territórios
 - Organização judiciária e do MP do DF
 - Moeda e seus limites de emissão
 - Matéria
 - Financeira
 - Cambial
 - Monetária
 - Fixação do subsídio dos ministros do STF
 - Criação
Transformação
Extinção

Se vagos, pode por decreto autônomo

- Atribuições que **não dependem de sanção**
(via decreto legislativo)

- Aprovar tratados internacionais

Após a aprovação, o presidente pode ratificar e editar o decreto executivo que o internaliza **Aí entra em vigor no plano interno**
- Aprovar ou suspender o estado de defesa
Decretado pelo Presidente da República
- Sustar os atos normativos do poder executivo que exorbitem

O poder regulamentar
Limites da delegação legislativa
- Fixar os subsídios:
 - Presidente da República e de seu vice
 - Ministros de estado
- Julgamento das contas do Presidente da República
(com parecer prévio do TCU) Deve prestar contas em até 60 dias após abertura da sessão legislativa
- Fiscalizar e controlar os atos do poder executivo
- Escolher 2/3 dos membros do TCU
- Autorizar referendo
 - Convocar plebiscito

O Congresso apresenta a matéria para a população depois da elaboração

População é convocada antes de a matéria ser elaborada pelo Congresso

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

ATRIBUIÇÕES DO SENADO FEDERAL

Mediane
resolução

(= competências
privativas)

- Julgar, nos crimes de responsabilidade:

1. Presidente da República
2. Vice-Presidente da República
3. Ministros do STF
4. Membros do CNJ e CNMP
5. PGR
6. AGU
7. Ministros de estado, em crimes conexos com o Presidente da República

- Aprovar, previamente, a **nomeação** e escolha de importantes autoridades:

1. Ministros do STF
2. Chefs de missões diplomáticas permanentes
3. Magistrados (casos na CF/88)
4. Ministros do TCU
5. Governador de território
6. Presidente/diretores do BACEN
7. PGR (e sua exoneração antes do prazo)
8. Outros casos em lei

- Autorizar **operações externas** de natureza financeira (por estados, DF, municípios e territórios)
- Avaliar periodicamente a funcionalidade do **sistema tributário nacional**
- Suspender a execução de **lei declarada inconstitucional** por decisão definitiva do STF
- Estabelecer **limites** globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos
 - Estados, DF
 - Municípios
- Dispor sobre **limites e condições** para concessão de **garantia da União** em operações de crédito externo/interno

ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Mediane
resolução

(= competências privativas)

- Autorizar (2/3 membros) a instauração de processos contra
 - Presidente da república
 - Seu vice
 - Ministros de estado
- Proceder à **tomada de contas do presidente** se ele não a fizer em até 60 dias da abertura da sessão legislativa CAI MUITO!

- Elaborar seu regimento e dispor sobre sua organização e funcionamento
- Iniciativa privativa de projeto de lei para fixação da remuneração de seus servidores
- Eleger membros do conselho da república

também são competências do Senado

poder legislativo

- Dispor sobre **limites e condições** para **operações de crédito** externo/interno de
 - União
 - Estados e DF
 - Municípios
- Fixar **limites globais para a dívida** consolidada de
 - União
 - Estados e DF
 - Municípios

Suas autarquias e entidades controladas pelo poder público federal

IMUNIDADES PARLAMENTARES

- Garantias funcionais → irrenunciáveis

1. IMUNIDADE MATERIAL

- Deputados e senadores são invioláveis civil e penalmente, por quaisquer de suas
 { Opiniões
 Palavras no exercício de sua função
 Votos

 se no Congresso Nacional = Presunção absoluta de relação à função
- É **permanente**: persiste após a legislatura

2. IMUNIDADE FORMAL

- É **limitada** no tempo: Só durante o mandato
- Relativa à **prisão**:
 - Desde a expedição do diploma
 - = Impossibilidade de ser/permanecer preso, salvo:
 1. Flagrante delito por crime inafiançável
 2. Sentença judicial transitada em julgado (conforme o STF)
- Relativa ao **processo**:
 - Para crimes cometidos após a diplomação
 - Processo pode ser sustado a pedido de partido político com representação na casa legislativa (decisão: voto da maioria dos membros) (ostensivo e nominal)

**poder
LEGISLATIVO
= ESTATUTO DOS =
CONGRESSISTAS**

PRERROGATIVA DE FORO

- Deputados e senadores são julgados pelo **STF**
 Desde a expedição do diploma
- Só abrange infrações **penais** comuns (**civis**, não!) Inclusive ação popular
- Processo com vários acusados (com e sem foro privilegiado) a regra geral é o desmembramento do processo, salvo se houver prejuízo à Justiça



NOVO ENTENDIMENTO DO STF:

O STF limitou o foro por prerrogativa de função dos parlamentares → só se aplica a crimes:

1. Praticados durante mandato
2. Relacionados ao exercício da função parlamentar

OUTRAS PRERROGATIVAS

1. Isenção do dever de testemunhar
 - Sobre informações recebidas/prestadas em razão do mandato
2. Necessidade de prévia licença para incorporação às forças armadas
 - Ainda que seja militar ou haja guerra
3. Imunidade durante o estado de sítio
 - Podem ser suspensas pelo voto de 2/3 da casa respectiva

INCOMPATIBILIDADE DOS PARLAMENTARES

DESDE A EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA:

1. Firmar/manter **contrato** (salvo se possuir cláusulas uniformes)

com { PJ de direito público
Autarquia
Empresa públicas e S.E.M.
Empresa concessionária de serviço público

2. Aceitar/exercer { Cargo
Função
Emprego

em { PJ de direito público
Autarquia
Empresa pública e S.E.M.
Empresa concessionária de serviço público

DESDE A POSSE:

1. Ser **proprietário, controlador ou diretor** de empresa que goze de favores decorrentes de contrato com PJ do direito público **ou nela exercer função remunerada**

2. Aceitar/exercer cargo/ função demissíveis

Ad nutum em

{ PJ de direito público
Autarquia
Empresa pública e S.E.M.
Empresa concessionária de serviço público

3. Patrocinar causa em que seja interessada uma das entidades acima
4. Ser titular de > 1 cargo ou mandato público eletivo

Poder Legislativo = ESTATUTO DOS CONGRESSISTAS

PERDA DO MANDATO

- Perda depende do juízo do plenário da casa legislativa:
 - Infringir proibições do art. 54 (incompatibilidades)
 - For incompatível com **decoro parlamentar**
 - For **condenado** criminalmente em sentença transitada em julgado
- Perda **declarada pela mesa** de ofício ou mediante provocação + ampla defesa
 - Membro
Partido com representação no Congresso
 - Deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a **1/3** das sessões ordinárias, salvo:
 - Licença
 - Missão autorizada
 - Perder ou tiver suspensos os **direitos políticos**
 - Quando o decretar a **justiça eleitoral**

• **Não** perderá o mandato o deputado/senador:

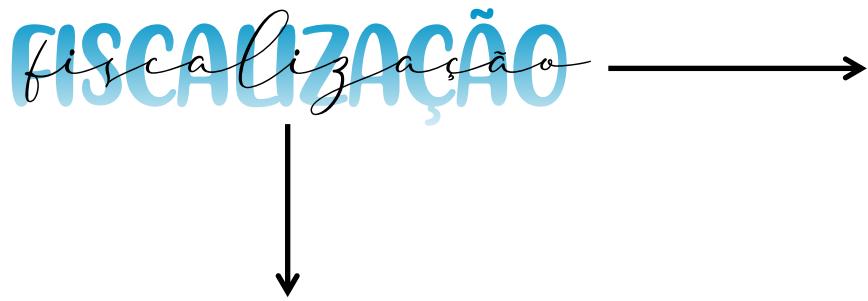
- Investido no cargo de { Ministro de estado
Governador de território
Secretário de estado/DF
Território, de prefeitura de capital,
Chefe de missão diplomática
- Licenciado pela casa por motivo de **doença** ou para tratar de **assunto particular** (sem remuneração) e até **120 dias** por sessão legislativa

IMUNIDADE DOS DEPUTADOS ESTADUAIS (e distritais)

- A eles aplicam-se as regras da CF/88:
- Têm imunidade material e formal

IMUNIDADE DOS VEREADORES

- Não** têm imunidade formal (processual)
- Têm imunidade material na circunscrição do município



- No âmbito de **cada poder**
- Deve **apoiar** o controle externo
- Ao tomar conhecimento de qualquer **irregularidade ou ilegalidade**, deve cientificar o **TCU**

CONTROLE EXTERNO

- Por órgão que **não** integra o poder sendo fiscalizado
- Pelo poder **legislativo** (pode haver participação popular)

FISCALIZAÇÃO || (C.O.P.O)

- Fiscalização **contábil, orçamentária, patrimonial e operacional**
- Pelo **Congresso Nacional**, com auxílio do **TCU** (Assembleia Legislativa) (TCE)
- Objeto:
 - Legalidade
 - Aplicação de subvenções
 - Renúncia de receitas
 - Legitimidade
 - Economicidade

TRIBUNAIS DE CONTAS ||

Auxiliam o Poder Legislativo

- Órgão **independentes e autônomos** sem subordinação hierárquica a qualquer dos poderes
- Sua atuação alcança **toda** a administração pública (direta e indireta) de todos os **poderes**

SÚMULA 347 (STF): "Os TCs, no exercício de suas atribuições, podem apreciar a constitucionalidade de leis e atos do poder público" **⚠ SUPERADA!**

Em 2021, o Plenário Virtual do STF consolidou o entendimento de que os TCs **não** podem realizar o controle de constitucionalidade com efeitos abstratos e vinculantes das normas e a súmula 347 foi tecnicamente afastada.

- **Não** têm função jurisdicional

TCU ||

- = 9 ministros
- têm prerrogativas, vencimentos, impedimentos e vantagens dos ministros do STJ
- Escolha dos membros: $\begin{cases} 1/3 \rightarrow \text{Presidente da República} \\ 2/3 \rightarrow \text{Congresso Nacional} \end{cases}$

REQUISITOS

1. Entre **35** e **70** anos **💡 NOVIDADE!** (EC.122/22)
2. Notável saber jurídico, contábil, econômico, financeiro ou de administração pública
3. Reputação ilibada e idoneidade moral
4. **> 10 anos** de exercício de função ou atividade profissional relacionada

- Decisões de que resultem $\begin{cases} \text{Débito ou} \\ \text{Multa} \end{cases}$ terão eficácia de **título executivo**
- Relatório de atividades → trimestral e anual

FISCALIZAÇÃO

= TRIBUNAIS DE CONTAS =



TCU

PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS

- Apreciar as contas anuais do Presidente da República (via parecer prévio)
- Julgar contas dos administradores e demais responsáveis de bens/valores públicos
- Apreciar (para registro) legalidade de:
 - Admissão de pessoal (salvo em comissão)
 - Concessões de aposentadorias, reformas e pensões
- Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela união (convênio, acordo...)
- Sustar execução de **ato** impugnado, se a entidade não tomar as previdências

No caso de **contrato** → a sustação será feita pelo **Congresso Nacional**

TCEs

- Obedecem no que couber às regras do TCU
- Membros **7** conselheiros
 - Escolha dos membros:
 - 1/3 → poder **executivo**
 - 2/3 → poder **legislativo**
- Responsáveis pelo **controle externo** da administração pública estadual
- **FISCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS:** pelo poder legislativo municipal + sistemas de controle interno do poder executivo municipal
 - Com auxílio de:
 - TCE
 - Tribunais de contas dos(s) município(s)
 - Conselhos dos municípios

TCMs

- É **vedada** a criação de **Órgãos de contas municipais**
 - Atualmente, existem o **TCM-SP** e **TCM-RJ** (existiam antes da CF/88)
- Pode-se criar órgão **estadual** com competência sobre **todos** os municípios:
TCM-GO, **TCM-BA** e **TCM-PA**

ASPECTOS GERAIS

- **Função típica** → judicial (ou jurisdicional)

Características:

1. Secundária: primeiro resolver entre as partes
2. Instrumental: é instrumento do direito
3. Desinteressada: age conforme o direito
4. Provocada: não age de ofício

- **Função atípica** → legislativa e administrativa

Edição de seus regimentos internos
Ligações, concursos, contratos

- Brasil adota o sistema inglês de jurisdição

Só o Judiciário faz **coisa julgada material**
= inafastabilidade de jurisdição



ESTRUTURAS

Órgão de controle interno

"guardião do direito objetivo federal"

CNJ

Corte constitucional
"guardião da constituição"
= tribunal supremo

STF

Poder Judiciário

JUSTIÇA COMUM

- Justiça Estadual (TJs e Juízes de Direito)
- Justiça Federal (TRFs e Juízes Federais)

JUSTIÇA ESPECIAL

- Justiça do trabalho
- Justiça militar
- Justiça eleitoral

Dentro os tribunais superiores, só o **STJ** não integra nenhuma justiça

JUIZADO ESPECIAL

- Juízes togados ou togados e leigos
- **Causas:**
 - Cíveis: de menor complexidade
 - Penais: de menor potencial ofensivo
- **Procedimentos:** oral e sumaríssimo
- **Permitidos:**
 - Transação
 - Recursos por turmas de juízes de 1º grau

JUSTIÇA DE PAZ

- para
 - celebrar casamentos
 - verificar a habilitação
 - conciliações não jurisdicionais
- Por cidadãos eleitos (ainda não houve eleição) para mandato de 4 anos

GARANTIAS FUNCIONAIS

- Visam garantir { independência | imparcialidade } dos membros do judiciário
→ Elencadas no **art. 95**, CF/88

VITALICIEDADE

- O magistrado só pode ser exonerado por **sentença judicial transitada em julgado**
- Aquisição:
 - Para juízes do primeiro grau: Após **2 anos** de exercício
(nesse período, pode perder por deliberação do tribunal)
 - Para os que não entram no primeiro grau:
desde a **posse**
(exs.: nomeados pelo “quinto constitucional”, como ministro do STF...)

IRREDUTIBILIDADE DO SUBSÍDIO

- Proteção contra qualquer retaliação dos poderes executivo e legislativo
- Limita-se ao valor **nominal**
(não há proteção ao valor real)

INAMOVIBILIDADE

- Impede que o juiz seja **removido**, salvo por interesse público
(relacionado ao princípio do juiz natural)
 - Também pode: { A pedido | Por promoção (pode recusar)}
 - É adquirida desde a **posse**
(não há prazo para aquisição)
- Não é absoluto!

poder JUDICIÁRIO = GARANTIAS=

GARANTIAS INSTITUCIONAIS

AUTONOMIA

1. Organizacional e administrativa

- Têm ampla competência em matéria administrativa (prover cargos, conceder licenças...)
- Podem propor ao legislativo: (entre outros)
 - Alterações no número de membros dos tribunais inferiores
 - Criação/extinção de cargos e de tribunais inferiores
 - Alteração da organização e divisão judiciais
 - Fixação do subsídio de seus membros

2. Financeira

- Os tribunais elaboram suas próprias propostas orçamentárias
devem estar dentro dos limites da LDO, ou o chefe do executivo procederá aos ajustes necessários

PODER poder JUDICIÁRIO



VEDAÇÕES AOS MAGISTRADOS || (art. 95)

- Fundamentadas na **ética** → manter a confiança na função jurisdicional
- Aos juízes é vedado:
 1. Exercer outro cargo/função
 - Salvo uma de magistério
 - Ainda que em disponibilidade
 2. Receber custas/**participação em processos**
 3. Dedicar-se à **atividade político partidária**
(deverá afastar-se definitivamente)
 4. **Receber auxílio** ou contribuição de
 - { pessoas físicas ou entidades públicas/privadas
 - ressalvadas exceções em **lei**
 5. **Exercer a advocacia** no {juízo Tribunal do qual se afastou antes de **3 anos** do afastamento
(aposentadoria ou exoneração)

ESTATUTO DA MAGISTRATURA

- Deve ser estabelecido por **lei complementar**
Ainda não editada
Atualmente é a LC 35/79
- Deve obedecer os **princípios** do art. 93 (CF/88)

ESTATUTO DA MAGISTRATURA ||

INGRESSO NA CARREIRA

- **Concurso** público de provas e títulos
 - Participação da **OAB** em todas as fases
 - Exige-se: { Bacharelado em **direito**
3 anos de atividade jurídica

PROMOÇÃO

- De entrância para entrância
- Por **antiguidade e merecimento**
(alternadamente)
 - Será **obrigatória** para o juiz que figurar em lista de merecimento { 3x seguidas ou 5x alternadas
- O tribunal só pode recusar o mais antigo pelo voto fundamentado de **2/3** dos membros
- Não será promovido o juiz que **retiver autos** em seu poder além do prazo legal
 - E não pode devolvê-los sem o devido despacho/decisão
- Acesso ao tribunal de 2º grau:
Promoção por **antiguidade e merecimento**
(alternadamente)
apurados na **última/única** entrância

ESTRUTURA REMUNERATÓRIA

- Em **subsídio** → parcela única
(vedado acréscimo de gratificação, abono...)



Fixado em lei e **escalonados**
(diferença entre classes de **5% a 10%**)

- É **inconstitucional** estabelecer limites **diferentes** ao judiciário federal e estadual (STF)

JULGAMENTOS

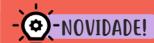
- Serão todos **públicos** e suas decisões **fundamentadas**
A lei pode limitar a presença a **partes** para preservação da intimidade
do interessado e o sigilo não prejudique o interesse público
- Decisões **administrativas** serão motivadas e em sessão pública
Decisões disciplinares = Por maioria absoluta dos membros

PODER JUDICIÁRIO

= ESTATUTO DA MAGISTRATURA =

REMOÇÃO E DISPONIBILIDADE

- São **sanções** aplicadas aos magistrados
- Decisão por voto de **maioria absoluta** do respectivo **tribunal** ou do **CNJ** (assegurada ampla defesa)
- Há remoção a pedido e permuta (regras da promoção)



NOVIDADE!
A reforma da previdência retirou da CF/88 a previsão da aposentadoria compulsória como punição

ININTERRUPTIBILIDADE DE JURISDIÇÃO

- Atividade jurisdicional é ininterrupta
 - vedadas férias coletivas nos **juízos** **tribunais de segundo grau**
- Em dias em que **não** houver expediente forense, haverá juízes em **plantão** permanente

CF/88 DETERMINA QUE:

- Número de juízes → proporcional a Demanda judicial e população
- Distribuição de processos é imediata
- Servidores poderão praticar atos de **Administração** **Mero expediente** (sem caráter decisório)

QUINTO CONSTITUCIONAL

- TRF's e TJs → **1/5** das vagas serão de membros
 - { Da advocacia
Do MP } → Notório saber jurídico e reputação ilibada + **10 anos** de atividade profissional
 - Mais **de 10 anos** de carreira
- Os órgãos de representação do MP/advocacia farão **lista sêxtupla** e tribunal faz um **lista tríplice** → Enviada ao executivo → Escolhe um em 20 dias

OBSERVAÇÕES:

1. Também se aplica a { TST
TRT }
2. Não se aplica a
 - STF
 - STM
 - TSE } Só há representantes da
 - TRE } advocacia (MP não)
3. Divergência sobre o STJ: nele, 1/3 dos membros são da advocacia ou MP

💡 NOVIDADE! EC 130/23

- Também deverão **respeitar o quinto**:
 - **remoção a pedido** de magistrados de comarca de igual entrância
 - a **permute de magistrados** de comarca de igual entrância e do **mesmo segmento de justiça** (inclusive entre os juízes de segundo grau) vinculados a **diferentes tribunais estaduais**, federais ou do trabalho!

→ a EC 130 passou a permitir a permuta entre juízes de diferentes TJs!

ÓRGÃO ESPECIAL

- Exerce atribuições { administrativas
jurisdicionais } delegadas pelo pleno
 - Em tribunais com mais de **25** julgadores
 - Entre **11** e **25** membros
- Metade das vagas: antiguidade
Metade das vagas: eleição pelo pleno

PODER JUDICIÁRIO = ESTATUTO DA MAGISTRATURA

OUTROS PRINCÍPIOS IMPORTANTES

- Aposentadoria e pensão pelos RPPS
- O juiz titular deve residir na respectiva comarca (salvo autorização do tribunal)

ASPECTOS GERAIS

- Criado pela EC nº 45/2004
(declarada constitucional pelo STF)
- **Finalidade →** controle:
 1. Da atuação **{ Administrativa Financeira}** do Judiciário
 2. Do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes

PEGADINHA!

É o órgão de controle interno do judiciário
(órgão administrativo)

Não exerce função jurisdicional

PODER JUDICIÁRIO CONSELHO NACIONAL = DA JUSTIÇA (CNJ) =

ATUAÇÃO

- O P. Judiciário é **{ Nacional Uno** → o CNJ
controla sua atuação em nível **{ Nacional e estadual**
sem qualquer violação ao pacto federativo
É **inconstitucional** a criação de órgão de controle administrativo do judiciário por Constituição **estadual**

COMPOSIÇÃO

(15 membros)

- (mandato de 2 anos + uma recondução)
1. Presidente do STF
 2. 1 ministro do STJ (Indicado pelo respectivo tribunal)
 3. 1 ministro do TST (Indicado pelo respectivo tribunal)
 4. 1 desembargador de TJ
 5. 1 juiz estadual

6. 1 juiz de TRF
7. 1 juiz federal

8. 1 juiz de TRT
9. 1 juiz do trabalho

10. 1 membro de MPU (indicado pelo PGR)
11. 1 membro do MPE (indicado pelo PGR)

- Dentre nomes indicados pela instituição estadual
12. 2 advogados (Indicados pelo conselho federal da OAB)

13. 2 cidadãos (1 indicado pelo Senado e 1 pela Câmara dos Deputados)
- De notável saber jurídico e reputação ilibada

- Presidente do CNJ = presidente do STF
Ausências e impedimentos = vice-presidente do STF

2 a 13 são nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado

PGR e presidente do conselho federal da OAB officiam junto ao CNJ (não são membros)

Poder JUDICIÁRIO

CONSELHO NACIONAL = DA JUSTIÇA (CNJ) =



MINISTRO-CORREGEDOR

- Exercida pelo ministro do STJ
- Fica excluído da distribuição de processos

COMPETÊNCIAS

- Receber reclamações/denúncias relativas a
 - Magistrados
 - Serviços judiciários
- Funções executivas do conselho (inspeção e correição geral)
- Requisitar/designar magistrados e servidores

JULGAMENTOS DOS MEMBROS

- Crimes de responsabilidade:** pelo Senado Federal
- Crimes comuns:**
Não há previsão de foro especial!
Cada membro será julgado conforme sua origem (STF, STJ...) pelo tribunal correspondente



COMPETÊNCIAS

(rol não exaustivo)

- Zelar pela autonomia do judiciário e pelo cumprimento do estatuto da magistratura

Tem poder **regulamentar** (edita normas primárias)
- Apreciar (de ofício ou por provocação) a **legalidade dos atos** administrativos dos membros do judiciário

CNJ pode

 - desconstrui-los
 - revê-los
 - fixar prazo para adequação
 (não pode fazer controle de constitucionalidade dos atos!)

IMPORTANTE! O CNJ não pode examinar os atos de natureza jurisdicional!
- Receber reclamações contra membros do poder judiciário

Pode

 - Avocar processos disciplinares em curso
 - Determinar
 - Remoção
 - Disponibilidade
 - Aplicar outras sanções administrativas
- Representar ao MP:
 - Crime contra a adm. pública
 - Abuso de autoridade
- Rever (de ofício ou por provocação) processos disciplinares de juízes/membros de tribunal julgados há **menos de 1 ano** (poder revisional)
- Elaborar relatórios
 - Semestrais: processos e sentenças por unidade da federação.
 - Anuais: providências sobre situação do judiciário

ASPECTOS GERAIS ||

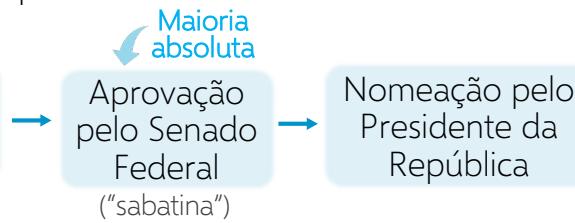
- = Supremo Tribunal Federal
- É o guardião da **Constituição Federal**
(= órgão máximo do poder judiciário)
- Composto por:
 - 2 turmas + Plenário

Competências idênticas
- O **presidente do STF** não ocupa nenhuma das turmas
Eleito por seus pares (mandato de 2 anos)

MEMBROS ||

- São **11 ministros**
- Requisitos:
 - 1. Entre **35** e **70** anos **NOVIDADE!** (EC.122/22)
 - 2. Notável saber jurídico
 - 3. Reputação ilibada
 - 4. Brasileiro **nato**
 - 5. Estar em pleno gozo dos direitos políticos
- Nomeação :

Indicação pelo Presidente da República



COMPETÊNCIAS ||

- São **taxativamente** previstas no CF/88
- Tipos:
 - **Ordinárias**: ajuizadas diretamente no STF (sem passar por outras instâncias do judiciário)
 - **Recursais**: chegam ao STF em razão de um recurso de uma decisão de outro órgão do judiciário (competência originária de outro tribunal)
- Pode ser recurso
 - ordinário
 - extraordinário

STF

COMPETÊNCIAS RECURSAIS ||

RECURSOS ORDINÁRIOS

1. **Habeas corpus**
Habeas data
Mandado de segurança
Mandado de injunção
 2. Crime político
(competência originária dos juízes federais)
- Decididos em **única instância** pelos **tribunais superiores**
- Se denegatória a decisão

COMPETÊNCIAS RECURSAIS

RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS

- = Controle difuso de constitucionalidade
- **Hipóteses:**
 - Causas julgadas em { única ou instância última quando a **decisão recorrida**:
 1. Contrariar dispositivo da **CF/88**
 2. Declarar a **inconstitucionalidade de tratado** ou **lei federal**
 3. Julgar válida **lei ou ato** de governo local contestado em face do **CF/88**
 4. Julgar válida lei local contestada em face de **lei federal**
(= conflito constitucional de competências)

DICA!

Todas essas hipóteses são relacionadas a uma **controvérsia constitucional**.

STF

- **Requisitos:**
 1. Decisão prolatada em { Única ou instância última
 2. Prequestionamento (a matéria constitucional já deve ter sido questionada no órgão no órgão de origem)
 3. Repercussão geral (a matéria é significante social, econômica, política ou juridicamente)
 - só pode ser **recusada** pela manifestação de **2/3** de seus membros



COMPETÊNCIAS ORIGINÁRIAS

- = processar e julgar, originariamente

1. A.D.I. de
 Lei ou
 Ato normativo **federal** ou **estadual**

A.D.C. de
 não!
 Lei ou
 Ato normativo **federal** (estadual,

2. Autoridades em crimes
 Comuns
 De responsabilidade:
 não há foro especial  **PECCADINHA!**
 em ação popular

STF

= COMPETÊNCIAS =
ORIGINÁRIAS =



COMPETÊNCIA PARA JULGAR

AUTORIDADE	CRIME COMUM	CRIME DE RESPONSABILIDADE
Presidente/vice da república + Ministros do STF + P.G.R. + A.G.U.	STF	Senado Federal
Ministros de estado + comandantes do exército, marinha e aeronáutica	STF	STF (regra geral) ou Senado Federal (conexo com o do presidente)
Membros do CNJ ou CNMP		Senado Federal
Ministros dos tribunais superiores + Ministro do TCU + Chefes da missão diplomática	STF	STF
Deputados federais + senadores	STF	(Não praticam crime de responsabilidade)



ATENÇÃO! Como os Senadores não precisam ser formados em Direito, não faria sentido eles julgarem alguém por Crime Comum!

3. *Habeas corpus* que tenham como **pacientes** as autoridades julgadas pelo STF (tabela anterior)
4. *Habeas corpus* que tenham como:
 - Coator → tribunal superior ou
 - Coator ou paciente → autoridade ou funcionário cujos atos estejam diretamente sujeitos à jurisdição do **STF** ou
 - Crime sujeito à jurisdição do STF em única instância
5. Mandado de segurança + *habeas data* contra atos de:
 - Presidente da República
 - Mesas da Câmara/Senado
 - TCU
 - PGR
 - STF



ATENÇÃO!

- Mandado de segurança + *habeas data* contra atos de um **tribunal** → julgados pelo **próprio tribunal**
- *Habeas corpus* contra atos de um tribunal → impetrados na **instância imediatamente acima**



= COMPETÊNCIAS ORIGINÁRIAS =

COMPETÊNCIAS ORIGINÁRIAS

- = processar e julgar, originariamente

6. Litígio entre:

Estado estrangeiro ou organismo internacional

7. Causas e conflitos entre:

União X Estados/DF

- Estados/DF X Estados/DF

Inclusive as respectivas entidades
da administração indireta

- Conflitos envolvendo **municípios** = Justiça Federal
 - Jurisprudência (STF): Estado x autarquia federal, só se houver risco à hierarquia do pacto federativo

8. Extradição solicitada por estado estrangeiro (extradição passiva)

9. Revisão criminal + ação rescisória } de seus julgados

10. Reclamações
(para preservação de sua competência
+ garantia da autoridade de suas decisões)

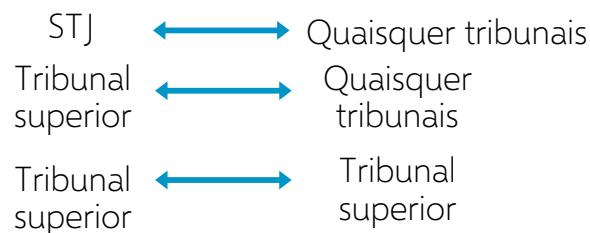
- ## 11. Execução de sentenças nas causas de sua competência originária

Facultada delegação de atribuições para prática de atos processuais

12. Ação em que todos os membros da magistratura sejam interessados { direta ou Indiretamente

13. Ação em que **mais da metade** dos **membros** do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam **direta ou interessa**dos **Indiretamente**

- #### 14. Conflitos de competências entre:



ATENÇÃO!

Por vezes não há conflito de competência, mas hierarquia de jurisdição

Ex.: conflitos entre: STJ | TRF

TST \longleftrightarrow TRT

COMPETÊNCIAS ORIGINÁRIAS ||

- = **processar e julgar**, originariamente
- 15. Pedido de **medida cautelar** em A.D.I
- 16. **Mandado de injunção →** se elaboração da norma for atribuição de:
 - Presidente da República
 - Congresso nacional
 - Câmara dos Deputados
 - Senado Federal
 - T.C.U.
 - Um dos tribunais superiores
 - S.T.F.

} Ou suas mesas

S T F = COMPETÊNCIAS ORIGINÁRIAS =

17. Ações contra { CNJ ou CNMP
 inclui questões **mandamentais** (tipicamente constitucionais) e também **ações ordinárias**

{ Mandado de segurança,
 Mandado de injunção,
Habeas Corpus
Habeas Data



ATENÇÃO!

Não cabe ao STF o controle de deliberações negativas do CNJ (aqueles que mantêm decisões de outros órgãos)

ASPECTOS GERAIS

- = Superior Tribunal de Justiça
- É o guardião do **direito federal**
Busca uniformizar a interpretação da legislação federal
- É órgão de **convergência e superposição**

COMPETÊNCIAS

- Tipos:
 - **Originárias**: ajuizadas diretamente no STJ (sem passar por outras instâncias do judiciário)
 - **Recursais**: chegam ao STJ em razão de um recurso de uma decisão de outro órgão do judiciário (competência originária de outro tribunal)
- Pode ser recurso
- {

Ordinário
Especial

}
- Não confunda com o extraordinário (do STF)
-

MEMBROS

- Tem no mínimo **33 ministros**
= Somos Todos Jesus (faleceu aos 33 anos)
- Requisitos:
 1. Entre **35 e 70** anos - NOVIDADE! (EC.122/22)
 2. Notável saber jurídico
 3. Reputação ilibada
 4. Brasileiro (nato ou naturalizado)
 5. Estar em pleno gozo dos direitos políticos

COMPOSIÇÃO:



STJ

NOMEAÇÃO

STJ elabora **lista tríplice** com indicadores dos **TRFs** e **TJs**

OAB e o MP elaboram **lista sétupla**, enviam ao STJ, que elabora **lista tríplice**

Nomeação pelo Presidente da República

Presidente da República seleciona um nome

↓ Maioria absoluta

Aprovação pelo Senado Federal ("sabatina")

= COMPETÊNCIAS ORIGINÁRIAS =

COMPETÊNCIAS ORIGINÁRIAS

- = processar e julgar, originariamente

1. Mandado de segurança + *habeas data*
contra atos de:

- Ministros de estado
- Comandantes do Exército
Marinha e
Aeronáutica
- Do próprio tribunal

2. Autoridades em crimes comuns
de responsabilidade:

COMPETÊNCIA PARA JULGAR

AUTORIDADE	CRIME COMUM	CRIME DE RESPONSABILIDADE
Governador	STJ	Tribunal especial
Desembargadores dos TJs	STJ	STJ
Membros dos TCEs e TCMs	STJ	STJ
Membro dos TRFs + TREs + TRTs	STJ	STJ
Membros do MPU que oficiem junto a tribunais	STJ	STJ

3. Conflitos de competência entre:

- Quaisquer tribunais (*exceto* casos sujeitos ao STF)
- Tribunal ↔ Juiz vinculado a outro tribunal
- Juiz vinculado a um tribunal ↔ Juiz vinculado a outro tribunal

4. Revisão criminal + ação rescisória } de seus julgados

5. *Habeas corpus* que tenham como autoridades julgados elo STJ (tabela anterior) { Coator ou Paciente

- ou coator = {
- Tribunal sujeito à sua jurisdição
 - Ministros de estado
 - Comandantes do Exército
Marinha e
Aeronáutica

Ressalvada a competência da justiça eleitoral

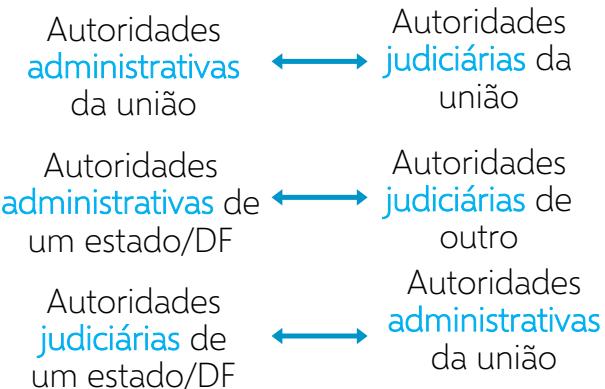


= COMPETÊNCIAS ORIGINÁRIAS =

COMPETÊNCIAS ORIGINÁRIAS ||

= processar e julgar, originariamente

6. Conflitos de **atribuições** entre:



7. **Mandado de injunção**, se elaboração da norma for atribuição de

- Órgão
 - Entidade
 - Autoridade
- } **Federal** da administração direta ou indireta

Exceto casos sujeitos a

{	STF	Eleitoral
{	Justiça	Militar
{		Do Trabalho
{		Federal

8. Reclamações
(para preservação de sua competência + garantia da autoridade de suas decisões)



CAI MUITO!

9. **Homologação** de sentenças estrangeiras
(para que ela tenha validade no Brasil)

- + Concessão de **exequatur** às **cartas rogatórias**

Instrumentos que viabilizam a cooperação judiciária internacional

só pode ser executada no Brasil após a concessão de **exequatur** pelo STJ

RECURSOS ORDINÁRIOS

1. Causas em que forem **partes**:

Estado estrangeiro ou
organismo internacional

X pessoa
Município ou
residente no país
domiciliada

(julgados por juízes federais com recurso direto ao STJ)

2. *Habeas Corpus* decididos em **única** ou **última** **instância** pelos **TRFs** ou **TJs**

(se denegatória a decisão)

3. Mandado de segurança decididos em **única** **instância** pelos **TRFs** ou **TJs**
(se denegatória a decisão)

RECURSOS ESPECIAIS

- **Hipóteses:** Causas julgadas em **única** **última** instância pelos **TRFs** ou **TJs**

quando a **decisão recorrida**:

1. Contrariar **tratado** ou **lei federal**,
ou negar-lhe a vigência
2. Julgar válido **ato** de governo local
contestado em face de **lei federal**
3. Der a **lei federal interpretação divergente** da que lhe haja
atribuído outro tribunal

Só ato!
Se for lei local,
a competência
é do STF

NOVIDADE! (EC.125/22)

- o recorrente deve demonstrar a **relevância das questões** de direito federal infraconstitucional discutidas no caso

haverá relevância no caso de:

- ações penais;
 - ações de improbidade administrativa;
 - ações cujo valor da causa ultrapasse 500 salários mínimos;
 - ações que possam gerar inelegibilidade;
 - hipóteses em que o acórdão recorrido contraria jurisprudência dominante do STJ
 - outras hipóteses previstas em lei.
- o Tribunal pode **não conhecer** do recurso com base na falta de relevância pela **manifestação de 2/3 dos membros do órgão** competente para o julgamento.

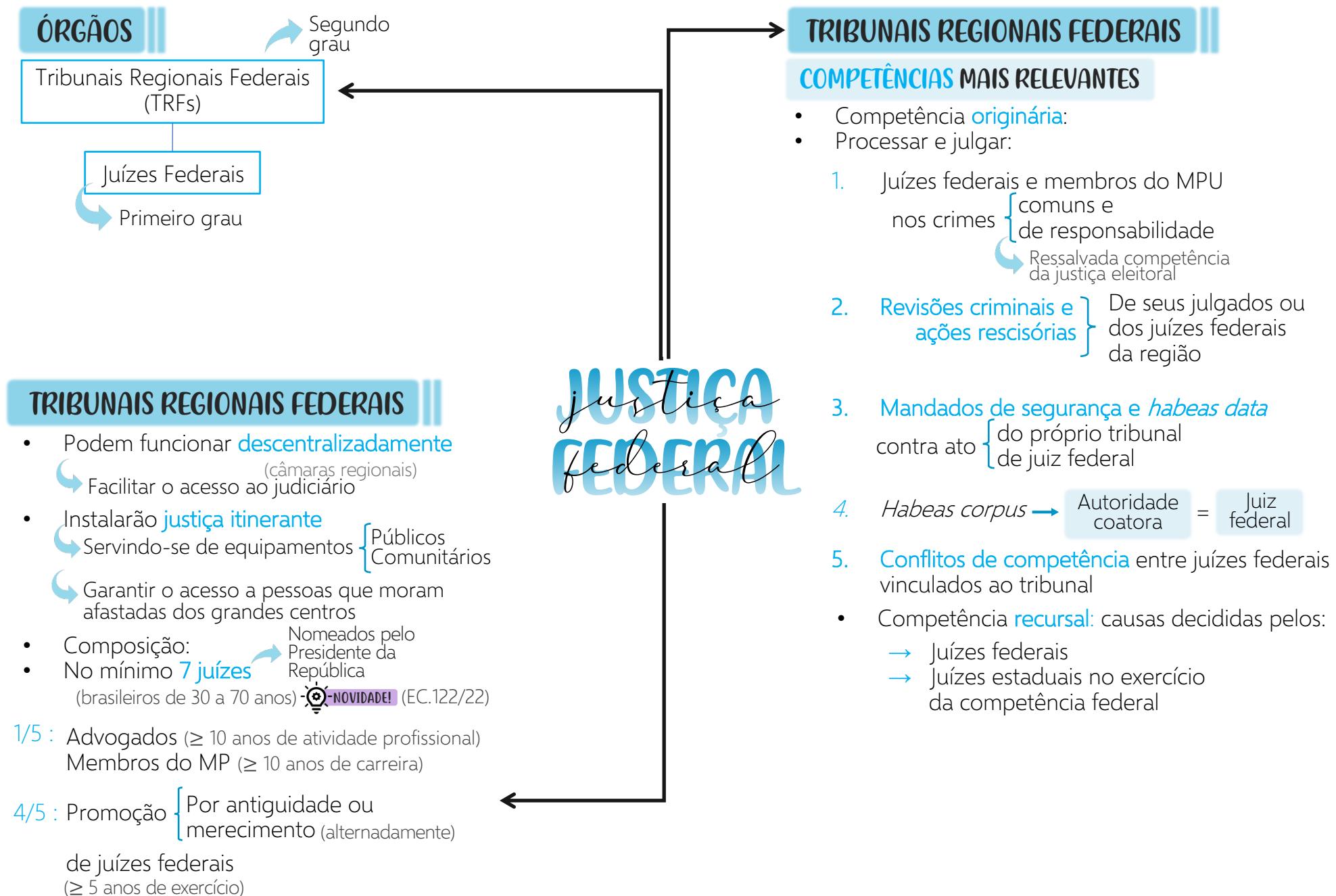
IMPORTANTE!

A apresentação de recurso especial ao STJ **independe** de "repercussão geral"
(é só para o recurso extraordinário no STF)

STJ

DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIAS

- = Federalização de graves violações de direitos humanos
- **Desloca** processos ou inquéritos:
(Em qualquer fase)
 Âmbito estadual → **Âmbito federal**
- Para assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de **tratados internacionais de direitos humanos**
 - **Titular** = Procurador-geral da ação da república
 - Apresentada no **STJ**



Justiça Federal

= JUÍZES FEDERAIS =

JUÍZES FEDERAIS

- Cada estado/DF = seção judiciária
 - Sede = capital
 - Varas conforme a lei
- Territórios federais = suas atribuições cabem aos juízes locais
(na forma da lei)

COMPETÊNCIAS MAIS RELEVANTES (Taxativamente definidas na CF/88)

- Processar e julgar:
 1. Causas em que a União, Entidade autárquica ou Empresa pública federal for interessada
 - ↳ Autora, ré, assistente ou oponente
 2. Causas entre:
 - Estado estrangeiro ou organismo internacional → Município ou pessoa domiciliada/residente no país
 3. Crimes políticos
 4. *Habeas corpus*
 - Matéria criminal de sua competência
 - Constrangimento por autoridade não sujeita a outra jurisdição
 5. Mandado de segurança/*habeas data* contra ato de autoridade federal (salvo competências dos tribunais)

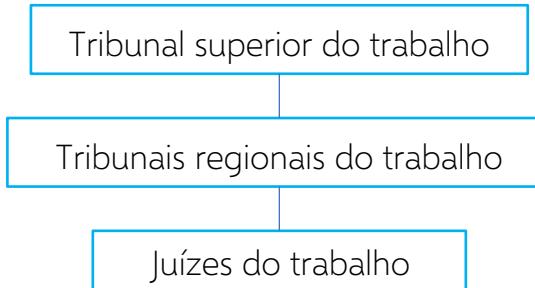
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Causas em que a união for autora:
= aforadas na seção **de domicílio da outra parte**
- Causas intentadas contra a União:
 - Podem ser aforadas:
 1. Na seção em que **domiciliado o autor**
 2. Na seção em que houver **ocorrido o ato/fato**
 3. Na seção em que **situada a coisa**
 4. No **Distrito Federal**
- Serão julgados na justiça **estadual**, as causas entre:
 - Segurados e beneficiários → Previdência social
 - ↳ no domicílio destes
 - quando a comarca **não** for sede de vara da **Justiça Federal**

Se houver **grave violação dos direitos humanos**, o PGR pode suscitar perante o STJ o deslocamento de competência para a Justiça Federal

↳ para assegurar o cumprimento de obrigações de tratados internacionais de direitos humanos

ÓRGÃOS



Justiça do Trabalho

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- Composição: 27 ministros ("Trinta sem Três" = $30 - 3 = 27$) entre 35 e 70 anos **NOVIDADE!**
 - 1/5 : Advogados (≥ 10 anos de atividade profissional)
 - Membros do MPT (≥ 10 anos de carreira)
- 4/5 : Juízes dos TRTs indicados pelo TST
- Funcionam junto ao TST:
 - Escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados do trabalho
 - Conselho superior da justiça do trabalho

COMPETE AO TST: processar e julgar, originariamente,

a reclamação para preservar sua competência e garantir a autoridade de suas decisões

TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO

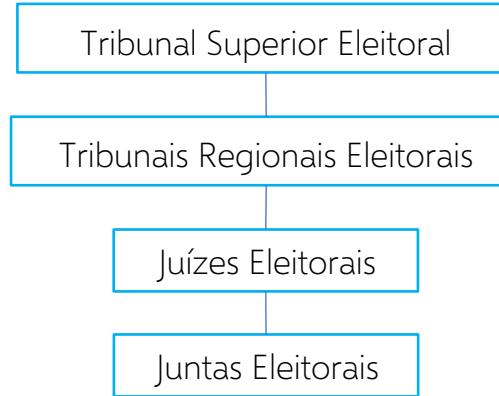
- Composição: 7 juízes entre 30 e 70 anos **NOVIDADE!**
 - 1/5 : Advogados (≥ 10 anos de atividade profissional)
 - Membros do MPT (≥ 10 anos de carreira)
- 4/5 : Promoção Por antiguidade ou merecimento (alternadamente) de juízes do trabalho
- Podem funcionar **descentralizadamente**
 - Facilita o acesso ao judiciário
- Instalarão **justiça itinerante**
 - Servindo-se de equipamentos
 - Garantir o acesso a pessoas que moram afastadas dos grandes centros

COMPETÊNCIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCESSAR E JULGAR

- Ações oriundas das relações de trabalho
 - Ações sobre representação sindical
 - Mandados de segurança, *habeas corpus, habeas data* com ato relacionado à sua jurisdição
 - Ações que envolvam o exercício de greve
 - Ações relativas a penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização
 - Controvérsias relacionadas às **relações de trabalho**
- IMPORTANTE!** A justiça do trabalho não alcança:
- Ações entre o poder público e servidores públicos estatutários
 - Ações fundadas em relações de consumo

ÓRGÃOS



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

- **Composição:** no mínimo **7** membros (TSE: "SET" = Sete)
 - 1. Mediante eleição (voto secreto)
 - **3** juízes: dentro ministros do **STF**
 - **2** juízes dentre ministros do **STJ**
 - 2. Nomeação do Presidente da República
 - **2** juízes: dentre **6 advogados** indicados pelo STF
(notável saber jurídico + idoneidade moral)
 - Eleição de:
 - Presidente **+ vice presidente:** dentre ministros do **STF**
 - Corregedor eleitoral: dentre ministros do **STJ**

Justiça Eleitoral

TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

COMPOSIÇÃO:

1. Mediante eleição (voto secreto)
 - **2** juízes: dentre desembargadores do TJ
 - **2** juízes: dentre juízes de direito, escolhidos pelo TJ
2. Escolhido pelo TRF:
 - **1** juiz do TRF com sede na capital do estado/DF
3. Nomeação do Presidente da República
 - **2** juízes: dentre **6 advogados** indicados pelo TJ
(notável saber jurídico + idoneidade moral)
 - Eleição de presidente **+ vice presidente:** dentre os desembargadores



Das decisões dos TRE's só **cabe recurso** quando:

1. Contrárias a disposições expressas da Constituição ou de lei
2. Houver divergência entre 2 ou mais tribunais eleitorais na interpretação da lei
3. Versarem sobre inelegibilidades ou expedição de diplomas de eleições federais/estaduais
4. Anularem diplomas ou decretarem a perda de mandados eletivos federais/estaduais
5. Denegarem
 - Habeas corpus*
 - Habeas data*
 - Mandado de segurança
 - Mandado de injunção

ÓRGÃOS

Superior Tribunal Militar

Tribunais militares

Juízes militares

Justiça militar

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR

- Processar e julgar os **crimes militares** definidos em lei

No Código Penal Militar

A lei disporá sobre
da justiça militar

{Organização
Funcionamento
Competência}

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

- Composição: 15 ministros vitalícios,
Nomeados pelo Presidente da República entre 35 e 70 anos
após aprovação do Senado Federal

Sendo:

- 3 dentre oficiais-generais da marinha
- 4 dentre oficiais-generais do exército
- 3 dentre oficiais-generais da aeronáutica
- 5 dentro **civis** { 3 dentre advogados
2 dentre juízes auditores e
membros do MP da justiça militar

ASPECTOS GERAIS

- CF/88: compete aos estados a organização de sua justiça
- **Lei de organização administrativa** é de iniciativa do TJ
- Podem funcionar **descentralizadamente** visa facilitar o acesso ao judiciário
- Instalarão **justiça itinerante**

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

- Pode ser criada por **lei estadual** (iniciativa do TJ)

Estados com efetivo militar > 20.000

2º grau: TJ ou TJM

1º grau: Juízes de direito + Conselhos de justiça

COMPETÊNCIA:

Processar e julgar os militares do estado nos:

- Crimes militares definidos em lei
- Ações judiciais contra atos disciplinares militares

COMPETÊNCIAS

- Competências dos TJs são definidas na **Constituição estadual**
Observados os princípios da CF/88
- É competência **residual** → tudo que não é de atribuição da justiça
 - Federal
 - Do trabalho
 - Eleitoral
- Os estados devem instituir representação de constitucionalidade de { Leis ou Atos normativos **estaduais** ou **municipais**

CONFLITOS FUNDIÁRIOS

- Para **dirimir** conflitos fundiários, o TJ proporá criação de varas especializadas com competência exclusiva para questões agrárias
- Sempre que necessário, o **juiz** irá ao **local do litígio**

ASPECTOS GERAIS

- Instituição **permanente** incumbida da **defesa**:
 - Da ordem jurídica
 - Do regime democrático
 - Dos interesses sociais e individuais indisponíveis
- É autônomo e **independente**
Não pertence a nenhum dos três poderes

Autonomias {
Funcional
Administrativa
Orçamentário-financeira

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA

- Com base em **leis complementares** federal (MPU) e estaduais (MPEs)
- Iniciativa concorrente:
presidente da república + PGR
- Iniciativa concorrente:
Governador + PGJ
- + Lei (ordinária) federal de normas gerais sobre organização dos MPEs

MPU (Ministério Público da União)

- = MPF (federal)
- + MPT (do trabalho)
- + MPM (militar)
- + MPDFT (do DF e territórios)
Não é estadual, mas organizado e mantido

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MP

- Unidade:**
 - O MP deve ser considerado um **único órgão** sob direção de uma pessoa (procurador-geral)
 - Está **organicamente dividido**
 - Aplica-se dentro de **cada MP**
- Indivisibilidade**
 - Integrantes do MP **podem substituir-se** ao longo dos processos
 - Eles **não** estão **vinculados** a um processo
- Independência funcional:**
 - Acepções:
 - Externa/orgânica → MP como um todo
 - MP não está sujeito a qualquer interferência de outro órgão/poder
 - Interna → cada membro individualmente
 - Os membros vinculam-se apenas a:
 - Ordenamento jurídico
 - Sua própria convicção

PRINCÍPIO DO “PROMOTOR NATURAL”

- A **designação** de um membro do MP para atuar em um processo deve obedecer:
 - Regras objetivas
 - + Critérios preestabelecidos

funções essenciais à justiça = MINISTÉRIO PÚBLICO =

ATENÇÃO!

- Não** há **hierarquia** entre MPU e MPEs
- O PGR só chefia o MPU (não os MPEs!)
- Conflitos de atribuições → resolvidos entre MPF e MPE pelo CNMP

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

= MINISTÉRIO PÚBLICO =

FUNÇÕES INSTITUCIONAIS

- Guardião da sociedade + da lei
 - Principais funções: (art. 129, CF/88) (rol não exaustivo)
 - Promover:
 - Ação penal pública (privativamente)
 - Inquérito civil e ação civil pública
 - proteção de
 - Patrimônio público/social
 - Meio ambiente
 - Interesses difusos e coletivos
 - ADI ou representação para intervenção (união/estados)
 - Exercer o controle externo da atividade policial (na forma da lei complementar)
 - Requisitar:
 - Diligências investigatórias
 - Instauração de inquérito policial
 - Defender judicialmente os direitos indígenas
 - Outras que lhe forem conferidas
- Vedadas
- Representação judicial de entidades públicas
- Consultoria jurídica

INGRESSO

- Concurso público de provas e títulos com a participação da **OAB**. (em todas as fases)
- Exige-se:
 - Bacharelado em direito
 - 3 anos de atividade jurídica (Na inscrição definitiva)

A partir de 2016

GARANTIAS FUNCIONAIS

VITALICIEDADE

- Adquirida após 2 anos de exercício
- Só perde o cargo por sentença judicial transitada em julgado

INAMOVIBILIDADE

- Só pode ser removido de ofício por interesse público (decisão de órgão colegiado, com ampla defesa)
 - (maioria absoluta)
- ou como sanção administrativa do CNMP

IRREDUTIBILIDADE DO SUBSÍDIO (NOMINAL)

VEDAÇÕES

- Receber
 - percentagens
 - honorários
 - processuais
 - custas
- Exercer:
 - Advocacia
 - Atividade político-partidária
 - Outra função pública (salvo magistério)
- Participar de sociedade comercial (na forma da lei)
- Receber auxílios/contribuições de pessoas físicas ou entidades públicas/privadas

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

= MINISTÉRIO PÚBLICO =



CHEFIA DO MP

PGR

- Chefia do MPU (Dentre integrantes da carreira)
 - ↳ Não há tríplice!
 - ↳ (Dentre integrantes da carreira)
- Nomeado pelo Presidente da República
 - ↳ após aprovação da maioria absoluta do Senado
- > 35 anos
- Mandato = 2 anos + permitida a recondução
 - ↳ Sem limite de número
- Pode ser destituído pelo presidente da república com autorização da maioria absoluta do Senado

PGJ

- Chefia do MPEs e MPDFT (Dentre integrantes da carreira)
 - ↳ Formam lista tríplice!
- Nomeado pelo chefe do Executivo
 - ↳ Não há participação do Poder Legislativo
- Mandato = 2 anos + uma recondução (única!)
- Pode ser destituído pelo chefe do executivo
 - ↳ Com autorização da maioria absoluta:
 - MPEs → da Assembleia Legislativa
 - MPDFT → do Senado Federal



MP JUNTO ÀS CORTES DE CONTAS

(há simetria!)

- MP junto ao TCU
 - Integra a própria estrutura do TCU (não pertence ao MPU)
 - Lei que regulamenta sua estrutura = iniciativa do TCU
 - Atua exclusivamente na área de competência do TCU
- MP junto aos TCEs
 - Integra a própria estrutura do TCE (não pertence ao MPE)
 - Lei que regulamenta sua estrutura = iniciativa do TCE
 - Atua exclusivamente na área de competência do TCE

ASPECTOS GERAIS

- Criado pela **EC 45/2004** ↘ Não integra o MP!
- Órgão de **controle externo** do MP
 - Controle da atuação do MP { Administrativa Financeira}
 - Cumprimento dos **deveres institucionais** de seus membros
- Tem atuação em todo o território **nacional**

COMPOSIÇÃO

- São **14** membros
- Não há idade mínima/máxima
- Mandato **= 2 anos**
 - + uma **recondição** (única)
- Nomeados pelo Presidente da República
 - Após aprovação da maioria absoluta do Senado
- Membros:
 1. PGR (presidente)
 2. 4 membros do MPU } um deles será o
 3. 3 membros dos MPEs } corregedor nacional
 4. 2 juízes (1 pelo STF, 1 pelo STJ)
 5. 2 advogados (indicados pelo C.F. OAB)
 6. 2 cidadão (1 pela Câmara, 1 pelo Senado)
 - De notável saber jurídico e reputação ilibada

Os membros do CNMP são processados e **julgados**, nos **crimes de responsabilidade** pelo **Senado** Federal

COMPETÊNCIAS

1. Zelar pela autonomia { Administrativa Funcional do MP
Podendo:
 - Expedir atos regulamentares
 - Recomendar providências
2. Zelar pela observância do **art. 37**
 - + apreciar legalidade dos **atos administrativos**
Podendo:
 - Revê-los
 - Desconstituir-los
 - Fixar prazos para providências

funções essenciais à justiça = CNMP =

3. Receber/conhecer das reclamações contra { Membros Órgãos do MP
Podendo:
 - Avocar processos disciplinares
 - Aplicar sanções administrativas
4. Rever, de ofício ou por provocação os **processos disciplinares** de membros do MP julgados há **menos de um ano**
PEGADINHA! Bancas adoram trocar por "mais de um ano!"
5. Elaborar relatório anual
Propondo providências

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

= ADVOCACIA PÚBLICA =



ASPECTOS GERAIS

- Responsável pela **defesa jurídica** dos entes federativos
- Integra o **poder executivo**

TAREFAS PRINCIPAIS (AGU)

- Representar a união Judicial e Extrajudicialmente
 - Decorre de lei → dispensa instrumento de mandato
 - Não impede que o estado constitua mandatário *ad judicia* para causas específicas
- Realizar Consultoria Assessoramento jurídicos do **poder executivo** (nos termos de lei complementar)
 - Ingresso na AGU → concurso público de provas e títulos
 - Advogado-geral da união:
 - Livre nomeação do Presidente da República
 - Cidadãos maiores de **35 anos**
 - Notável saber jurídico
 - Reputação ilibada
 - Não é necessária a aprovação do Senado



ESTADOS E DF

Remuneração por subsídio

- Por **procuradores** dos estados/DF
- Ingresso: concurso público de provas e títulos com a participação da **OAB**.
(em todas as fases)
- É **inconstitucional** a criação de procuradorias autárquicas

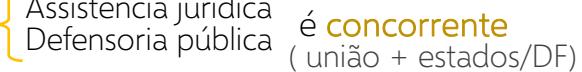
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Única das funções essenciais à justiça que há no âmbito **municipal** (procuradorias municipais)
- Execução da **dívida ativa tributária** da união: sua representação será pela procuradoria geral da fazenda nacional

- Promotores
 - + Procuradores da república → Membros do MP
- Procuradores estaduais e federais
 - + Advogados da união → "advogados públicos"
 - + Procuradores da fazenda nacional

ASPECTOS GERAIS

- Presta assistência jurídica 
 - Direitos individuais e coletivos
 - Integral e Gratuita

aos que comprovarem **insuficiência de recursos**
- Competência para legislar sobre 
 - Assistência jurídica
 - Defensoria pública é **concorrente** (união + estados/DF)
- Desde a EC 69/2012, a DP do **DF** passou a ser organizada e mantida pelo próprio DF
(antes, era pela união)

Direitos individuais e coletivos

Integral e Gratuita

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Quando a **DP atua contra a PJ** de direito público à qual pertence (em defesa dos hipossuficientes), se o Estado perder a ação na, ele pode ser **condenado a pagar honorários advocatícios** (ônus da sucumbência).
- A DP tem **iniciativa** de sua **proposta orçamentária**. (dentro dos limites da L.D.O.)
- É **inconstitucional** a norma estadual que **vincule a DP** estadual a alguma **secretaria** de estado (viola sua autonomia)

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA = DEFENSORIA PÚBLICA =

NOVIDADES COM A EC 80/2014:

- Tornou-se uma **estrutura permanente**
- Defenderá os necessitados na esfera **judicial ou extrajudicial**
- Princípios institucionais:
 - Unidade
 - Indivisibilidade
 - Independência funcional
- Regras de organização da magistratura serão aplicadas no que couber
- Ganhou mais **autonomia**
(iniciativas privativas de lei de sua organização)

MEMBROS DA DP

- **Ingresso:** concursos público de 
 - Provas e Títulos
- Remuneração por **subsídio**
- **Não** podem exercer **advocacia** fora das atribuições institucionais
- Têm garantia da **inamovibilidade**, mas **não** de **vitalidade**

FUNÇÕES ESSENCIAIS à justiça

= ADVOCACIA PRIVADA =

ASPECTOS GERAIS

- Princípio da indispensabilidade do advogado (não é absoluto!)
 - Ex.: Dispensado em *habeas corpus*
 - + ações em juizados especiais...

ADVOGADOS

- É inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão
 - = imunidade material
- Não** é absoluta: o advogado pode responder pelos crimes de calúnia e desacato, ou pelos excessos que cometer;

ORGANIZAÇÃO DA A.P.U.

- Administração direta = órgãos
 - Atividade centralizada
- Administração indireta = entidades
 - Atividade descentralizada
- Autarquias
 - Criadas por lei
 - P.J. de direito público
 - Atividades típicas da A.P.
- Fundações públicas
 - De direito:
 - Público: criadas por lei
 - Privado: autorizadas por lei
- Empresas públicas
 - Autorizadas por lei
 - Em regra, exploradora de atividade econômica
 - P.J. de direito privado
(qualquer formato aceito no direito)
 - Capital social 100% público
- Sociedade de economia mista
 - Autorizadas por lei
 - Em regra, exploradora de atividade econômica
 - P.J. de direito privado → só sociedade anônima!
 - Maioria do capital social pertencente ao estado (público)

Não têm
PJ própria

Têm PJ própria

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ASPECTOS GERAIS

- Refere-se a todos órgãos e entidades governamentais dos 3 poderes (não só poder executivo)
- Sentido:
Objetivo → atividades relacionadas à função administrativa
Subjetivo → órgãos e entidades (formal/orgânico)

Atividades **típicas** da administração:

1. Fomento
2. Polícia administrativa
3. Serviços públicos
4. intervenção

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO

- A administração se submete a **ambos os regimes**, conforme preceitua a CF/88 e as leis

Mas nunca será integralmente privado!

REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

- Normas que disciplinam **poderes** e **deveres** vinculados à **supremacia e indisponibilidade** dos direitos fundamentais

(= relação vertical)

Os interesses da sociedade são indisponíveis

Limitam a liberdade da administração

ADMINISTRAÇÃO pública



RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

- É **objetiva**
↳ = independe de dolo e culpa
- Cabe ação regressiva contra o **agente público** que causou o dano, se dolo ou culpa
↳ a responsabilidade do agente é **subjetiva**
- Alcança os **danos** causados a terceiros usuários **e** não usuários do serviço público



ATENÇÃO!

As empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividades econômicas não são alcançadas pela responsabilidade civil objetiva.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

- Natureza **civil**
- Tipificados em **lei federal**
- Tipos:
 1. Geram enriquecimento ilícito
 2. Causam prejuízo ao erário
 3. Atentam contra os princípios da administração
- Resultarão em:
 1. Perda do cargo/função
 2. Suspensão dos direitos políticos
 3. Indisponibilidade dos bens
 4. Ressarcimento ao erário

NÃO CONFUNDIR:

- Perda do cargo
- Suspensão dos direitos políticos
(Não é "perda dos direitos políticos"!!) **PEGADINHA!**

PUBLICIDADE

- 2 sentidos:

- Publicidade em órgãos oficiais como requisito de eficácia.
- Exigência de transparéncia na atuação administrativa.

- Não é absoluto!

Exceções:

- Dados pessoais (Intimidade)
- Informações sigilosas (Segurança)

EFICIÊNCIA

- 2 sentidos:

- Modo de atuação do agente público.
- Organização e funcionamento da administração. (Administração Gerencial)

MORALIDADE

- Administração deve agir conforme moral e bons costumes, honestidade...

- 3 sentidos:

- Princípio da Probidade
- Observância dos costumes administrativos
- Concretização dos valores da lei
- Verificada no conteúdo do ato → Não importa

LEGALIDADE

- 2 sentidos:

- **Aos particulares**: ninguém é obrigado a fazer algo, senão em virtude de lei. Pode fazer tudo o que não for proibido (Princípio da autonomia da vontade)

- **À administração pública**: a adm. só pode agir quando houver previsão legal.(Princípio da legalidade estrita)

Exceções:

Medida provisória
Estado de defesa
Estado de sítio

IMPESSOALIDADE

- Tem 5 sentidos:

1. **P. da Finalidade**: o ato adm. deve seguir (= interesse público) o fim público e a finalidade especificada (geral) (específico) em lei.

2. **P. da Igualdade**: atender a todos os (= isonomia) administrados sem discriminação indevida.

3. **Vedaçāo à promoção pessoal**.

4. **Impedimento e suspeição**: afastar dos processos pessoas impossibilitadas de imparcialidade.

5. **Validade dos atos dos agentes de fato**.

**ADMINISTRAÇÃO
pública
= PRINCÍPIOS
EXPRESSOS =**

```

graph TD
    Admin[ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA = PRINCÍPIOS EXPRESSOS =] --> Publicidade[PUBLICIDADE]
    Admin --> Eficiencia[EFICIÊNCIA]
    Admin --> Moralidade[MORALIDADE]
    Admin --> Legalidade[LEGALIDADE]
    Admin --> Impessoalidade[IMPESSOALIDADE]
  
```

P. DA MOTIVAÇÃO

- A administração deve indicar os fundamentos de **fato** e **direito**
+ correlação lógica.
- Todos** os atos devem ser motivados, salvo exoneração de cargo comissionado.
Mas, se motivar, aí o ato vincula-se aos motivos apresentados.

PEGADINHA!

P. DO CONTROLE OU TUTELA

- Administração indireta deve observar o princípio da **especialidade** (Finalidade institucional)
-
- Adm. Direta Adm. Indireta

P. DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE

Atuar conforme critérios racionais e sensatos.

Equilíbrio entre meios e fins.

- Adequação
- Necessidade
- Proporcionalidade em sentido estrito

P. DA AUTOTUTELA

- Adm. Pública pode controlar seus próprios atos:
 - Anular → Ilegais (O controle judicial também pode)
 - Revogar → Inconvenientes ou inoportunos

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA = PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS =

P. DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO

= Prerrogativas administrativas

- Na elaboração **e** execução das leis
- Aplicação:
 - Atributos dos atos administrativos
 - Cláusulas exorbitantes
 - Poder de Polícia
 - Intervenção do Estado na propriedade privada

P. DA INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO

= Sujeições administrativas

- Presente em toda a atuação da Adm. Pública (Seguir a vontade da Lei)
- Poder-dever de agir
- Inalienabilidade dos direitos concernentes ao interesse público

P. DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO

- A qualquer atividade administrativa
- Consequências
 - Limitação de greve dos servidores
 - Necessidade de suplência, delegação...
 - Encampação...
- Não é descontinuidade do Serviço Público sua interrupção em situação de emergência **ou** após o prévio aviso, quando
 - por razões técnicas ou de segurança
 - por inadimplemento do usuário.

P. DA ESPECIALIDADE

- Decorre dos princípios da:
 - Legalidade
 - Indisponibilidade do interesse público

- Relacionado à **descentralização administrativa**

Criação das entidades para **finalidades específicas**

Vedadas atividades diversas das previstas em lei.

ADMINISTRAÇÃO pública = PRINCÍPIOS = = IMPLÍCITOS =

P. DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA

Direito de saber das alegações e delas se contrapor

Valer-se de todos os meios e recursos válidos para provar o que alega

- Aos litigantes em processo:
 - judicial
 - administrativo
- Relacionados ao princípio do devido processo legal

P. DA SEGURANÇA JURÍDICA

E PROTEÇÃO À CONFIANÇA

- Para assegurar a estabilidade das relações jurídicas **já consolidadas**

Direito adquirido
Coisa julgada
Ato jurídico perfeito

- É a base para a edição das Súmulas Vinculantes
Veda a **aplicação retroativa** de novas interpretações

ATENÇÃO!

Em Processos Administrativos Disciplinares (PAD), não é obrigatória a defesa técnica por advogado.

ADMINISTRAÇÃO pública



RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

- Responsabilidade objetiva do Estado, na modalidade Risco Administrativo + Teoria da Culpa Administrativa no caso de danos decorrentes de omissão.
- Permite direito de regresso:
= reaver do agente o que pagou ao lesado se aquele procedeu com dolo ou culpa. (Análise subjetiva)

REQUISITOS PARA A DEMONSTRAÇÃO

- Dano: = juridicamente tutelado pelo Estado
 - Deve ser jurídico. (Não só econômico)
 - Pode decorrer de uma ação lícita.
 - Material ou moral.
- Conduta administrativa:
 - Por agente público agindo nessa qualidade. (sentido amplo)
- Nexo causal:
 - Conduta Nexo causal → Dano



IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA



(Lei 14.230/21)

- As condutas tipificadas nos Arts. 9, 10 e 11..
"Rol taxativo" (Polêmica nos arts. 9 e 10,
com "notadamente")
- Ilícito de natureza civil e política.

ESPÉCIES:

- Enriquecimento ilícito
 - Dano ao erário
 - Lesão a princípios
- * Concessão de benefícios indevidos não é mais espécie.

- Resultarão em:
 - Perda da função pública
 - Perda dos bens acrescidos ilicitamente
 - Multa civil
 - Suspensão dos direitos políticos
 - Proibição de contratar com o poder público e receber benefícios

CONCURSO PÚBLICO

- Para acesso a cargos ou empregos públicos
 - Provas ou provas + **títulos**
Sozinhos não!
 - Validade: até **2 anos**, prorrogável por igual período
 - Aprovados **dentro** do número de vagas têm **direito subjetivo** à nomeação

Contratação por tempo determinado → Excepcional interesse público (sem concurso)

Hipóteses expressamente previstas em lei



AGENTES PÚBLICOS

ACESSO A CARGOS PÚBLICOS

- Brasileiros → cumpram **requisitos** em lei
- Estrangeiros → na **forma** da lei (lei autorizadora)

ENTENDIMENTOS IMPORTANTES

- Devem ser previstos em **lei**:
 - Exigência de exame psicotécnico
 - Limite de idade
 - Exigência de experiência profissional

DIREITOS SOCIAIS DO SERVIDOR PÚBLICO

- Têm direito à **livre associação sindical**
- Direito de **greve**: norma de eficácia limitada
- Aos militares são **vedadas**:
 - A sindicalização
 - A greve

TÊM DIREITO A:

- Salário mínimo
- 13º salário
- Jornada \leq 8hs diárias e 44hs semanais
- Repouso semanal remunerado preferencialmente aos domingos
- Férias
- Adicional noturno
- Salário-família
- Auxílio alimentação (salvo inativos)
- Licença gestante e paternidade
- Proteção ao mercado de trabalho da mulher
- Redução dos riscos de trabalho
- Proibição de diferença de salários, funções e admissão por sexo, cor, estado civil

NÃO TÊM DIREITO A:

- Seguro desemprego
- FGTS
- Piso salarial
- Aviso prévio

REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES

- Fixada por **lei específica** (Iniciativa privativa em cada caso)
- Subsídio = **parcela única**
Vedado qualquer acréscimo, salvo verbas indenizatórias
- Teto remuneratório geral = **Subsídios dos ministros do STF**
- Não se aplica aos empregados públicos de empresas estatais não dependentes
- Não se aplica às parcelas indenizatórias!

NOS ESTADOS/DF:

- Subteto por poder
- Podem fixar subteto único
= subsídio dos **desembargadores**

NOS MUNICÍPIOS:

- Subteto = subsídio do **prefeito**

AGENTES PÚBLICOS

SERVIDORES E MANDATO ELETIVO

- Investido em mandato **Federal**
Estadual
Distrital → Afastado do cargo
- Investido em mandato de **prefeito** → Afastado do cargo e pode optar pela remuneração
- Investido em mandato de **vereador**, poderá:
 - Se houver compatibilidade → acumular os cargos de horários (único que pode acumular!)
 - Se não → mesmo caso do prefeito

agentes públicos



APOSENTADORIAS DO RPPS || (Atualizado conforme a EC 103/2019)

- Valor: $\begin{cases} \geq \text{salário mínimo} \\ \leq \text{limite máximo do RGPS} \end{cases}$
 (EC 103/2019): os **entes** federativos passam a ser **obrigados** a instituir esse regime (por lei de iniciativa do executivo)
- As **regras para cálculo** das aposentadorias serão disciplinadas em **lei do respectivo ente**
- **Aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho** (anterior "aposentadoria por invalidez")
 - Condições:
 - Servidor permanentemente incapacitado
 - Não ser possível a readaptação
 - **Aposentadoria compulsória**
 - **70 anos** ou **75 anos**, na forma de lei complementar
 - **Não** se aplica aos ocupantes de cargos **exclusivamente em comissão** (STF)
 - **Aposentadoria voluntária:**
 - No âmbito da **União**: Estados, DF e municípios podem definir os próprios requisitos de idade
- **Abono permanência** → ao servidor que pode aposentar, mas continua em serviço
 (EC 103/2019): equivalente, **no máximo**, ao valor de sua **contribuição previdenciária**
 - Cada ente decide se institui ou não

REGIME PREVIDENCIÁRIO ||

- **RGPS** aplica-se a:
 - Empregados públicos
 - Ocupantes de cargo em comissão
 - Ocupantes de função temporária
 - Ocupantes de cargo eletivo (EC 103/2019)
- **RPPS** aplica-se a servidores **efetivos**
 - Tem caráter contributivo e solidário
 - Fontes de contribuição:
 - Ente público
 - Servidores ativos
 - Aposentados e pensionistas

A EC 103/2019 **vedou**:

- A criação de **novos regimes previdenciários** pelos entes federativos
- A existência **de > 1 RPPS** e **> 1 órgão** ou entidade gestora por ente federativo

	Idade
Homem	65 anos
Mulher	62 anos

agentes públicos

ESTABILIDADE ||

- Após **3 anos** de efetivo exercício
 - + avaliação de desempenho
- Só **perde o cargo** nos casos de:  **DECORE!**
 - Sentença judicial transitada em julgado
 - Processo administrativo (com ampla defesa)
 - Avaliação periódica de desempenho
 - Excesso de despesa com pessoal

READAPTAÇÃO ||

- O servidor ocupante de **cargo efetivo** pode ser readaptado ao exercício de um cargo com **{atribuições responsabilidade compatíveis}** com a **limitação** que tenha sofrido
- Enquanto o servidor permanecer em condição de **limitação** (**na capacidade física ou mental**)
- Manterá a **remuneração** do cargo de origem

REINTEGRAÇÃO ||

- Invalidada por **decisão judicial** a demissão do servidor
- Eventual **ocupante** de vaga será, se estável:
 - Reconduzido ao cargo de origem,
 - Aproveitado em outro cargo ou
 - Posto em disponibilidade

DISPONIBILIDADE ||

- **Extinto** o cargo ou declarada sua **desnecessidade**:
- Remuneração proporcional ao tempo de serviço

processo legislativo

APLICAÇÃO

- Compreende a elaboração de:
 - Emendas constitucionais
 - Leis complementares
 - Leis ordinárias
 - Decretos legislativos
 - Medidas provisórias
 - Leis delegadas
 - Resoluções

Os decretos autônomos e regimentos de tribunais são atos normativos primários, mas não fazem parte do processo legislativo

- Desrespeito ao processo legislativo
= inconstitucionalidade formal

PRINCÍPIOS

- Princípio da não-convalidação das nulidades
 - A sanção presidencial não convalida o vício de iniciativa ou emenda
- Princípio da simetria
 - As regras do processo legislativo estabelecidas pela CF/88 são de observância obrigatória pelos estados, DF e municípios

TIPOS

ORDINÁRIO

- É o mais **completo**
- Não há prazos definidos

SUMÁRIO

- O **Presidente da República** pode solicitar **urgência** para apreciação de projeto de lei que ele tenha apresentado
- Deve terminar em até **100 dias**



ABREVIADO

- Discutido e votado diretamente nas **comissões**
(dispensada discussão/votação no plenário)
 - Assuntos definidos no **regimento interno**
- Por $\geq 1/10$ dos membros de casa, o projeto irá ao **plenário**

INICIATIVA

PRIVATIVA (exclusiva ou reservada)

- O projeto só pode ser apresentado pela autoridade que possui a iniciativa privativa

GERAL (ou comum)

- Podem apresentar projetos sobre **qualsquer** matérias (que não tenham iniciativa privativa)
 - Presidente da República
 - Comissões de Câmara/Senado/Congresso
 - Senadores
 - Deputados
 - Cidadãos

POPULAR

- Apresentação de projetos de lei pelos **cidadãos**  **≥ 1%** do eleitorado nacional em **≥ 5 estados** com **≥ 0,3%** dos eleitores de cada um (para leis da União)

Ordinária ou complementar

PRINCÍPIO DA IRREPETIBILIDADE → matéria de projeto rejeitado só pode ser objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa por proposta de maioria absoluta dos membros, em qualquer das casas

DELIBERAÇÃO E VOTAÇÃO

CASA INICIADORA

Quase sempre = Câmara. Só é Senado se a iniciativa for de um senador ou comissão do Senado

CASA REVISORA

Se "aprovado com emendas" retorna à cada iniciadora para sua apreciação (pode ser **rejeitadas**, e o projeto ir para sanção/veto sem as emendas!)

REQUISITOS PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

- Pertinência temática
- Se iniciativa privativa do chefe do executivo ou sobre organização dos serviços administrativos de Câmara, Senado, tribunais federais e MP: **não** podem acarretar aumento de despesa

Salvo LOA ou LDO

PROCESSO LEGISLATIVO

= PROCEDIMENTO ORDINÁRIO =

SANÇÃO

- = Ato unilateral irretratável do Presidente da República de **concordância** com projeto de lei.
 - Expressa
 - Tácita → se ele **não** se manifestar em até **15 dias úteis**

VETO

- = Ato unilateral do Presidente da República de **discordância** com o projeto de lei
- Sempre **motivado** e **expresso**

VETO	CONSIDEROU O PROJETO DE LEI
Jurídico	Inconstitucional
Político	Contrário ao interesse público

Texto integral de:

- Artigo
- Parágrafo
- Inciso
- Alínea

- Pode ser **total** ou **parcial**
- O veto pode ser **rejeitado** pela **maioria absoluta** da Câmara e Senado (sessão conjunta)

PROMULGAÇÃO

- = Ato que atesta a existência da lei (já pronta)
- Pelo Presidente da República
- Em até **48 horas** (Se não: Presidente do Senado → Vice-presidente do Senado)

PUBLICAÇÃO

- = Ato de **divulgação oficial** da lei (é sua condição de eficácia)

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PRESSUPOSTOS

- Editadas pelo Presidente da República
- Por razões de **relevância e urgência**
Cabe controle jurisdicional se evidentemente ausentes

LIMITAÇÕES MATERIAIS

- **Vedada** edição de MP sobre matéria:
- Relacionada à:
 - 1) Nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos, direito eleitoral
 - 2) Organização do poder judiciário e do M.P.
 - 3) Direito penal, processual { **Penal**
Civil }
 - 4) Planos plurianuais, orçamento, diretrizes orçamentárias e créditos adicionais e suplementares
- Reservada a lei complementar
- Já disciplinada em projeto de lei aprovada pelo Congresso e pendente de sanção/veto pelo presidente
- Que vise a detenção/sequestro de bens/poupança popular

RITO DE APROVAÇÃO

- Tem **60 dias (+60)** * para ser apreciada no Congresso (prorrogação automática)
- Se **integralmente rejeitada** ou perder sua eficácia por **decurso de prazo**, o Congresso (em até 60 dias) disciplinará as relações jurídicas dela decorrentes (se não, permanecerão regidas pela M.P.)

LEIS COMPLEMENTARES

- Aprovadas por **maioria absoluta**
- Assuntos relacionados expressamente na **CF/88**

LEIS DELEGADAS

- Elaboradas pelo **Presidente da República**, após delegação do **Congresso Nacional** (solicitada pelo presidente)
- A edição da lei delegada é **facultativa**

Vedada a edição de lei delegada sobre matéria:

- Relativa à: 1) nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais
- 2) Organização de poder judiciário e do M.P.
- 3) Planos plurianuais, orçamento, diretrizes orçamentais
- Reservada a lei complementar
- De competência exclusiva do Congresso ou privativa da Câmara/Senado

PROCESSO LEGISLATIVO

PROCEDIMENTO = ORDINÁRIO =

COMISSÃO MISTA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

PROMULGAÇÃO (Se integralmente convertida em lei)

- Se introduzidas **modificações**
 - Vira "**projeto de lei de conversão**"
 - Se aprovado → irá ao presidente para sanção ou veto

Não passa por sanção/veto

- * Se a MP **não** for apreciada em até **45 dias**, entrará em **regime de urgência** (ficando sobrestadas todas as demais deliberações)

ASPECTOS GERAIS

- Para garantir maior efetividade à CF/88: compatibilizando-a com a realidade social
- Por um poder **constituinte derivado** (com autorização do originário)
- Procedimentos:
 - Emenda constitucional
 - Revisão constitucional
 - Mutação constitucional (processo informal)

REVISÃO CONSTITUCIONAL

- Realizada após **5 anos** da promulgação da CF/88
Ano em que previsto o plebiscito para escolha de:
 - Forma de governo
 - Sistema de governo
- É **único** e não voltará a acorrer (é inconstitucional EC que pretenda estabelecer um novo processo de revisão constitucional)
- Para possibilitar uma alteração **geral e global** da CF com formalidades mais simples
- Se submete às **mesmas limitações** impostas às ECs
- **Não** se aplica aos estados-membros
- Em **sessão unicameral** (Congresso Nacional)
- Voto da **maioria absoluta** dos membros
- **Promulgação:** pela **mesa** do Congresso Nacional

EMENDA CONSTITUCIONAL (EC)

- Atualmente, é a **única possibilidade** de alteração formal
- Podem ser elaboradas a **qualquer tempo**
- Discutida e votada em **cada casa** do Congresso Nacional :
 - Em **2 turnos**
 - Aprovação: **3/5** dos votos
- **Promulgação:** Pelas **mesas** da Câmara e do Senado
- O procedimento é de **observância** obrigatória pelos **estados**-membros (mesma rigidez)

Sessão bicameral

REFORMA DA CONSTITUIÇÃO

CONTROLE JUDICIAL

- Cabe **controle de constitucionalidade**: (abstrato ou incidental)
- Inconstitucionalidade:
 - Formal: ofensa de procedimento
 - Material: ofensa a cláusulas pétreas (conteúdo)
- Controle de constitucionalidade de EC **em tramitação**:
 - Por mandado de segurança
 - Ajuizado por congressista
 - Perante o STF

Se a EC for promulgada antes do julgamento, a ação é prejudicada

PROCESSO LEGISLATIVO DAS ECs

- Iniciativa:**
- Legitimados:
 - 1/3 dos membros da Câmara ou do Senado
 - Presidente da República
 - Mais da metade das assembleias legislativas (manifestando-se cada uma pela maioria relativa de seus membros)
 - Os **municípios não** participam
- Emendas parlamentares:**
 - Proposição acessória que modifica o texto da PEC.
 - Se houver emenda em uma casa, todo o texto da PEC dever ser revisado pela outra (ainda que já tenha passado por ela)
 - Mas se for uma mudança pouco substancial/não altere seu sentido, a PEC não precisa voltar.
- Deliberação:**
 - Discutida e votada em **cada casa** do Congresso Nacional : Sessão bicameral
 - Em **2 turnos**
 - Aprovação: **3/5** dos votos
- Sanção e veto:**
 - Não se submetem
- Promulgação e publicação:**
 - Pelas **mesas** da Câmara e do Senado

REFORMA DA CONSTITUIÇÃO

MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL

- Processo informal de alteração da CF.
- Não produz alterações em seu texto
 - Muda seu sentido e interpretação
- Decorre da evolução de costumes e valores (para a CF acompanhar as mudanças sociais)
- Formas:
 - Interpretação judicial/administrativa
 - Atuação do legislador
 - Via de costume

LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS

LIMITAÇÕES MATERIAIS

- Explícitas:**
 - Cláusulas pétreas:**
 - Forma federativa de estado
 - Voto direto, secreto, universal e periódico
 - Separação dos poderes (obrigatório, não!)
 - Direitos e garantias individuais
 - EC não pode criar novas!
- Implícitas:**
 - Titularidade** do poder constituinte
 - Originário
 - Derivado
 - Procedimento** de reforma constitucional

LIMITAÇÕES FORMAIS

- Iniciativa restrita
- Deliberação conforme a CF/88
- Promulgação pelas mesas com o número de ordem
- Vedações à representação, na mesma **sessão legislativa**, PEGADINHA! (= legislatura) de P.E.C., nela rejeitada ou tida por prejudicada

LIMITAÇÕES CIRCUNSTANCIAIS

- Situações excepcionais de anormalidade institucional que **vedam a promulgação** de E.C.s (mas podem tramitar)
 - Estado de sítio
 - Estado de defesa
 - Intervenção federal

LIMITAÇÕES TEMPORAIS

Não há!
(elaboradas a qualquer tempo)

CONCEITO

- = Aferição da **validade** das normas face à Constituição
Verifica a **compatibilidade vertical** das normas com a Constituição
- Teoria da nulidade** → a lei unconstitutional é considerada **nula desde o início**. (*ex tunc*)
O STF pode **modular os efeitos** (por segurança jurídica ou interesse social)

PRESSUPOSTOS

- Constituição **escrita** e **rígida**
- Mecanismo de **fiscalização**
+ Previsão de ≥ 1 órgão com competência para o controle

SISTEMAS DE CONTROLE

- Controle **judicial** → pelo poder judiciário
- Controle **político** → por um órgão político (ex.: conselho constitucional na França)
- Controle **misto** → algumas normas são controladas pelo poder judiciário e outras por um órgão político

MOMENTOS DE CONTROLE

PREVENTIVO

- = Fiscalização sobre a norma **em** fase de **elaboração**
- Tipos (no Brasil):
 - Político-preventivo:**
 - Pelo poder **legislativo**: comissões de Constituição e Justiça
 - Pelo poder **executivo**: veto presidencial (jurídico)
 - Judicial-preventivo:**
 - Pelo **STF**, através de **mandado de segurança** impetrado por **parlamentar** (da casa em que transita)
 - Tipos:
 - Projeto de lei que desrespeita o **processo legislativo** constitucional
 - PEC** que viola:
 - Cláusula pétreia
 - Processo legislativo constitucional

REPRESSIVO

- = Fiscalização sobre a norma **pronta**
- Tipos (no Brasil):
 - Político-repressivo:**
 - Poder **legislativo** pode sustar atos normativos do **executivo** que **exorbitem** o poder regulamentar ou a delegação legislativa
 - Rejeição de **MP** considerada **inconstitucional**
 - O Presidente da República pode **deixar de aplicar** uma lei que considere inconstitucional
 - Judicial-repressivo:**
 - Cabe aos **juízes** e **tribunais** do **poder judiciário**

controle de CONSTITUCIONALIDADE

INCONSTITUCIONALIDADE

= ESPÉCIES =



INCONSTITUCIONALIDADE

= ESPÉCIES =



DIRETA	INDIRETA (reflexa)
<ul style="list-style-type: none"> Quando um ato normativo primário viola a constituição 	<ul style="list-style-type: none"> Quando um ato normativo secundário viola a constituição (o STF considera como mera ilegalidade)
ORIGINÁRIA	SUPERVENIENTE
<ul style="list-style-type: none"> Quando a norma-parâmetro for anterior à impugnada 	
CIRCUNSTANCIAL	<ul style="list-style-type: none"> Quando a norma-parâmetro for posterior à impugnada Para o STF, não existe (é caso de não recepção)
PROGRESSIVA	<ul style="list-style-type: none"> No HC 70.514, o STF decidiu que o prazo em dobro para recorrer no processo penal para a defensoria pública, até que ela esteja estruturada para atuar em igualdade de condições com o M.P. A lei está “em trânsito para a inconstitucionalidade”, mas é “ainda constitucional”

controle de CONSTITUCIONALIDADE



MODELOS DE CONTROLE

CONTROLE DIFUSO

- Competência = todos os órgãos do judiciário
(multiplicidade de órgãos)
- = Modelo **americano**

CONTROLE CONCENTRADO

- Competência = um único órgão jurisdicional
(ou um número limitado)
- = Modelo **europeu**

CONTROLE MISTO

- O judiciário atua de forma:
 - Difusa e
 - Concentrada
- Adotado no **Brasil**:
 - Controle **difuso** → qualquer juiz / tribunal
 - Controle **concentrado** → STF e TJs



VIAS DE CONTROLE

VIA INCIDENTAL

(de defesa ou exceção)

- Aferição diante de um **caso concreto** em que uma das **partes requer** a declaração de inconstitucionalidade de uma lei
(mas esse **não** é o objeto principal do pedido)
- Usada pelo controle **concreto**

VIA PRINCIPAL

(abstrata ou de ação direta)

- A aferição da inconstitucionalidade é o **pedido principal** do autor
- Usada pelo controle **abstrato**

ASPECTOS GERAIS

- Realizado por qualquer **juiz** ou **tribunal**
- Pela via **incidental** (diante de um caso concreto)

Decisão monocrática!

LIGITIMAÇÃO ATIVA

(no curso de qualquer ação)

- Qualquer das partes
- Terceiros intervenientes
- Ministério público
- Juiz ou tribunal (de ofício)

OBJETO

- Qualquer **lei** ou **ato normativo** (federal, estadual, distrital ou municipal)

PARÂMETRO

- Norma constitucional que estava **em vigor** no momento da **edição** do ato normativo questionado
- **Exemplo:**
Lei editada em **1979**, avaliada quanto à:
 - **Recepção/revogação** perante **CF/88**
 - **Constitucionalidade** perante **CF/69**

controle difuso

CONTROLE DIFUSO NOS TRIBUNAIS

- Deve obedecer à “**cláusula de reserva de plenário**” → Só pode declarar a inconstitucionalidade de lei/ato normativo pelo voto da **maioria absoluta** de seus **membros** ou do respectivo **órgão especial**

ÓRGÃO ESPECIAL:

- Em tribunais com > **25** julgadores
- **11 a 25** membros
 - Metade → antiguidade
 - Metade → eleição
- Atribuições { Administrativas Jurisdicionais

IMPORTANTE!

Órgãos fracionários dos tribunais:

Podem → Reconhecer constitucionalidade

Declarar

Não podem → inconstitucionalidade (ou afastar a incidência da norma)

Devem remeter ao plenário ou órgão especial

- A cláusula de reserva de plenário **só se aplica** quando o tribunal se depara pela **primeira vez** com a controvérsia constitucional (se já foi decidido pelo plenário do tribunal ou do **STF**, **não** é necessário)

→ Sua decisão prevalece sobre a do tribunal

CONTROLE DIFUSO



EFEITOS DA DECISÃO

- Eficácia *inter partes*
- Tem efeitos retroativos (*ex tunc*)
 - STF pode modular efeitos (por 2/3 de seus membros)
- Não vincula a administração, demais órgãos do Judiciário
- A norma continua plenamente válida

STF pode modular efeitos
(por 2/3 de seus membros)

Não vincula a administração
demais órgãos do Judiciário



RECURSO EXTRAORDINÁRIO

- O STF também faz controle difuso em sede de recurso extraordinário
- Causas julgadas em única/última instância, quando a decisão recorrida:
 1. Contrariar dispositivo da CF/88
 2. Declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal
 3. Julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da CF/88
 4. Julgar válida lei local contestado em face de lei federal
(= conflito constitucional de competências)



São conflitos constitucionais

ATUAÇÃO DO SENADO FEDERAL

- O Senado pode suspender a execução no todo ou em parte de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF em controle difuso de constitucionalidade
 - É um ato discricionário e político
- Aplica-se a leis federais, estaduais, municipais ou distritais
- Tem efeitos prospectivos (*ex nunc*)



ASPECTOS GERAIS

- Criada pela **EC 45/2004**
- Aprovada pelo **STF**
- Vincula
 - a administração
 - demais órgãos do judiciário

direta e
indireta

NÃO VINCULA: CAI MUITO!

- O próprio STF
- O poder **legislativo** no exercício de sua função **típica** (de legislar)
- O poder **executivo** no exercício de sua função **atípica** de legislar

- Terá **validade** a partir da **publicação** na **imprensa oficial**

O STF pode **restringir** os **efeitos** ou iniciar sua eficácia a partir de **outro momento** (decisão de 2/3 dos membros) ATENÇÃO!

PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS

1. Existência de **reiteradas decisões**
 - + Matéria constitucional (pelo STF)
2. Existência de controvérsia atual:
 - Órgão judiciário órgão judiciário
 - Órgão judiciário administração pública
3. Aprovação por **2/3 dos membros** do STF



SÚMULA VINCULANTE

LEGITIMADOS

(edição, revisão ou **cancelamento** de S.V.)

1. Presidente da República
2. **Governador** de estado/DF
3. Mesa do Senado Federal
4. Mesa da Câmara dos Deputados
5. Mesa de assembleia legislativa ou da CLDF
6. Procurador-geral da república
7. **Defensor público-geral da união**
8. Conselho **federal** da OAB
9. Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional
10. Partido político com **representação** no **Congresso Nacional**
11. **Tribunais** superiores, TJs, TRFs, TRTs, TREs e tribunais militares

DESCUMPRIMENTO

- Caso haja
 - Ato administrativo que
 - Decisão judicial
- contrarie súmula vinculante, a parte prejudicada pode intentar **reclamação** diretamente ao STF

Se procedente, o STF:

- Anulará o ato administrativo
- Cassará a decisão judicial
- + determinará que outra seja proferida

CONTROLE abstrato



ASPECTOS GERAIS

- Examina a constitucionalidade da lei **em tese** (não há caso concreto)
- A constitucionalidade é arguida na **via principal**
- É efetuado de modo **concentrado**

AÇÕES

- **ADI**: ação direta de inconstitucionalidade
- **ADC**: ação declaratória de constitucionalidade
- **ADO**: ação direta de inconstitucionalidade por omissão
- **ADPF**: arguição de descumprimento de preceito fundamental



“DUPLO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE”

- Lei (estadual) questionada:
 - No **TJ** → frente à Constituição **Estadual**
 - No **STF** → frente à Constituição Federal
- Se ajuizadas **simultaneamente**:
suspende-se o processo no **TJ** até a deliberação do STF:
 - STF a considera **inconstitucional** → a ADI no TJ **perde o objeto**
 - STF a considera **constitucional** → o TJ pode **seguir seu julgamento**
- Se **não** simultaneamente:
 - **TJ** a considera **inconstitucional** → Será expurgada do ordenamento
 - **TJ** a considera **constitucional** → Pode ainda ser ajuizada ADI no STF
- Em regra, as decisões do **TJ** são **irrecorríveis**
Cabe **recursos extraordinário** para o STF se o **parâmetro** de constitucionalidade for norma de **reprodução obrigatória** pelos estados-membros

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

= ADI =



PARÂMETROS DE CONTROLE

- Qualquer norma **constitucional**
(ainda que só formalmente)
 - ↳ Inclusive **normas implícitas**
(ex.: princípio da proporcionalidade)
- + **Tratados internacionais** sobre direitos humanos equivalentes a emendas constitucionais

NÃO PODEM SER PARÂMETRO:

- O preâmbulo
- Normas do ADCT com eficácia exaurida
- Normas de constituições pretéritas

COMPETÊNCIA

- Exclusiva do **STF**
 - ↳ Julga a inconstitucionalidade
de **lei ou ato normativo** { Federal
Estadual em face da **CF/88**



OBJETOS DE CONTROLE

- **Lei ou ato normativo** { Federal
Estadual editado
- **após** a promulgação da **CF/88**
- **Lei ou ato normativo** do **Distrito Federal** editado no exercício de sua **competência estadual**



Municipal, não!

PODEM SER OBJETO DE ADI:

- Emendas constitucionais
- Leis (complementares, ordinárias, delegadas)
- Medidas provisórias
- Decretos legislativos
- Resoluções do poder legislativo
- Decretos autônomos
- Tratados internacionais
- Regimentos internos de { Tribunais
Casas legislativas
- Constituições e leis estaduais



NÃO PODEM SER OBJETO DE ADI:

- Normas constitucionais originárias
- Leis ou atos normativos revogados ou de eficácia exaurida
- Direito pré-constitucional
- Súmulas e súmulas vinculantes
- Atos normativos secundários

CONTROLE DE constitucionalidade = ADI =



EFEITOS DA DECISÃO ||

- Efeitos retroativos (*ex tunc*), em regra é meramente declaratória

MODULAÇÃO CAI MUITO!

- Por **2/3 dos membros**, o STF pode:
 - Restringir os efeitos
 - Das efeitos prospectivos (*ex nunc*)
 - Fixar outro momento para o início de sua eficácia

- Eficácia *erga omnes*
por **2/3 dos membros**, o STF pode restringir o alcance
- Efeito **vinculante**
- Efeito **repristinatório**
(a legislação anterior volta a ser aplicada)
o STF pode **evitar efeito repristinatório** indesejado se houver pedido do autor
- É **definitiva e irrecorrível**
(ressalvados os **embargos declaratórios**)

NATUREZA DÚPLICE OU AMBIVALENTE ||

- A decisão de mérito em ADI tem **eficácia** quando o pedido for **concedido** ou **negado**

JULGADAS	LEI CONSIDERADA
Procedente	Inconstitucional
Improcedente	Constitucional



LEGITIMADOS ATIVOS ||

(os mesmos da ADC)

UNIVERSAIS →

- Podem propor ADI sobre qualquer matéria
1. Presidente da República
 2. Mesa do Senado Federal
 3. Mesa da Câmara dos Deputados
 4. Procurador-geral da república
 5. Conselho **federal** da OAB
 6. Partido político com **representação** no **Congresso Nacional**

ESPECIAIS →

- Só podem propor ADI quando houver pertinência temática
7. **Governador** de estado/DF
 8. Mesa de assembleia legislativa ou da CLDF
 9. Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional

PROCESSO E JULGAMENTO

PETIÇÃO INICIAL

- Deve indicar:
 1. Dispositivo impugnado da norma
 2. Fundamento jurídico (= causa de pedir)
 3. Pedido (com suas especificações)
- O autor **não** pode **desistir** da ação
(é um processo objetivo)

PRINCÍPIO DO PEDIDO

- STF é **vinculando ao pedido**,
mas **não à causa de pedir**
(= causa de pedir aberta)

INDEFERIMENTO LIMINAR

- Se a petição for: (pelo relator)
 - Inepta
 - Não fundamentada
 - Manifestamente improcedente

ADI ADMITIDA

- O relator **pedirá informações** do órgão/autoridade que a emanou
(prestadas em 30 dias)

IMPRESCRITIBILIDADE

- **Não há prazo prescricional ou decadencial**
É um processo objetivo
 - + Visa defender a ordem jurídica

INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

- **Não admitida**, em regra
(é um processo objetivo)

"AMICUS CURIAE"

- Participação **permitida**
(outros órgãos ou entidades parlamentares,
partidos políticos)
Admitido **pelo relator** por despacho irrecorável
(se negado, o A.C. pode apresentar **agravo interno**)

- Requisitos:
 - Relevância da matéria
 - Representatividade
 - Pertinência temática
- Visa **pluralizar o debate** constitucional
(admitida em todas as ações de controle
abstrato: ADI, ADC, ADPF e difuso)
- **Não** pode apresentar **recursos**
- Colaborar mediante entrega de
**documentos, pareceres, sustentação
oral**....

controle de CONSTITUCIONALIDADE = ADI =

PROCESSO E JULGAMENTO

ATUAÇÃO DO AGU

- Tem **manifestação obrigatória** na ADI
- Em regra, atua **em defesa da constitucionalidade** da norma
 - ↳ Mas não é obrigado (STF)

ATUAÇÃO DO PGR

- Tem **manifestação obrigatória** na ADI
- Como **fiscal da Constituição**
- Deve opinar com **independência** (mesmo que tenha sido o autor da ação)

DELIBERAÇÃO

QUÓRUNS:

Presença: ≥ 8 ministros (2/3)

Votação: ≥ 6 ministros
(maioria absoluta)

↳ enquanto não houver 6 votos em um ou outro sentido, **suspende-se** o julgamento até o comparecimento dos ministros faltantes

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE = ADI =

MEDIDA CAUTELAR EM ADI

- Requisitos:
 - *Fumus boni juris*
 - *Periculum in mora*
- Devem ser **previamente ouvidos** os órgãos ou autoridades dos quais emanou a norma (salvo excepcional urgência)

EFEITOS DA CONCESSÃO

- São **prospectivos** (*ex nunc*)
 - ↳ Mas podem ser **retroativos** (*ex tunc*) se houver **manifestação expressa** nesse sentido
- Eficácia **geral** (*erga omnes*)
- Efeito **vinculante**
 - ↳ **Suspende** todos os processos que envolvam aplicação da norma impugnada
- Efeito **repristinatório**
 - ↳ Pode ser **afastado** se houver **pedido do autor** e manifestação expressa nesse sentido

EFEITOS DO INDEFERIMENTO

- **Não** importa o reconhecimento da constitucionalidade da norma
- **Não** produz efeito vinculante

OBJETOS DE CONTROLE

- Quando há **inércia do legislador** frente a um dispositivo constitucional carente de regulamentação (norma de eficácia limitada)
- Alcança também a **omissão da administração** pública em editar atos **administrativos** necessários à concretização de dispositivos constitucionais
- STF: a inércia nas **deliberações** das casas legislativas pode ser objeto de ADO, quando superarem um **prazo razoável**

• A inércia pode ser {
total
parcial}

PEGADINHA!

≠ Mandado de injunção → No caso concreto (controle incidental)

LEGITIMADOS ATIVOS

- = Os mesmos da ADI (mas a **própria autoridade** responsável pela omissão não ingressa com ADO contra si mesma!)

LEGITIMADOS PASSIVOS

- Órgãos ou autoridades **omissos**
A quem cabe a **iniciativa** da lei

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

= ADO =

ATUAÇÃO DO AGU

- Não tem **manifestação obrigatória**
O relator pode solicitar (AGU tem 15 dias)

ATUAÇÃO DO PGR

- Tem **manifestação obrigatória** na ADO (como fiscal da Constituição)

MEDIDA CAUTELAR

- Concedida por **maioria absoluta** (presentes pelo menos 8 ministros)
- Pode resultar em:
 - Suspensão da norma (caso de omissão parcial)
 - Suspensão de processo judiciais/administrativos
 - Outra providência

EFEITOS DA DECISÃO

- O STF **não** pode editar a norma (separação dos poderes)
- Casos:
 - Omissão de um dos **poderes** → o STF dá ciência ao poder competente
 - Omissão de **órgão administrativo** → o STF notifica o órgão para adotar as providências necessárias em **30 dias** (ou outro prazo razoável)

ASPECTOS GERAIS

- Criada com a EC 03/93
- Para resolver uma **incerteza** acerca da legitimidade da lei
(dissenso entre juízes e tribunais)

Aumenta a segurança jurídica ↗

- Não é possível **desistência**
- Não é admitida a participação de **terceiros** (salvo "amicus curiae")

LEGITIMADOS ATIVOS

- EC 45/04 igualou o rol de legitimados da ADC com o da ADI

CUMULAÇÃO DE PEDIDOS

- É **possível** que haja **cumulação** de pedidos típicos de ADI e ADC em um mesmo pedido
↗ para possibilitar uma maior **celeridade** e **eficiência**

OBJETOS DE CONTROLE

- Leis e atos normativos **federais**
(estaduais, municipais e distritais, não!)
- **Requisitos** → controvérsia **judicial** demonstrada na **petição inicial**

⚠ ATENÇÃO!
Diferente da ADI!

PEGADINHA!
Mera controvérsia **doutrinária** não é suficiente

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

= ADC =

MEDIDA CAUTELAR

- Requisitos:
 - *Fumus boni juris*
 - *Periculum in mora*
- Concedida por **maioria absoluta**

EFEITOS DA CONCESSÃO

- São **prospectivos** (*ex nunc*)
- Eficácia **geral** (*erga omnes*)
- Efeito **vinculante**

↗ **Suspende** os processos que envolvam aplicação da norma impugnada

O **STF** tem **180 dias** para julgar a ação, sob pena de perder sua eficácia
(mas o STF não tem aplicado)

ATUAÇÃO DO PGR

- Tem **manifestação obrigatória**
⚠ ATENÇÃO! **Não** há participação do AGU!

EFEITOS DAS DECISÃO

- Eficácia *erga omnes*
- Efeito **vinculante**
- É **definitiva** e **irrecorrível**
(ressalvados os **embargos declaratórios**)
- Natureza **dúplice**:

JULGADA	LEI CONSIDERADA
Procedente	Constitucional
Improcedente	Inconstitucional

ASPECTOS GERAIS

- Instituído pela **CF/88** (originalmente)
 - ↳ Norma de eficácia limitada
- Introduziu **4 mudanças**:
 - pode **anticipar decisões** sobre questões constitucionais relevantes
 - soluciona **controvérsias** sobre o direito **pré-constitucional** (frente à CF/88)
 - fornece **diretriz** segura para legitimidade ou não de **atos** editados por entidades **municipais**
 - permite aferição de omissão **inconstitucional** e ação declaratória no âmbito **estadual** e **municipal**

OBJETO

- DECORE!
- Surgiu para suprir uma **lacuna** do controle concentrado.
 - Para o STF poder apreciar:
 - Leis/atos normativos municipais
 - Atos administrativos
 - Direito pré-constitucional
 - Direito pós-constitucional já revogado ou de efeitos exauridos
 - Interpretações judiciais violadoras de preceito
 - Abrange **{ Atos normativos e Não-normativos }**

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE = ADPF =

LEGITIMADOS ATIVOS

- = Os mesmo da **ADI**

CARÁTER SUBSIDIÁRIO

- = **Não** é admitida ADPF quando houver qualquer **outro meio** para sanar a lesividade
 - ↳ No controle concentrado

A possibilidade de **recurso extraordinário** não exclui a admissibilidade de **ADPF**

PARÂMETROS DE CONTROLE

PRECEITOS FUNDAMENTAIS

- ↳ O parâmetro é mais restrito
- = Normas consideradas **essenciais**
 - STF já indicou:
 - Direitos e garantias individuais
 - Cláusulas pétreas
 - Direito à saúde e ao meio ambiente
 - Princípios constitucionais sensíveis (art. 34, VII)

MODALIDADES DE ADPF

- Arguição **Autônoma**:
 - Visa reparar (repressiva) ou evitar (preventiva) lesão a preceito fundamental resultante de **ato do poder público**
- Arguição **Incidental**:
 - Cabível contra **ato normativo** primário ou secundário
 - Exige a demonstração de relevante controvérsia judicial

INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

- Pode ser admitida, a **critério do relator**, a manifestação de outros órgãos ou entidades
→ é necessário **representatividade**

controle de CONSTITUCIONALIDADE = ADPF =

PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE

- Pode ser conhecida como
- ADI** ↔ **ADPF**
- Pode ser conhecida como
- São fungíveis** = uma pode ser substituída pela outra
- Requisitos:**
- Dúvida razoável sobre o caráter autônomo dos atos infralegais
 - Alteração superveniente da norma constitucional usada como **parâmetro** de controle

MEDIDA LIMINAR

- Deferida por **maioria absoluta**
 - Ou pelo **relator ad referendum**
 - No recesso
 - Extrema urgência ou perigo de lesão grave
- Na ADPF:
 - Autônoma** → suspende o ato do poder público
 - Incidental** → pode determinar que juízes e tribunais suspendam processos ou efeitos de decisões judiciais

DECISÃO

QUÓRUNS:

Presença: ≥ 8 ministros (2/3)

Votação: ≥ 6 ministros
(maioria absoluta)

- Eficácia **erga omnes**
- Efeito **vinculante**
- É **definitiva** e **irrecorrível**

Objeto = direito **pré-constitucional**:
A ADPF reconhecerá a **recepção** ou **revogação** da norma.

MODULAÇÃO

Por **2/3 dos membros**, o STF pode:

- Restringir os efeitos
- Dar efeitos prospectivos (*ex nunc*)
- Fixar outro momento para o início de sua eficácia

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

= ESTADOS E MUNICÍPIOS =



COMPETÊNCIA

- O Tribunal de Justiça (estadual) realiza o controle abstrato de leis ou atos normativos estaduais e municipais

PARÂMETRO DE CONTROLE

- Em face da Constituição Estadual (ou Lei Orgânica do DF)

TIPOS

- Normas de observância obrigatória
 - Normas da CF/88 que devem ser obrigatoriamente reproduzidas
- Normas de mera repetição
 - Normas da CF/88 que podem ou não ser reproduzidas
- Normas específicas da Constituição Estadual
 - Presentes exclusivamente na C.E.
- As leis orgânicas municipais **não** são parâmetros para controle! **IMPORTANTE!**



LEGITIMADOS ATIVOS

- A CF/88 **não** previu os legitimados, mas **proibiu** que fosse um **único órgão**
 Devem ser previsto na **Constituição Estadual**
- Para o STF: a Constituição Estadual pode **ampliar o rol** de legitimados (não se pronunciou sobre a restrição)
- A doutrina entende ser **possível restringir** o rol (desde que não a um único órgão)

finanças públicas

ASPECTOS GERAIS

= Matérias relacionadas a:

- Despesas
 - Receitas
 - Créditos
- públicos

LEI COMPLEMENTAR

- Disporá sobre:
(em uma ou várias L.C.s)

A lei 4.320/64 foi
recepçãoada pela
CF/88 como L.C.

1. Finanças públicas
2. Dívida pública interna e externa

Inclusive de:

- Autarquias
- Fundações
- Entidades controladas pelo poder público

3. Concessão de garantias pelas entidades públicas
4. Emissão e resgate de títulos da dívida pública
5. Fiscalização financeira da administração pública
 - { direta e indireta
6. Operações de câmbio por órgão e entidades
 - { União
de estados/DF
municípios
7. Compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da união

Resguardadas características e condições operacionais plenas daquelas voltadas ao desenvolvimento regional



-NOVIDADE! EC 109/2021

8. Sustentabilidade da dívida, especificando:
 - 1) Indicadores de sua apuração
 - 2) Níveis de compatibilidade dos resultados fiscais com a trajetória da dívida
 - 3) Trajetória de convergência do montante da dívida com os limites definidos em legislação
 - 4) Medidas de
 - { ajuste
 - suspensões
 - vedações
 - 5) Planejamento de alienação de ativos com vistas à redução do montante da dívida
- Essa L.C. pode autorizar as vedações previstas no art.167-A.

finanças públicas



BANCO CENTRAL

- Exerce a competência da união de emitir moeda de forma exclusiva!
- Pode {comprar e vender títulos do Tesouro Nacional
 - Para regular: : Oferta de moeda
 - Taxa de juros
}
- É **vedado** ao BACEN conceder (Direta ou indiretamente) empréstimos a:
 - Tesouro nacional
 - Qualquer órgão/entidade que não seja instituição financeira

DEPÓSITO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA:

- Da União → no BACEN
 - Estados/DF e Municípios
 - + órgão/entidades
 - + empresas controladas pelo poder público
- Ressalvados os casos previstos em lei
- Em instituições financeiras oficiais

NOVIDADES

EC 108/2020

União
Estados/DF
Municípios

- disponibilizarão suas
 - Contábeis
 - Orçamentários
 - Fiscais

Conforme { Periodicidade
Formato
Sistema }

estabelecidos pelo

- órgão central de contabilidade da união

De modo a garantir { Comparabilidade
Rastreabilidade dos dados
E publicidade }

Devem ser divulgados em **meio eletrônico** de acesso público

EC 109/2020

União
Estados/DF
Municípios

Devem conduzir suas **políticas fiscais** de modo a manter as **dívidas públicas** em níveis **sustentáveis**

- **Elaboração** e **execução** de planos e orçamentos

Indicadores
fiscais

Compatibilidade

Sustentabilidade
da dívida

ASPECTOS GERAIS

- = Plano plurianual
Instrumento de planejamento
Para um período de **4 anos**
 - Pode ser **revisado** durante sua vigência:
 - Inclusão
 - Exclusão
 - Alteração
 - Planos e programas previstos na CF/88
 - Nacionais
 - Regionais
 - Setoriais

Devem ser elaborados em **consonância** com o P.P.A. e apreciados pelo Congresso Nacional.
- NOVIDADE!** EC 109/2021: o PPA deve obedecer, no que couber, os resultados do monitoramento/avaliação das políticas públicas do §16, do art. 37.
- CONCEITOS IMPORTANTES**
- **Diretrizes** → Normas gerais, estratégicas.
 - **Objetivos** → O que deve ser feito
 - **Metas** → Medidas do alcance do objetivo
 - **Programas de Duração Continuada** → Programas governamentais sem prazos de conclusão relacionados às suas finalidades.
(Não apresentam aqueles das atividades- meio)
Interpretação restritiva para fins de inclusão no PPA

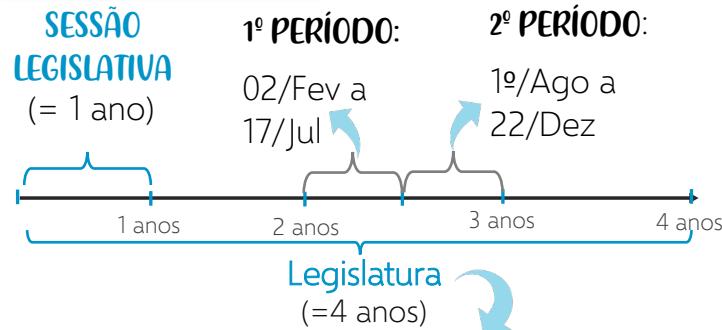
CONCEITO



CAI MUITO!

- Estabelece, de forma **regionalizada**:
 - Diretrizes
 - Objetivos
 - Metas
 - da administração pública federal para as despesas:
 - De capital e outras delas decorrentes
 - Relativas aos programas de duração continuada
- P.P.A.**
= NA CF/88 =
- INVESTIMENTOS**
- = Despesas com:
Softwares + Planejamento e execução de obras
 - + Aquisição de
 - Instalações
 - Equipamentos
 - Material permanente
 - Nenhum investimento cuja **execução ultrapasse um exercício financeiro** poderá ser iniciado sem:
 - Prévia inclusão no P.P.A. ou
 - Lei que autorize a inclusão
 - Sob pena de **crime de responsabilidade**
(Logo, se sua execução não ultrapassa um exercício financeiro, ele não precisa estar previsto no P.P.A.)

LINHA DO TEMPO

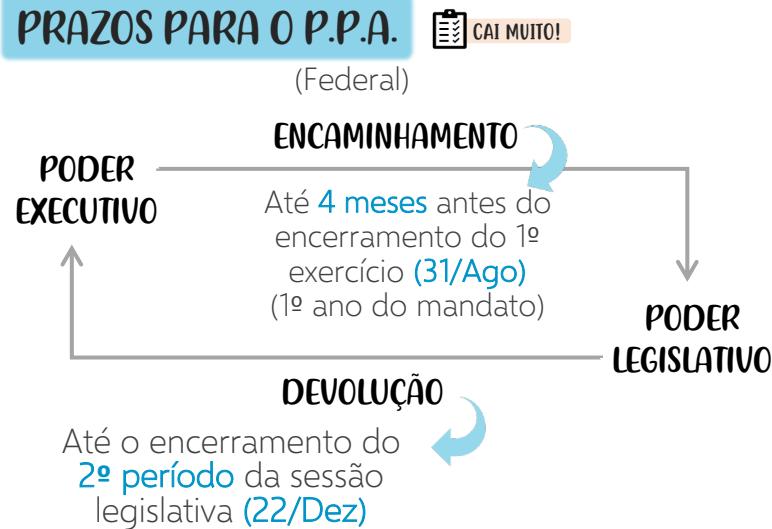


1 Legislatura = 4 sessões legislativas

1 Sessão legislativa = 2 Períodos legislativos

Entre cada período legislativo, há um **recesso legislativo**.

PRAZOS PARA O P.P.A.



p.p.a.
= NA CF/88 =

OBSERVAÇÕES

- Cada Estado/DF e município tem seus próprios PPA/ LDO/ LOA
- A **iniciativa** do PPA é sempre do Poder Executivo.



O período de vigência do P.P.A. não se confunde com o mandato do chefe do executivo.

(Para manter a continuidade dos programas)

→ Ele é elaborado no 1º ano do mandato e entra em vigor no 2º ano

ASPECTOS GERAIS

- Surgiu com a **CF/88**
- É o elo entre P.P.A. → L.O.A.
- Estratégico
- Operacional
- É **anual**.

Obs.: A L.R.F. previu novas funções para a L.D.O.:

- Obrigatoriedade dos anexos de **Metas fiscais** e **Riscos fiscais**
- Deve dispor sobre o equilíbrio de receitas e despesas

(Detalhadas mais à frente)

PRAZOS PARA A LDO.



(Federal)

PODER
EXECUTIVO

ENCAMINHAMENTO
Até **8 meses e meio**
antes do encerramento
do exercício (**15/Abr**)

PODER
LEGISLATIVO

DEVOLUÇÃO
Até o encerramento do
1º período da sessão
legislativa (**17/Jul**)



IMPORTANTE!
A sessão Legislativa não
será interrompida sem a
aprovação da L.D.O.

CONCEITO



CAI MUITO!

- Compreende Metas e Prioridades da administração Pública Federal

- **NOVIDADE!** **EC 109/2021:** estabelecerá **diretrizes** de política fiscal e respectivas **metas**.

Em consonância com trajetória sustentável da dívida pública

- **Orientará** a elaboração da **L.O.A.**
- Disporá sobre **alterações na legislação tributária** (mas não pode criar, suprimir, aumentar, diminuir ou autorizar tributos)
- Estabelecerá a **política de aplicação** das agências financeiras oficiais de **fomento**.

(Ex.: bens, BB, Caixa,...)

- **NOVIDADE!** **EC 109/2021:** a LDO deve obedecer, no que couber, os **resultados** do **monitoramento/avaliação** das políticas públicas do §16, do art. 37.

ASPECTOS GERAIS

- É o orçamento propriamente dito.
 - Prevê → Arrecadação de **receitas**
 - Fixa → Realização de **despesas**
- Diz respeito ao período de **1 ano**.
- Finalidade = Concretização dos objetivos e metas do **P.P.A.**
 - Em consonância com o estabelecido na L.D.O.
- O **projeto** da L.O.A. deve ser acompanhado de **demonstrativo regionalizado** do efeito sobre receitas e despesas decorrentes de:
 - Isenções
 - Anistias
 - Remissões
 - Benefícios de natureza
 - Financeira
 - Tributária
 - Creditícia
 - Subsídios

 **NOVIDADE!** EC 109/2021: a LOA deve obedecer, no que couber, os resultados do monitoramento/avaliação das políticas públicas do §16, do art. 37.

PRAZOS PARA A LOA.



(Federal)

PODER EXECUTIVO

ENCAMINHAMENTO

Até **4 meses** antes do encerramento do exercício (**31/Ago**)

PODER LEGISLATIVO

DEVOLUÇÃO

Até o encerramento do **2º período** da sessão Legislativa (**22/Dez**)

É igual ao do P.P.A.

CONCEITO

- A L.O.A. **compreenderá**:
 - Orçamento fiscal
 - Orçamento de investimento das empresas
 - Orçamento da seguridade social
- = Tripartição orçamentária
 - Apenas para melhorar organização da L.O.A.
- São **Integrados**
 - Organizados e Consolidados.

L.O.A.
= NA CF/88 =

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Não podem existir **orçamentos paralelos**!

É VEDADO:

- O início de
 - Programas ou Projetosnão incluídos na L.O.A.
- Proíbe a consignação de crédito com
 - Finalidade imprecisa ou
 - Dotação ilimitada

ORÇAMENTO FISCAL

- Referente aos poderes da União

+ Seus
 Fundos
 Órgãos
 Entidades da Administração
 Direta e Indireta

Inclusive as **fundações**
 Mantidas e
 Instituídas
 pelo poder público.

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

- Seguridade social = Saúde
 Previdência
 Assistência social

- Abrange todos os órgãos e entidades a ela vinculados (Administração direta e indireta)

- Órgãos **vinculados** aos ministérios correspondentes:
 - Todas as despesas independentemente da natureza da despesa
- Órgãos **não vinculados** aos ministérios correspondentes:
 - Só as despesas típicas da seguridade.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

- Investimento das empresas em que a União, Só os investimentos! As despesas de custeio **não** precisam estar na L.O.A.
direta ou indiretamente, detenha a **maioria** do capital social **com direito a voto**.
(= Empresas controladas pela União)

L.O.A.
= NA CF/88 =

- + **Fundos e fundações**
 Mantidos e
 Instituídos



IMPORTANTE!

- Os orçamentos

O da seguridade social, não!
Fiscal e De investimento das estatais têm

o objetivo de reduzir as desigualdades inter-regionais, segundo o critério populacional

ESTATAIS NÃO DEPENDENTES	Orçamento de investimento das estatais
ESTATAIS DEPENDENTES	Orçamento fiscal e da seguridade social

ASPECTOS GERAIS

- Autoriza a **transferência de recursos**

federais a

DF	mediante	emendas individuais
Estados	ao projeto de L.O.A.	
Municípios		

TIPOS

TRANSFERÊNCIA ESPECIAL:

- Possibilita ao ente firmar contratos de **cooperação técnica** para subsidiar o acompanhamento da aplicação dos recursos
- Pelo menos 70% → Aplicadas em despesa de capital

RECURSOS:

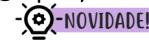
- Repassados **diretamente** ao ente (^{Independe da celebração}
de convênios, etc.)
- Pertencerão ao ente quando da efetiva transferência.
- Aplicados em **áreas de competência** do Poder Executivo do ente beneficiado.

TRANSFERÊNCIA COM FINALIDADE DEFINIDA:

- Os recursos serão:
 - **Vinculados** à programação estabelecida
 - Aplicados em **áreas de competência** constitucional **da União**

L.O.A.

= NA CF/88: EC 105/19 =



-NOVIDADE!



IMPORTANTE

- Os recursos transferidos **não integrarão a receita** dos entes beneficiários para fins de:
 - Repartição
 - Cálculo dos limites de despesa com pessoal (Ativo/inativo)
 - Cálculo dos limites de endividamento do ente.
- **Vedado** o uso dos recursos para:
 - Despesa com **pessoal** e encargos sociais
 - Encargos do **serviço da dívida**

PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE

- A L.O.A. deverá conter **todas** as **receitas e despesas** referentes aos poderes da União

+ seus
Fundos
Órgãos
Entidades da administração
direta de indireta

Inclusive as **fundações** pelo poder público

Todas as **receitas** → Inclusive as operações de crédito autorizadas em lei.

Todas as **despesas** → Próprias dos órgãos ou que por intermédio deles se devam realizar.

- A **L.O.A.** compreenderá:

- Orçamento **fiscal**
- Orçamento **de investimento das estatais**
- Orçamento **da seguridade social**

PRINCÍPIO DA UNIDADE

- O orçamento deve ser **uno**.
= Somente um orçamento por ente da federação
- Visa **eliminar** a existência de **orçamentos paralelos**
Facilita o controle racional e direto das operações financeiras.

PRINCÍPIO DA TOTALIDADE

- Há coexistência de múltiplos orçamentos que, entretanto, devem ser consolidados.

princípios ORÇAMENTÁRIOS

PRINCÍPIO DA ANUALIDADE OU PERIODICIDADE

- O orçamento deve ser **elaborado e autorizado** para o período de 1 ano.
(= 1 exercício financeiro)
- Para que o **executivo** tenha que pedir permissão periodicamente ao **legislativo**
- O **P.P.A.** não é considerado exceção.
(É um plano estratégico e não operacional)
- São considerados **exceções** os créditos **especiais** e **extraordinários** reabertos no exercício seguinte.

PRINCÍPIO DO ORÇAMENTO BRUTO

- As **receitas** e **despesas** devem constar do orçamento pelos seus **totais**.
→ Sem qualquer dedução
- **Veda** que sejam incluídas em seus **montantes líquidos**.
- Cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra =
Orçamento da { Transfere: **despesa**
entidade que { Recebe: **receita**

PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE

- A lei orçamentária **não** conterá dispositivo estranho à { Previsão de receitas
Fixação de despesas
→ Excetuando-se da proibição:
 - Autorização para **abertura de créditos suplementares**
 - Contratação de **operações de crédito**
(Ainda que por antecipação de receita)
- Para **evitar** que o orçamento seja utilizado para aprovação de **matérias estranhas**.
(aproveitando-se da celeridade de sua tramitação)

PRINCÍPIO DA ESPECIFICAÇÃO OU DISCRIMINAÇÃO

- As **receitas** e **despesas** devem ser discriminadas, demonstrando a Origem e } Aplicação } dos recursos.
- A lei orçamentária **não** consignará **dotações globais** destinadas a atender indiferentemente as despesas de:
 - Pessoal
 - Material
 - Serviços de terceiros
 - Transferências
 - Outras.

PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

- **Exceções** = despesas que se referem a :
 - Programas especiais de trabalho..
(Por sua natureza, não podem cumprir as normas gerais de execução da despesa)
 - Reservas de contingência
(Para enfrentar possíveis perdas advindas de situações emergenciais)

PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO ESTORNO

- O administrador público não pode:
 - Transpor
 - Remanejar
 - Transferir

Recursos sem autorização legislativa
- Exceção:** ato do poder executivo pode, **sem prévia autorização do legislativo,**
 - Transpor
 - Remanejar
 - Transferir

Recursos de uma categoria de programação no âmbito das atividades de Ciência, Tecnologia, Inovação,

com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções

PRINCÍPIO DA QUANTIFICAÇÃO DOS

CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

- São **vedadas**:
 - Concessão de **créditos ilimitados**
 - Utilização
- Dotação** = montante de recursos financeiros do crédito orçamentário.

Cada crédito deve ter e respeitar sua respectiva dotação

PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

CONCEITOS IMPORTANTES:

TRANSPOSIÇÃO



TRANSFERÊNCIA



REMANEJAMENTO



No mesmo órgão e mesmo programa

= Realocações entre as categorias econômicas de despesas

PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

- Visa assegurar que:

Despesas autorizadas → Não superem → Previsão de receitas
- A L.D.O. tratará do **equilíbrio** entre receitas e despesas (Lei de Diretrizes Orçamentárias)
- Contábil e formalmente**, o orçamento estará **sempre equilibrado**.

PRINCIPIOS ORÇAMENTÁRIOS



PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

- Exige a ampla divulgação, inclusive em meio eletrônico de:
 - Instrumentos de (PPA, LDO, LDA) { Planejamento Orçamento
 - Prestação de contas + parecer prévio
 - Relatórios (Relatório resumido de execução orçamentária + relatório de gestão fiscal)
 - Anexos
- A transparência será assegurada mediante:
 - Incentivo à participação popular
 - Acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira.
 - Adoção de sistema integrado de administração financeira e controle

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

- Todos os instrumentos de { Planejamento
Orçamento
Serão **leis**. (Resultado de um processo legislativo completo)

PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

- É **condição de eficácia** do ato sua divulgação em veículos oficiais de comunicação

PRINCÍPIO DA PROGRAMAÇÃO

- O orçamento deve expressar as Realizações e Objetivos de forma programada planejada
- O orçamento deve ter conteúdo e forma de programação
- Vincula normas orçamentárias a:
 - Consecução e finalidade do PPA
 - Programas
 - Nacionais
 - Regionais
 - Setoriais
 de desenvolvimento.

PRINCIPIOS ORÇAMENTÁRIOS

PRINCÍPIO DA UNIFORMIDADE OU CONSISTÊNCIA

- O orçamento deve manter uma mínima padronização/uniformidade na apresentação dos dados
 - Para permitir a comparação entre os orçamentos

PRINCÍPIO DA CLAREZA

- O orçamento deve ser apresentado em linguagem clara e compreensível e expresso de forma
 - Clara
 - Ordenada
 - Completa

PRINCÍPIO DA NÃO-AFETAÇÃO DE RECEITAS

- Nenhuma receita de impostos poderá ser (das demais espécies tributárias, podem) reservada/comprometida para atender a determinados gastos.
- Salvo as ressalvas constitucionais:
 - Repartições constitucionais de impostos
 - Destinação de recursos para:
 - Saúde
 - Desenvolvimento do ensino
 - Administração tributária
 - Prestação de garantias às operações de crédito por A.R.O. (Antecipação de receita orçamentárias)
 - Garantia/contragarantia à União e pagamento de débitos para com esta.

VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS

SÃO VEDADOS:

1. Início de

Programas	não incluídos na L.O.A.
Projetos	
2. Realização de despesas ou

assunção de obrigações	que excedam os
	créditos orçamentários ou adicionais.
3. Realização de **operações de crédito** que excedam o montante das **despesas de capital**. (= Regra de ouro)

↳ **Ressalvadas** as autorizadas mediante créditos suplementares/especiais com finalidade precisa → Aprovados pelo Legislativo por maioria absoluta

4. A **vinculação** da receita de **impostos** a

órgão	
fundo	
despesa	

RESSALVADAS:

- **Repartição** constitucional
- Recursos para

ações e serviços de saúde	
manutenção e desenvolvimento do ensino	
atividades da administração tributária	
- Prestação de **garantias** às operações de crédito por A.R.O. (antecipação de receita orçamentária)
- Prestação de **garantia** e **contragarantia** à União e pagamento de **débitos** para com esta.

5. A abertura de crédito

Especial ou	
Suplementar	<u>sem:</u>

 - Prévia autorização legislativa
 - Indicação dos recursos correspondentes
6. Transpor

Remanejar	
Transferir	

Recursos sem autorização legislativa
7. Concessão ou utilização de **créditos ilimitados**.
↳ Proíbe a consignação de crédito com

Finalidade imprecisa ou	
Dotação ilimitada	
8. Instituição de **fundos** de qualquer natureza sem autorização legislativa
↳ (EC 109/2021)
9. ☀️ **NOVIDADE!** A criação de **fundo público**, quando seus objetivos puderem ser alcançados mediante:
 - **Vinculação** de **receitas**
 - **Execução direta** por programação **orçamentária/financeira** de órgão ou entidade da administração

VEDAÇÕES CONSTITUCIONAIS



SÃO VEDADOS:

9. Utilização, sem autorização legislativa, de recursos do orçamento para **suprir necessidades** ou cobrir déficits de

Fiscal ou	Da seguridade social
Empresas	
Fundações	Fundos
Fundos	
10. A **transferência** voluntária de recursos ou concessão de **empréstimos** (inclusive por A.R.O.) pelos • Governos

Federal e	Estaduais ou
• Suas instituições financeiras	

 para o pagamento de despesas com pessoal

Ativo	Inativo
Inativo	
Pensionista	
11. O uso de recursos das **contribuições sociais** para **despesas distintas** do pagamento de **benefícios do R.G.P.S.**
12. Nenhum investimento cuja **execução ultrapasse um exercício financeiro** poderá ser iniciado sem

Prévia inclusão no P.P.A. ou	Lei que autorize a inclusão
Lei que autorize a inclusão	



NOVIDADE! (EC 128/22)

A lei não imporá nem transferirá qualquer encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público (inclusive despesas de pessoal e seus encargos) para a União, Estados, DF ou Municípios, sem a previsão de:

- **fonte orçamentária e financeira** necessária à realização da despesa ou
- correspondente **transferência de recursos** financeiros necessários ao seu custeio,



Ressalvadas as obrigações:

- assumidas espontaneamente pelos entes federados
- decorrentes da fixação do salário mínimo

ESTADOS DE EXCEÇÃO

= ESTADO DE DEFESA =



FINALIDADE

- Preservar/restabelecer {ordem pública
(loais restritos/determinados) } paz social
 - Ameaçadas por grave e iminente **instabilidade institucional** ou
 - Atingidas por **calamidades** de grandes proporções da natureza



POSSÍVEIS MEDIDAS COERCITIVAS

- Restrição dos direitos de:
 - Sigilo correspondência
 - Reunião
 - Sigilo de comunicação {telegráfica e telefônica}
- Ocupação e uso temporário de bens e **serviços públicos**
(em caso de calamidade)

REQUISITOS FORMAIS

1. Decreto do Presidente da República
 - Submetido ao Congresso Nacional em até **24hs** para **aprovação**
 - Se não for aprovado, cessa imediatamente!
2. Ouvir:
 - Conselho da república
 - Conselho da defesa nacional } Não vinculam!
(opinativos)
3. Duração ≤ **30 dias** + Prorrogação por igual período

PRISÃO POR CRIME CONTRA O ESTADO

- Pode ser determinada pelo **executor** da medida
(não precisa ser por autoridade judicial)
 - Deve comunicar imediatamente ao juiz competente
(pode relaxar a prisão)
- Não pode ser superior a **10 dias**
- É vedada a incomunicabilidade do preso

ESTADOS DE exceção = ESTADO DE SÍTIO =



ASPECTOS GERAIS

- É a medida mais **gravosa**
- As **imunidades** de {Senadores e Deputados federais subsistem!
 - ☞ Salvo voto de **2/3** dos membros da respectiva casa para atos praticados **fora** do Congresso Nacional e incompatíveis com a medida

REQUISITOS FORMAIS

1. **Autorização** (prévia) do Congresso Nacional
2. Ouvir:
 - Conselho da república
 - Conselho da defesa nacional

} Não vinculam!
(se não autorizar, não pode!)
3. **Decreto** do Presidente da República

ESTADO DE SÍTIO SIMPLES

HIPÓTESES

- **Comoção grave** de repercussão nacional
- **Ineficácia** das medidas do **estado defesa**
↳ duração ≤ **30 dias** + prorrogação por igual período (quantas forem necessárias)

POSSÍVEL MEDIDAS COERCITIVAS

- Obrigação de permanecer em um local
- Detenção em edifícios
- Restrições relativas à:
 - Inviolabilidade de correspondência
 - Sigilo das comunicação
 - Prestação de informações
 - Liberdade de imprensa, radiodifusão, TV
- Suspensão da liberdade de reunião
- Busca e apreensão em domicílio
- Intervenção nas empresas de serviço público
- Requisição de bens

ESTADOS DE SÍTIO QUALIFICADO

HIPÓTESES

- Declaração de estado de **guerra** ou resposta a agressão armada estrangeira
☞ pode durar enquanto durar a guerra/agressão

POSSÍVEIS MEDIDAS COERCITIVAS

- A CF é **omissa!**
 - Doutrina: **qualquer garantia** pode ser suspensa
- Desde que {
- Respeite os princípios da {Necessidade, Temporariedade}
 - Haja autorização do Congresso Nacional
 - O decreto indique as garantias suspensas

ASPECTOS GERAIS

- É dever do Estado e
+ direito e responsabilidade de todos

POLÍCIA ADMINISTRATIVA

- Preventiva/ostensiva
- Visa **evitar** a ocorrência do crime
- Ex.: polícia militar estadual

POLÍCIA JUDICIÁRIA

- Repressiva/de investigação
- Atua após a ocorrência do crime
- Ex.: polícia federal

segurança pública

PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE FEDERATIVA

- A **União** pode firmar **convênios** com **estados ou DF** para executar atividades e serviços imprescindíveis à preservação:
 - Da ordem pública
 - Da incolumidade das pessoas e do patrimônio
- **Decreto 5.289/04:** disciplina as normas gerais para cooperação dos entes em ações de segurança pública

FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

- Pode ser empregada em **todo o território nacional**
A pedido expresso de { Governador ou Ministro de estado}
- Atuação **episódica** e planejada

ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

- **Polícia federal**
 - Polícia judiciária da União (com exclusividade)
 - Previne e reprime:
 - Tráfico ilícito de entorpecentes
 - Descaminho
 - Contrabando
 - Apura:
 - Infrações penais contra ordem {
 - Política Social
 - + relacionadas à União
 - Infrações com repercussão {
 - Interestadual
 - Internacional
 - **Polícia rodoviária federal**
 - **Polícia ferroviária federal**
- Patrulhamento ostensivo

- **Polícia dos estados:**
 - **Polícias civis (judiciária)**
 - **Polícias militares (administrativas)**
 - **Corpos de bombeiros militares**
- **Polícias do DF**
Organizadas e mantidas pela União (conforme leis federais)
- **Segurança viária** compreende:
 - Educação
 - Engenharia } no trânsito
 - Fiscalização }

Guardas municipais não são responsáveis pela segurança pública, mas pela proteção de bens, serviços e instalações do município
+ poder de polícia de trânsito

⚠ ATENÇÃO!

Preenchimento:
• Por concurso
+ transformação dos cargos de AGEPEN

POÚCIAS PENais

- Vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa
- Segurança dos estabelecimentos penais

(NOVIDADE!
EC 104/19)

CONCEITOS



- Art. 3º, CTN:

"Tributo é toda **prestação pecuniária compulsória**, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que **não constitua sanção** de ato ilícito, **instituída em lei** e cobrada mediante **atividade administrativa** plenamente **vinculada**"

Cai muito em prova!
Vamos destrinchar!

TRIBUTOS

=CONCEITO=

PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA

- Seu pagamento deve ser **em dinheiro**
"em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir"
- **Vedado** o pagamento em bens/serviços

LC 104/01:

Permitiu sua quitação por dação em pagamento em **bens imóveis**, na forma e condições da lei.

PRESTAÇÃO COMPULSÓRIA

- Seu **pagamento** não é facultativo, mas **obrigatório**.
- É uma **receita derivada**.

PRESTAÇÃO INSTITUÍDA EM LEI

- Instituição de tributos:

- Só por
 - Lei ordinária
 - Lei complementar
 - Medida provisória.

Não há exceção

- Alteração de alíquotas:

- Por
 - Lei ordinária
 - Lei complementar
 - Medida provisória.

Há exceções!

NÃO CONSTITUI SANÇÃO DE ATO ILÍCITO

- São cobrados em decorrência de um **fato gerador** (FG).
- Diferente de **multas** → têm caráter sancionatório

PRESTAÇÃO COBRADA MEDIANTE ATIVIDADE

ADMINISTRATIVA PLENAMENTE VINCULADA

- O servidor encarregado **deve** cobrá-lo!
havendo os requisitos previstos em lei.

NATUREZA JURÍDICA DOS TRIBUTOS

- Determinada pelo **fato gerador** (FG)
 - São **irrelevantes**: (CTN)
 - Denominação.
 - Características formais adotadas pela lei.
 - Destinação legal do produto da sua arrecadação.

(Parcialmente não recepcionado pela CF/88)
 - Os tributos são
 - Impostos
 - Taxas
 - Contribuições de melhoria
- Corrente **tripartida** (CTN)
- Corrente **pentapartida** (CF/88) :
 - Impostos
 - Taxas
 - Contribuições de melhoria
 - Empréstimos compulsórios
 - Contribuições especiais
- DECORE!**

São **tributos finalísticos** → a **destinação** do produto de sua arrecadação é um **critério relevante** para diferenciá-los dos demais

IMPOSTOS

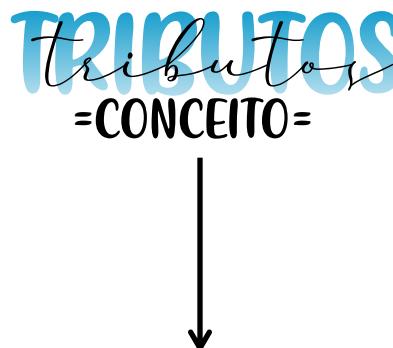
- FG **independe** de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte.
- Sua **receita** também não está vinculada
- A **CF/88** definiu os impostos que podem ser criados por cada ente da federação
- + competência **residual** (união) → para criar outros impostos não previstos (respeitados requisitos)

TAXAS

- Seu FG é uma atividade que o poder público realiza para o contribuinte (= **fato do Estado**)
= tributo contraprestacional
- Podem ser instituídos por **qualquer ente federado** → a depender de suas competências constitucionais. (= competência comum)
- TIPOS DE FG :**
 - Nos limites da lei e, se discriminatória, sem abuso/desvio de poder
 - Exercício **regular** do **poder de polícia**
 - Utilização**, efetiva ou potencial, de **serviço** específico e divisível (*uti singuli*)

JURISPRUDÊNCIA IMPORTANTE:

- Súmula vinculante nº 41:**
"o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa".
- Não podem** ser remunerados mediante **taxa**:
 - Segurança pública
 - Limpeza pública
 - Emissão/remessa de guias de tributos



Lei complementar deve definir:

- Fatos geradores
- Bases de cálculo
- Contribuintes

IMPOSTOS PREVISTOS NA CF/88

- | | | | | | |
|-----------------|----|-----|--------------------|------|------|
| • União: | II | IPI | IGF | IPVA | ITBI |
| | IE | IOF | IEG | ITCD | ISS |
| | IR | ITR | Impostos residuais | ICMS | IPTU |

CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

- Podem ser instituídas por **qualquer ente federado** (= competência comum).
 - ↳ Mero recapeamento de via já asfaltada não justifica a cobrança do tributo.  **PEGADINHA!**
- Para fazer face ao **custo de obras públicas** de que decorram **valorização imobiliária** (tributo vinculado)
 - É indispensável !**

EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS

- É uma **espécie autônoma** de tributo.
- Previstos na CF/88
- Devem ser instituídos por **lei complementar** (não pode por medida provisória)
- Competência **exclusiva** da **União**.
- É um empréstimo → deve ser devolvido!

HIPÓTESES

(= situações autorizadoras)

- Atender **despesas extraordinárias**
 - Decorrentes de:
 1. Calamidade pública
 2. Guerra externa ou sua iminência

(**exceção** aos princípios da anterioridade e a noventena)
- **Investimento** público:
 1. De caráter **urgente** e
 2. De relevante **interesse nacional**

(**respeitada** a anterioridade e a noventena)

TRIBUTOS = ESPÉCIES =

CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS

- **Espécie autônoma** de tributo.
- Tributo de **arrecadação vinculada**.  **IMPORTANTE!**
 - ↳ Se a finalidade da contribuição for alterada, altera-se a própria exigência.

COMPETÊNCIA

- Contribuições sociais *
- Contribuições de intervenção no domínio
- Contribuições corporativas (CIDE)
- Competência da **União**
- * **Exceção:** contribuição dos servidores ao respectivo **RPPS** → pode ser instituída pelo respectivo ente federado
 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública (**COSIP**)
 - ↳ competência dos **municípios + DF**

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

1. **DE SEGURIDADE SOCIAL**
(= saúde + assistência social + previdência social)
2. **OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**
 - Podem ser criadas pela **União** (contribuições residuais)
 - Devem obedecer:  **CAI MUITO!**
 1. Instituição por **lei complementar**
 2. Não cumulatividade
 3. B.C e F.G **diferentes** daqueles das contribuições já existentes.
3. **GERAIS**
 - Para custeio de atividades do poder público na área **social** (mas não na seguridade social)
 - Ex.: salário – educação contribuições ao **sistema "s"**

CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO (CIDE)

- Competência da União
- Tributo **extrafiscal** que visa intervir na economia
- De **arrecadação vinculada** → direciona os recursos arrecadados a um setor específico
(Ex.: fomentar um setor específico da economia)

CIDE COMBUSTÍVEIS

- CIDE prevista na CF/88
- Incide sobre **importação/comercialização** de:
 1. Petróleo e seus derivados
 2. Gás natural e seus derivados
 3. Álcool combustível
- **Requisitos:**
 - Alíquota poderá ser:
 1. Diferenciada por **{ uso produto** (Aumentadas não)
 2. **Reduzidas e restabelecidas** por ato do poder executivo

CONTRIBUIÇÕES CORPORATIVAS

1. Contribuições para o custeio dos conselhos de fiscalização e regulamentação de categorias profissionais.
Ex.: CREA, CRC, CRO... (são **autarquias**)
2. Contribuição sindical (hoje não possui natureza tributária!)
 - Sua **arrecadação** é **vinculada** à respectiva entidade **sindical**.
 - **Era compulsória** antes da reforma trabalhista de 2017 (natureza tributária)

CONTRIBUIÇÕES PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO

DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COSIP)

- Competência dos **municípios** e DF
- Criada pela **EC 39/2002**
- Tributo de **arrecadação vinculada** → para custeio de iluminação pública do município
- É **facultativo** sua **cobrança na fatura** de entrega elétrica.
(STF: isso não ofende o princípio da isonomia nem da capacidade contributiva)

STF: "É um tributo *sui generis*"
Não se amolda às outras espécies

SÚMULA VINCULANTE N° 41:

"O serviço de iluminação pública **não** pode ser custeado mediante **taxa**"

 CAI MUITO!

TRIBUTOS
= CONTRIBUIÇÕES =
ESPECIAIS

competência tributária

ASPECTOS GERAIS

- competência para **criar** ou **instituir** tributos.
- Pressupõe a **competência legislativa** para instituir o tributo (Plena)
- Só os **entes federados** têm.

A destinação dos recursos arrecadados a outro ente **não altera** a titularidade da competência tributária

(continua sendo daquele a que foi atribuída)  PEGADINHA!



- Competência tributária ≠ competência para **legislar** sobre **direito tributário**
- A CF/88 **não** cria → só estabelece a competência tributária dos entes

= competência concorrente

COMPETÊNCIA PRIVATIVA

- Tributos instituíveis por um **único ente**.
- Exemplos:

UNIÃO	<ul style="list-style-type: none"> • II • IE • IPI • IOF • ITR • IR • IGF • Empréstimos compulsórios • Contribuições especiais *
ESTADOS E DF	<ul style="list-style-type: none"> • ICMS • ITCD • IPVA
MUNICÍPIOS E DF	<ul style="list-style-type: none"> • ITBI • ISS • IPTU • COSIP

* Contribuições especiais para custeio do **RPPS** são de competência **privativa** do respectivo **ente**

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

= CLASSIFICAÇÃO =



COMPETÊNCIA RESIDUAL

- Criação de novos tributos (Não previstos na CF/88), pelo legislador ordinário.
- Exclusiva da União
- Apenas para impostos e contribuições para a segurança social.

REQUISITOS

IMPOSTOS	CONTRIBUIÇÕES PARA SEGURIDADE SOCIAL
Fato gerador ou base de cálculo diversos dos impostos já existentes.	Fato gerador ou base de cálculo diversos das contribuições já existentes.
instituição por lei complementar	
	não cumulativos



COMPETÊNCIA CUMULATIVA

- União, em territórios federais:
 - Não divididos → Acumula competências de estados e municípios
 - Divididos em municípios → Acumula competências de estados
- Distrito Federal: Acumula competências de estados e municípios

COMPETÊNCIA COMUM

- Dos tributos vinculados:
Taxas e contribuições de melhoria
- Todos os entes podem instituí-los (respeitadas suas atribuições)

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

CLASSIFICAÇÃO (continuação)

COMPETÊNCIA EXTRAORDINÁRIA

- = Competência exclusiva da União de instituir o IEG (Imposto extraordinário de guerra)
- Pode ser instituído por
 - Lei ordinária ou
 - Medida provisória

HIPÓTESE AUTORIZADORA

Guerra **externa** ou sua iminência (interna, não!)



Isso não é fato gerador !

IMPOSTO EXTRAORDINÁRIO DE GUERRA

- É **temporário**: deve ser suprimido em até 5 anos após a celebração da paz (pode ser gradativamente)
- Seu **fato gerador** pode ser escolhido pelo legislador (compreendido ou não na competência da União)

IEG compreendido na competência da união

→ Bis in idem

IEG não compreendido na competência da União

→ Bitributação

BIS IN IDEM

- Mais de uma incidência** sobre o **mesmo fato gerador** de tributos de competência do **mesmo ente**.
- Não** há vedação expressa ao *bis in idem* na CF/88. (salvo no caso da competência residual)

Ex.: IRPJ + CSLL (Sobre o lucro das empresas)

BITRIBUTAÇÃO

- Mais de uma incidência** sobre o **mesmo fato gerador** de tributos de competência de **entes distintos**.
em regra, há invasão de competência tributária.

Ex.: dois municípios cobram IPTU sobre o mesmo imóvel

- Há também bitributação **internacional**. (os países celebram tratados para evitar dupla tributação)

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

- Exige que uma **lei** seja editada para :
 - Instituir tributos → **sem exceção!**
 - Aumentá-los → há exceções!
- Também aplica-se a **extinção de tributos** → **redução**
 - Definir o **fato gerador** da obrigação tributária **principal**.
 - Fixação de **alíquota**
base de cálculo
 - Cominação de **penalidades** (multas)
- O **chefe do executivo** pode editar:
 - Lei delegada
 - Medida provisória
 } sobre matéria tributária

EXCEÇÕES AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE



CAI MUITO!

- Alterações de **alíquotas** (dentro do)
limits legais)
 - Imposto de importação (II)
 - Imposto de exportação (IE)
 - Imposto sobre produtos industrializados (IPI)
 - Imposto sobre operações financeiras (IOF)
- poderá ser feito por **atos infralegais**.
- Redução e reestabelecimento** de alíquotas da **CIDE-combustíveis**.
- Fixação** de alíquotas do **ICMS-combustíveis**
(= ICMS Monofásico)
mediante **deliberação** dos estados e DF
(= convênio do CONFAZ)

PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS

Tributos a serem instituídos por
LEI COMPLEMENTAR:

- Imposto sobre grandes fortunas (IGF)
- Empréstimos compulsório
- Impostos residuais
- Contribuições residuais

Também **não** é necessária a edição de lei para :

- Atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.
- Fixação do prazo de pagamento.
- Para **taxas** → a lei deve definir um **limite máximo**, mas a administração estipula seu valor com base no **custo da atividade** estatal.

PRINCÍPIO DA ISONOMIA

- É **vedada** a:
 - Instituição de **tratamento desigual** entre contribuintes que se encontrem em **situação equivalente**.
 - Distinção em razão de **ocupação profissional** ou função exercida
- Deve ser **observado** no momento da **{elaboração da lei}** e **aplicação**

PRINCÍPIO DA LIBERDADE DE TRÁFEGO

- É **vedado** aos entes federados estabelecer limitações ao tráfego de **{pessoas ou bens}** por meio de tributos **{interestaduais ou intermunicipais}**

Ressalvada a cobrança de **pedágio** pela utilização de vias conservadas pelo poder público

PRINCIPIOS TRIBUTARIOS = ISONOMIA =

PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA

- Acepções de **equidade**:
- Equidade vertical → contribuintes com capacidades contributivas diferentes devem contribuir de forma desigual.
- Equidade horizontal → contribuintes com capacidades contributivas iguais devem contribuir de forma também igual.

" Sempre que possível, os impostos:  DECORE!"

- Terão caráter pessoal e
- Serão graduados segundo a capacidade contributiva do contribuinte".

Extensível a outras espécies tributárias

PRINCÍPIO DO NÃO CONFISCO

- Para evitar a tributação com **efeito confiscatório** (que se assemelha a uma punição)
- Trata-se de um **conceito indeterminado**:
 - Uso dos princípios da **razoabilidade** e **proporcionalidade**
 - Deve-se analisar a **totalidade** de tributos a que o contribuinte está submetido dentro de um período, em relação à mesma pessoa política
- Cabe sua **análise** em sede de controle normativo **abstrato**.

PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS

= ANTERIORIDADE =

PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE

- É vedado cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido **publicada a lei** que os instituiu ou aumentou (Redução ou extinção de tributo, não!) Para proteger os contribuintes de surpresas
- Refere-se à **eficácia da lei** (Independentemente da data de entrada em vigor)
- Atualização do valor monetário da base de cálculo **não** constitui **majoração** do tributo → não se submete ao Princípio da Anterioridade
- STF:** a **majoração indireta** de tributo, via redução de benefício fiscal, atrai o Princípio da Anterioridade. → para o CTN: redução/extinção de isenções de impostos sobre o patrimônio e renda só entram em vigor no 1º dia do exercício seguinte.

SÚMULA VINCULANTE 50: norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao Princípio da Anterioridade.

EXCEÇÕES AO PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE (Anual)

- II • IPI • IOF } → Tributos extrafiscais
- IE • Imposto extraordinário de guerra • Empréstimos compulsórios (guerra ou calamidade) } → Situações que demandam urgência
- ICMS-Combustíveis • CIDE-Combustíveis } → Para redução e reestabelecimento
- Contribuições para seguridade social → Regra do art.195 §6º

PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS

= ANTERIORIDADE =

ANTERIORIDADE NONAGESIMAL (NOVENTENA)

- A cobrança de tributos deve ocorrer apenas após **90 dias** após a **publicação** de uma lei que **institua ou majore** tributos.
- Em regra, é aplicada **em conjunto** com o princípio da anterioridade anual. **prevalece aquele com o prazo mais longo**
- STF:** a **prorrogação** de alíquota já aplicada anteriormente **não** está sujeita ao prazo nonagesimal.

EXCEÇÕES AO PRINCÍPIO DA NOVENTENA

- II
 - IE
 - IOF
 - Imposto extraordinário de guerra
 - Empréstimos compulsórios (Guerra ou calamidade)
 - Imposto de renda
 - Base de cálculo do **(Alíquotas não!)** **{ IPTU
IPVA}**
- Tributos extrafiscais (IPI **não** é exceção!)
- Situações que demandam urgência

MEDIDAS PROVISÓRIAS

- MP que **institua ou majore** **impostos** só produzirá efeitos no **exercício seguinte** se houver sido **convertida em lei** até o último dia daquele em que foi editada
 - Exceções: • II : IE • IEG
• IPI • IOF
 - Se houver **alterações substanciais** na MP, **reinicia-se** a contagem dos prazos da anterioridade a partir da publicação da lei de conversão
- Demais espécies não! **PEGADINHA!**

PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS



PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE

- É **vedado** cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos **antes** do início da **vigência** da lei que os houver **(não é publicação!)** para garantir a segurança jurídica.
- **Não** há **exceções** ao princípio da irretroatividade!
(mas o CTN prevê situações em que a lei retroage)

JURISPRUDÊNCIAS IMPORTANTES

CSLL :

- O **STF** tem como referência, para a análise da irretroatividade, o **aspecto temporal** da hipótese de incidência.
(= quando considera-se ocorrido o fato gerador)

Retroatividade imprópria = quando uma lei tem aplicação a fatos que se iniciaram no passado, mas que **ainda não foram concluídos**.
(desconsidera-se o aspecto material) **ATENÇÃO!**



PRINCÍPIO DA NÃO DISCRIMINAÇÃO

BASEADA EM PROCEDÊNCIA/DESTINO

- Aplica-se a **Estados, DF e Municípios**
- Os entes federados devem tratar igualmente o produto **nacional** e o **importado**.
(tanto na entrada do exterior, como na circulação interna entre estados e municípios.)
- À **União** é **permitido** criar distinções entre as regiões do país → incentivos fiscais para promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico

PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS = APlicáveis à União =

PRINCÍPIO DA UNIFORMIDADE GEOGRÁFICA

- É **vedado à União** instituir tributo que:
 DECORE!
 - Não seja uniforme em todo o território nacional
 - Venha implicar em distinção em relação a outro ente federativo
(em detrimento dos demais)
- É **permitida** a concessão de incentivos fiscais para promover o desenvolvimento socioeconômico de determinadas regiões do país.

PRINCÍPIO DA UNIFORMIDADE DA TRIBUTAÇÃO DA RENDA

- Servidores de  Estados/DF **não** podem ser tributados em **alíquota superior** à que foi fixada para aquelas da **união**

PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO ÀS ISENÇÕES HETERÔNOMAS

- É vedado que um ente **conceda isenção** sobre tributos instituídos **por outros**.
(Ex.: a união não pode instituir isenções de tributos estaduais/municipais)
- **Exceções :** lei complementar federal pode excluir da incidência do **ICMS** (estadual) e do **ISS** (municipal) as exportações.



IMPORTANTE!

Chefe de estado

O presidente da república, ao celebrar um **tratado internacional**, age em nome da **República Federativa do Brasil**
(Não da União)



pode conceder a isenção de impostos 
Estaduais
Municipais

IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

ASPECTOS GERAIS

- A CF/88 confere aos entes o poder para **instituírem tributos** por meio de **lei**.
(= competência tributária)
a CF/88 não institui tributos!
- A **imunidade tributária** é uma “incompetência tributária”.

A imunidade **não exime** o contribuinte do cumprimento de **obrigações acessórias** instituídas pela legislação tributária.



IMUNIDADE RECÍPROCA

- É vedado a **União, Estados, DF, Municípios** instituir **impostos** (**não** abrange as outras espécies)
- sobre **renda, serviços, patrimônio** uns dos outros quando na qualidade de **contribuinte de direito**
- Visa proteger a autonomia financeira dos entes e o pacto federativo
- É uma **cláusula pétrea**.

STF

- É **ilegítima** a incidência de
 - IOF** → aplicações financeiras dos entes
 - IR** → sobre a renda resultante

IMUNIDADE RELIGIOSA

- Visa proteger a liberdade de culto
- É uma **cláusula pétrea**.
- É **incondicionada**
- Alcançada **todas as religiões** (o Brasil é um estado laico)
- Alcança somente os **impostos**.
(STF: não se estende às contribuições sociais)
- Protege os “**templos**”
 - + **Renda, Serviços, Patrimônio** vinculados a suas **atividades essenciais**

Para o **STF**, basta que os **recursos gerados** estejam sendo **vertidos** às **atividades essenciais**
- **Abrange** :
 - Seus imóveis, ainda que alugados a terceiros.
 - Seus cemitérios que são extensões da entidade religiosa

STF: A **maçonaria** **não** é alcançada pela imunidade religiosa (não se professa qualquer religião)

NOVIDADE! (EC.116/22)

O **IPTU** **não incide sobre templos de qualquer culto**, ainda que as **entidades religiosas** imunes sejam apenas locatárias do bem imóvel.

IMUNIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS,

ENTIDADES SINDICAIS DOS TRABALHADORES

INTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

- É vedado a

União	instituir impostos
Estados, DF	(Não abrange as outras espécies)
Municípios	

- sobre

Partidos políticos e suas fundações
Entidades sindicais dos trabalhadores,
Instituições de educação e assistência social *
(sem fins lucrativos)

atendidos os requisitos da lei
= Lei complementar (CTN)

* Os sindicatos de não são imunes!

empregadores
setores/categorias econômicas

- Só se aplica a

renda	vinculados
serviços	patrimônio

 as suas **atividades essenciais**

IMUNIDADE EM FAVOR DA PRODUÇÃO

MUSICAL BRASILEIRA

- É vedado a

União	instituir impostos
Estados, DF	(Não abrange as outras espécies)
Municípios	

sobre **fonogramas** e **videofonogramas** produzidos no Brasil:

- com obras

musicais ou literomusicais	de autores brasileiros
----------------------------	------------------------

 e/ou
- obras em geral interpretadas por **artistas brasileiros**.

+ Suporte materiais ou

que os contenham	Salvo na etapa de replicação industrial de ópticas de a laser
------------------	--

IMUNIDADE CULTURAL

- É **vedado** a

União	instituir impostos
Estados, DF	(Não abrange as outras espécies)
Municípios	

sobre

Livros	
Jornais	
Periódicos	

 + papel destinado a sua impressão.

- É imunidade **objetiva** → sobre coisas.
não se estende a autores, editoras, jornalistas
- É uma **cláusula pétreia** → visa proteger a liberdade de expressão.

STF:

Abrange :

- Filmes e papéis fotográficos necessários
- Álbuns de figurinha (não importa o valor cultural)
- Livros eletrônicos e os suportes próprios para sua leitura.

Não abrange :

- Serviços de composição gráfica ou de impressão onerosos
- Serviços de distribuição de

Livros
Jornais
periódicos

IMUNIDADE DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS, RELATIVAS

À CONTRIBUIÇÃO PARA SEGURIDADE SOCIAL

- "São **isentas** de contribuições para a seguridade social mas é imunidade! as **entidades benfeitoras de assistência social** que atendam às exigências estabelecidas em **lei**" = literalidade na CF/88

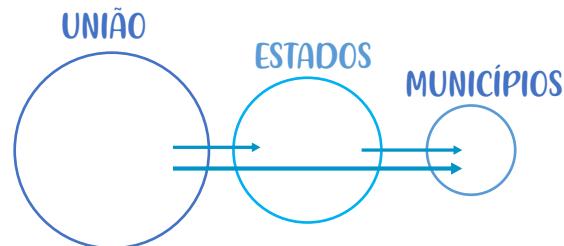
repartição de receitas

IMPOSTOS NÃO SUJEITOS A REPARTIÇÃO

- Todos os impostos **municipais**
(ITBI, IPTU, ISS)
- Todos os impostos de competência do DF
(Não é dividido em municípios)
- ITCD (dos estados)
- II, IE, IGF, IEG (da União)

ASPECTOS GERAIS

- Previsão **constitucional**.
- A repartição das receitas com outro ente **não altera** a titularidade da **competência tributária** (continua sendo daquele a que foi atribuída)
- Pode ser **total** ou **parcial**.
- Sempre de entes **maiores para menores**:



- Visa proteger a **autonomia financeira** dos entes federativos **menores**

TIPOS:

- **Direta**: recursos recebidos do ente diretamente sem a presença de qualquer intermediários.
- **Indireta**: recursos são enviados a fundos especiais e então direcionados aos entes

REPARTIÇÃO DE RECEITAS

UNIÃO	ESTADOS E DF	MUNICÍPIOS
IR RETIDO NA FONTE (pago aos servidores)	100%	100%
IR (Demais hipóteses) + IPI (total distribuído=50%)	21,5% - FPE 3% para regiões	22,5% - FPM + 1% julho (EC 84/2014) + 1% setembro (EC 112/2021) + 1% dezembro (EC 55/2007)
IPI	10% FPEX * (Fundo de compensação de exportações) * Distribuição proporcional ao valor das exportações de produtos industrializados (limitado a 20% por estado)	25% (2,5% do total)
IOF SOBRE O OURO (ativo financeiro/ instrumento cambial)	30%	70%
IMPOSTOS RESIDUAIS	20%	-
ITR cobrado pela união	-	50%
ITR cobrado pelo município	-	100%
CIDE - COMBUSTÍVEIS (único que não é imposto)	29%	25% (7,25% do total)
ICMS		25%
IPVA		50%

- No mínimo 65%: Na proporção do valor adicionado no território do município
 - Até 35%: Conforme dispuser lei estadual. No mínimo 10 pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e aumento da equidade
- NOVIDADE! (Atualizado conforme a EC 108/20)

CONCEITUAÇÃO ||

- Um conjunto integrado de ações:
 - De iniciativa de **poderes públicos** e **sociedade**
 - Para assegurar os direitos relativos à **saúde**, **assistência social** e **previdência social**
- PEGADINHA!** Educação não faz parte da seguridade!

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE ||

- É uma rede **regionalizada** e **hierarquizada**

DIRETRIZES:

- Descentralização (Direção única em cada esfera de governo)
- Atendimento integral (Com prioridade para atividades preventivas)
- Participação da comunidade

COMPETÊNCIAS:

- Controlar e fiscalizar procedimentos/substâncias relacionados à saúde; participar da produção de medicamentos/equipamentos e outros insumos
- Executar vigilância sanitária/epidemiológica/saúde do trabalhador
- Formação do RH na saúde
- Formulação de políticas e execução do saneamento básico
- Incrementar sua área de atuação (desenvolvimento tecnológico e inovação)
- Fiscalizar e inspecionar alimentos
- Participar do controle/fiscalização relacionados a substâncias/produtos psicoativos, tóxicos e radioativos
- Colaborar na proteção do meio ambiente

segurança social

SAÚDE ||

- É **direito de todos** e **dover do Estado**
- Os serviços são **gratuitos** e **independentes de contribuição**
- Será garantida mediante políticas **sociais** e **econômicas** que visem **redução do risco de doenças**, **acesso universal** e **igualitário** às ações e serviços

PODER PÚBLICO

- Regulamentação
- Fiscalização
- Controle

EXECUÇÃO

- Diretamente
- Através de terceiros
- Por PF ou PJ de direito privado

É livre à iniciativa privada

(Podem complementar o SUS via contrato de direito público ou convênio)

Entidades filantrópicas e sem fins lucrativos têm preferência

! IMPORTANTE!

É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos

É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no Brasil, salvo nos casos previstos em lei



Pobres ou ricos, necessitados ou abastados

ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Destinatários: a quem dela necessitar
- Contribuição: independe de contribuições

OBJETIVOS:

1. Proteção à

Família
Maternidade
Infância
Adolescência
Velhice
2. Amparo à crianças e adolescentes carentes
3. Promoção da integração ao mercado de trabalho
4. (Re)habilitação dos portadores de deficiência e sua integração à vida comunitária
5. Garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que não tenham meios de prover a própria manutenção ou por sua família
- Recursos do orçamento da seguridade social de outras fontes

DIRETRIZES:

- Descentralização político-administrativa
- Participação da população

Equilíbrio financeiro:

Equivalência entre receitas auferidas e as obrigações do regime previdenciário

Equilíbrio atuarial:

Equivalência entre o fluxo das receitas estimadas e as obrigações projetadas a valor presente

PREVIDÊNCIA SOCIAL



- Destinatários: aos beneficiários

Segurados
Dependentes
- Previdência: regime geral de **filiação obrigatória** e caráter contributivo



Observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial

- A previdência atenderá:
 1. Cobertura

Incapacidade permanente ou temporária para o trabalho
Idade avançada

(Antes da reforma: • Doença • Invalidez	(Morte Idade avançada)
---	---------------------------
 2. Proteção à maternidade (especialmente à gestante)
 3. Proteção ao trabalhador em situação de **desemprego involuntário**
 4. Salário-família e auxílio reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda
 5. Pensão por morte do segurado ao **cônjuge** ou **companheiro e dependentes**

seguridade social

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES



- Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou rendimento do trabalho do segurado poderá ser inferior ao salário mínimo
- É assegurado o reajuste dos benefícios para preservar-lhes o valor real (conforme critérios em lei)
- Vedados

Requisitos
Critérios

 diferenciados para concessão de aposentadoria

(EC 103/2019) **Ressalvada** a possibilidade (nos termos de lei) de complementar de previsão de **idade** ou **tempo de contribuição** distintos em favor dos segurados:

- Com deficiência
- Cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes (químicos, físicos) prejudiciais à saúde ou biológicos

vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação

UNIFORMIDADE E EQUIVALÊNCIA DOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS ÀS POPULAÇÕES URBANAS E RURAIS

Igualdade quanto aos **eventos** a serem cobertos

Valor pecuniário dos benefícios ou **qualidade** da prestação dos serviços

SELETIVIDADE E DISTRIBUTIVIDADE

Delimitação do **rol de prestações** mantido pela seguridade

Nem todos os segurados têm direito a todas as prestações que o sistema pode oferecer

Há atendimento distintivo e **prioritário** aos mais necessitados

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS = OBJETIVOS =

IRREDUTIBILIDADE NO VALOR DOS BENEFÍCIOS

- Segundo o:

- Regulamento da Previdência Social:
"para manter o **valor real** do benefício"
- STF:**
Veda a redução do **valor nominal** do benefício

Refere-se apenas ao valor dos benefícios, não ao valor dos serviços! 

UNIVERSALIDADE DA COBERTURA E DO ATENDIMENTO

Deve alcançar todos os **riscos sociais** (infortúnios)

Deve alcançar todas as **pessoas** (nacionais ou estrangeiras)



CAI MUITO!
Saúde: universal
Assistência: necessitados
Previdência: beneficiários

EQUIDADE NA PARTICIPAÇÃO E CUSTEIO

Busca observar
 {Justiça e Igualdade}

= tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais
Contribuições de acordo com a capacidade econômica do contribuinte

DIVERSIDADE NA BASE DE FINANCIAMENTO

- Há maior segurança ao sistema → várias fontes
(EC 103/2019) Deve-se identificar em **rúbricas contábeis** especificadas para cada área as receitas/despensas vinculadas a ações de **saúde, previdência e assistência social**
- Contribuições sociais:
 - Empregador ou empresa equiparada
 - Trabalhador e demais segurados
 - Receita de concursos de prognósticos
 - Importador e equiparados
- Lei complementar pode estabelecer outras fontes
A união pode instituir via lei complementar **novas contribuições** para seguridade, desde que
 - Não cumulativas
 - Novo fato gerador
 - Nova base de cálculo

CARÁTER DEMOCRÁTICO E DESCENTRALIZADO DA ADMINISTRAÇÃO

- Gestão quadripartite:  DECORE!

1. Trabalhadores
2. Empregadores
3. Aposentados
4. Governo

Em órgão
colegiados

Assegura a participação
da sociedade na gestão
(não só o poder público)



PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

SOLIDARIEDADE

- Buscar reduzir as desigualdades sociais
alguns podem contribuir mais e outros
menos

 Não faz por si, mas
por toda a sociedade

ANTERIORIDADE NONAGESIMAL

- Visa proteger o contribuinte do fator surpresa
- As novas contribuições sociais só poderão ser exigidas
após **90 dias** da publicação da lei que as houver
instituído ou modificado
-  De forma danosa
ao contribuinte
- Não se aplica a anterioridade anual

meio AMBIENTE

CONCEITO

- Aspectos:
 - Meio ambiente **natural**
 - Seres vivos + solo, água, ar... (seu meio)
 - Meio ambiente **artificial**
 - Espaço urbano construído
 - Meio ambiente **cultural**
 - Patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico...
- É bem de **uso comum do povo**

DIREITO AO MEIO AMBIENTE

- = Direito fundamental de **3ª geração**
- Todos têm direito ao meio ambiente **ecologicamente equilibrado**
- Poder público e coletividade têm o **dever** de
 - defendê-lo
 - preservá-lo

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Quem explorar **recursos minerais** fica obrigado a **recuperar** o meio ambiente degradado
- Condutas/atividades **lesivas** ao meio ambiente:

Sanção penal + Sanção administrativa + Obrigação de reparar o dano

→ Há possibilidade de responsabilização penal da **P.J.**!

- São **patrimônio nacional**: (não são "bens da união")
 - Floresta Amazônica
 - Mata Atlântica
 - Serra do Mar
 - Pantanal Mato-Grossense
 - Zona Costeira

EC 96/2017: não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem **animais**, desde que sejam manifestações culturais registradas (ex. vaquejada)

educação



ASPECTOS GERAIS

- = Direito de todos e dever do estado e da família
- É livre à **iniciativa privada** (cumprimento das normas + autorização e avaliação pelo poder público)
- **Gratuidade** do ensino público (vedada cobrança de taxa de matrícula)
- = Direito público subjetivo
- A **gestão** do ensino público será **democrática**

COMPETÊNCIA

UNIÃO

- Sistema federal de ensino
- Função redistributiva e supletiva
- Assistência técnica e financeira a estados/DF e municípios
- Ensino superior

ESTADOS/DF

- Ensino fundamental + ensino médio

MUNICÍPIOS

- Ensino fundamental + educação infantil

APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATÓRIA DE RECURSOS

União	$\geq 18\%$
Estados/DF	$\geq 25\%$
Municípios	$\geq 25\%$

% da receita resultante de impostos (inclusive transferências)

Prioridade ao atendimento das necessidades do **ensino obrigatório**

Mostra maior preocupação com a educação!

-NOVIDADE! (EC 108/2020)

- Foi acrescentado como **princípio** do ensino:
- "garantia do direito à **educação** e à **aprendizagem** ao **longo da vida**"
- Nova distribuição da **receita do ICMS aos municípios**:
 - Até **35%**: conforme dispuser lei estadual, sendo no mínimo 10 pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Plano nacional de educação:
 - Lei o estabelecerá
 - Articular o sistema nacional
 - Definir diretrizes, objetivos e metas
 - + estratégias de implementação
- **Universidades** têm **autonomia**
 - Didático-científica, Administrativa, De gestão financeira e patrimonial

CULTURA



ASPECTOS GERAIS

- Estado **garantirá** o pleno exercício dos direitos culturais
 - + Pleno acesso às fontes de cultura nacional
- Estado **apoiará** e **incentivará** a valorização e difusão das manifestações culturais

PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

- = Bens de natureza {
 - Material
 - Imaterial
}
 tomados {
 - individualidade ou
 - em conjunto
}
 que referenciem:
 - Identidade
 - Ação
 - Memória
}
 dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira

SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

- Criado por **lei**
- De duração plurianual

PRINCÍPIOS

- Diversidade das expressões
- Universalização do acesso
- Fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento/bens culturais
- Cooperação entre entes federados
 - + agentes públicos e privados
- Transparência e compartimento
- Transversalidade das políticas
- Ampliação progressiva
- Descentralização articulada e pactuada de gestão, recursos e ações

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Os estados/DF podem **vincular** a fundo estadual de fomento à cultura **até 0,5%** de sua receita tributária líquida, vedado utilizá-los para:
 - Pessoal
 - Serviço da dívida
 - Despesa corrente não vinculada diretamente

ASPECTOS GERAIS ||

- = Direito individual
- É **dover** do estado fomentar as práticas desportivas { formais e não formais

PRINCÍPIOS ||

- Autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações
- Destinação de **recursos**:
 - Prioritariamente: desporto educacional
 - Em casos específicos: desporto de alto rendimento
- Tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional
- Proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional

desporto

JUSTIÇA DESPORTIVA ||

- Tem natureza **administrativa** (não integra o judiciário)
Magistrados não podem atuar!
- Tem o prazo máximo de **60 dias**, contados da instauração do processo, para proferir decisão final
- O poder **judiciário** só aceitará ações de matéria desportiva após se **esgotarem** as instâncias da **justiça desportiva**
(aí caberá recurso ao judiciário)

família



ASPECTOS GERAIS

- = Base da sociedade entre pessoas casadas ou com união estável ou monoparental
- Princípio da **reciprocidade** da assistência entre pais e filhos
- A lei estabelecerá:
 - Estatuto da juventude
 - Plano nacional da juventude

ENTENDIMENTOS IMPORTANTES (STF)

- É **inconstitucional** a diferenciação de regimes sucessórios entre **cônjuges** e **companheiros**
- **Não** há prevalência do vínculo parental **biológico** sobre o **afetivo**
- A **união homoafetiva** também está abrangida pelo conceito de família

PROTEÇÃO ESPECIAL A CRIANÇAS, ADOLESCENTES

- Idade mínima para trabalho = **16 anos**
(salvo como aprendiz = 14 anos)
- Direitos previdenciários e trabalhistas
- Acesso do trabalhador jovem e adolescente à escola
- Igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional no caso de ato infracional
- Prevenção e atendimento especializado ao dependente de entorpecentes e drogas

O estado promoverá programas de **assistência integral** à sua saúde mediante políticas específicas (admitida a participação de entidades não governamentais)

PROTEÇÃO AOS IDOSOS

- = Idade \geq 60 anos
- Têm o dever de **amparar** o idoso:
 - Família
 - Sociedade
 - Estado
- **Gratuidade** no transporte coletivo urbano → \geq 65 anos

Preferencialmente
em seus lares

ciência

ASPECTOS GERAIS

- Tratamento **prioritário** à pesquisa científica básica e tecnológica
- Busca da **autonomia tecnológica** do país
- A **pesquisa** científica deve priorizar:
 - Solução dos problemas brasileiros
 - Desenvolvimento do sistema produtivo nacional
- O **mercado interno** integra o patrimônio nacional → regulação em lei ordinária
- **EC 85/2015:** criação do **SNCTI**
(sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação)
 - Será constituído em regime de **colaboração** entre entes (públicos e privados)

NORMAS PROGRAMÁTICAS NA CF/88

- O estado apoiará a formação de **recursos humanos**.
- O estado apoiará **empresas** que invistam, em pesquisa e criação de tecnologia
 - + Formação de seus recursos humanos
 - + Que assegurem ao empregado participação nos ganhos (**desvinculada** do salário)
- Estados/DF podem vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento a educação e pesquisa
- O estado estimulará formação e fortalecimento de **inovação** nas empresas
 - + criação e manutenção de parques e polos tecnológicos



ATENÇÃO! Não há impedimento à participação de empresas ou capitais **estrangeiros** em ciência, pesquisa, tecnologia e inovação no país

COMUNICAÇÃO SOCIAL



ASPECTOS GERAIS

- A CF/88 deu ampla **proteção** a:
 - Manifestação de pensamento
 - Criação • Expressão • Informação
- Liberdade de imprensa
 - É **desnecessário** o diploma de ensino superior para o exercício da profissão de **jornalista** (STF)

PRODUÇÃO/PROGRAMAÇÃO DE EMISSOIRAS

PRINCÍPIOS

- Preferência a **finalidades**:
 - Educativas • Culturais
 - Artísticas • Informativas
- Promoção da cultura nacional/regional
- Regionalização da produção
(percentuais em lei)
- Respeito aos **valores** éticos e sociais da pessoa e da família

CONCESSÃO, PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO

- Compete ao poder **executivo**
 - Só produz efeitos após deliberação do **Congresso Nacional**
- **Prazo** de concessão ou permissão:
 - Rádio: **10** anos } Cancelamento antes do prazo
 - TV: **15** anos } depende de decisão judicial
 - A não renovação depende de $\geq 2/5$ do Congresso Nacional

COMPETÊNCIA

- Compete a **lei federal**:
 - Regular diversões e espetáculos públicos
 - Estabelecer os meios legais para a pessoa e a família se **defenderem** de:
 - Programações que violem os princípios
 - Propagandas de produtos nocivos

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é **privativa** de:
 - Brasileiro nato
 - Brasileiro naturalizado há > 10 anos
 - PJ constituída sob leis brasileiras
 - Se for sociedade: $\geq 70\%$ do capital total e votante deve ser de brasileiro nato ou naturalizado há > 10 anos

índios

ASPECTOS GERAIS

- Têm especial **proteção** da CF/88
(para preservar sua cultura
 - + integrá-los progressiva e harmoniosamente com a sociedade)
- Regulação jurídica pelo **estatuto do índio**
- A **União** tem competência privativa para legislar sobre índios

SÃO RECONHECIDOS AOS ÍNDIOS

- Sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições
- Os direitos originários sobre as **terras** que **tradicionalmente** ocupam
 - (= habitadas em caráter permanente
 - + usadas nas atividades produtivas)
- Os índios têm usufruto exclusivo:
 - Das riquezas do solo (do subsolo, não!)
 - Dos rios
 - Dos lagos

PRINCÍPIO DA IRREMUVIBILIDADE

- É **vedada a remoção** dos grupos indígenas de suas terras, salvo em caso de:
 - Catástrofe
 - Epidemia

} *Ad referendum*
do Congresso Nacional
- No interesse da soberania do país → Após deliberação do Congresso Nacional


Garantindo, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco

INGRESSO EM JUÍZO

- Os índios, suas comunidades e organizações
 - São **partes legítimas** para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses
- O MP intervém em todos os atos do processo
 

ASPECTOS GERAIS

- Fundada em:
 - Valorização do trabalho humano
 - Livre iniciativa
- Para assegurar a todos **existência digna**
(conforme justiça social)

PRINCÍPIOS

- Soberania
- Propriedade privada
- Função social da propriedade
- Livre concorrência
- Defesa do consumidor
- Busca do pleno emprego
- Redução das desigualdades sociais/regionais
- Defesa do meio ambiente
- Tratamento favorecido às empresas de pequeno porte **ATENÇÃO!**

EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS/HIDRÁULICOS

- Jazidas + Demais recursos minerais + Potencias de energia hidráulica
- Pertencem à **União**
 - São propriedade **distinta** da do solo
(para efeito de exploração/aproveitamento)
 - Garantida ao **concessionário** a propriedade do **produto** da lavra

ordem ECONÔMICA

ATUAÇÃO ESTATAL

INTERVENÇÃO DIRETA

- Exploração direta de atividade econômica pelo Estado só:
 - Nos casos previstos na **CF/88**
 - Se necessário aos imperativos da **segurança nacional**
 - Relevante interesse coletivo
- Por meio de
 - Empresas públicas
 - Sociedades de economia mista

INTERVENÇÃO INDIRETA

- Como agente **normativo** e **regulador**
- Funções:
 - Fiscalização
 - Incentivo
 - Planejamento

(**Determinante** para o setor **público**
e **indicativo** para o **privado**)

MEDIANTE MONOPÓLIOS

- !
1. Pesquisa/lavra de petróleo/gás natural
 2. Refinação do petróleo nacional ou estrangeiro
 3. Importação/exportação dos produtos e derivados básicos de 1 e 2
 4. Transporte de petróleo bruto:
 - Marítimo → nacional/produzidos no país
 - Por conduto → qualquer origem
(+ derivados e gás natural)
 5. Pesquisa/lavra/industrialização/comércio... de minérios/minerais **nucleares** e derivados
(salvo radioisótopos que podem ser autorizados por permissão)
- !
- A união pode contratar com empresas
- { Estatais ou Privadas }

Política Urbana

ASPECTOS GERAIS

- Política de desenvolvimento urbano
= pelo poder público **municipal**
conforme diretrizes
de lei federal
(caráter nacional)
- Para ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade + garantir o bem-estar de seus habitantes
- Instrumento básico = **plano diretor**
É obrigatório para cidades com mais de **20.000** habitantes

USUCAPIÃO CONDICIONAL DO IMÓVEL URBANO

- Requisitos:
 - Área ≤ **250 m²**
 - Posse por ≥ **5 anos** para sua **moradia**
 - Não possuir outro imóvel (urbano ou rural)
 - Não seja imóvel público
 - **Não** será concedido ao mesmo possuidor > 1 vez
 - Será conferido ao **homem/mulher** ou **ambos**
- Ou de sua família

DESAPROPRIAÇÃO-SANÇÃO

- Pelo **município**
- Quando a propriedade **não** estiver cumprindo sua **função social**
 - Solo urbano:
 - Não edificado
 - Subutilizado
 - Não utilizado
- Indenização será em **títulos da dívida pública** com emissão aprovada pelo Senado
Resgatáveis em < 10 anos
- Só pode ser realizada **após** o município ter aplicado as seguintes **medidas**
 1. Parcelamento ou edificação compulsórios
 2. IPTU progressivo no tempo

DESAPROPRIAÇÃO CONFISCATÓRIA

- Não há indenização
- Imóvel **urbano** ou **rural**
- Hipóteses:
 - Culturas ilegais de **plantas psicotrópicas**
 - Exploração de **trabalho escravo**
- STF: fica afastada se o proprietário provar que não incorreu em culpa (*nem in vingilando*)

POLÍTICA AGRÍCOLA

- Orientar as atividades agropecuárias com o objetivo de promover
 - Desenvolvimento } da comunidade
 - Bem-estar } rural
- Será planejada e executada na forma da **lei**
 - Com a participação efetiva do **setor de produção** (produtores/trabalhadores rurais
 - + setor de comercialização
 - + armazenamento
 - + transportes)
- Inclui atividades:
 - Agroindustriais
 - Agropecuárias
 - Pesqueiras
 - Florestais

REFORMA AGRÁRIA

- Competência da **União**
- **Desapropriação** por interesse social para fins de reforma agrária:
 - Propriedade **rural** que não esteja cumprindo sua **função social**
 - Mediante prévia e justa **indenização** em **títulos da dívida agrária** com cláusula de preservação do valor real (resgatáveis em ≤ 20 anos)
- **Benefícios** úteis e necessários serão indenizadas em dinheiro

POLÍTICA FUNDIÁRIA

- Determina o destino das terras { **públicas e devolutas**
 - Deve ser **compatível** com a política agrícola e o plano nacional de reforma agrária

Alienação/concessão de **terras públicas** com área > 2500 hectares à PF/PJ depende de prévia aprovação do Congresso Nacional

- A **lei** regulará/limitará a aquisição/arrendamento de **propriedade rural** por PF/PJ **estrangeira**
 - + casos que dependerão do Congresso Nacional

USUCAPIÃO PRO LABORE

- Aquisição, por aquele que não tenha outro imóvel, de terra, em zona **rural**, ≤ 50 hectares, em que esteja produzindo, em virtude de seu trabalho, por **5 anos** sem oposição

política agrícola e fundiária

Federais, estaduais
e municipais

- São **isentas de impostos** as transferências de imóvel desapropriados para reforma agrária
- Cabe a **lei complementar** estabelecer procedimento **contraditório especial** (rito sumário)
- **Não** são passíveis da desapropriação:
 - A propriedade **produtiva**
 - A **pequena e média** propriedade rural (se o proprietário não possuir outra)

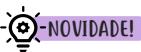
PREVISÕES DA EC 109/21



MEDIDAS

- **Vedação de:**
 1. concessão de **vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração** de membros de Poder/órgão, servidores e empregados públicos e militares; (exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior)
 2. **criação de cargo, emprego ou função ou alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;**
 3. admissão/**contratação de pessoal**, a qualquer título, ressalvadas:
 - a) as **reposições** de cargos de chefia e de direção que **não** acarretem aumento de despesa;
 - b) as **reposições** decorrentes de vacâncias de cargos **efetivos ou vitalícios**
 - c) as **contratações temporárias**; e
 - d) as **reposições de temporários para serviço militar** e de alunos de órgãos de formação de militares;
 4. realização de **concurso público, exceto** para as reposições de vacâncias previstas acima; **inclusive de cunho indenizatório**
 5. **criação/majoração de benefícios de qualquer natureza**, em favor de membros de Poder, do MP, da DP, de servidores e empregados públicos e de militares, ou seus dependentes; (exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior)
 6. **criação de despesa obrigatória;**
 7. medida que implique **reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação;**
 8. criação/expansão de **programas e linhas de financiamento**, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem **ampliação das despesas com subsídios e subvenções**;
 9. concessão/ampliação de **incentivo ou benefício tributário.**

MECANISMO DE AJUSTE FISCAL



- **Condição:**
 A relação entre **despesas correntes e receitas correntes** superar **95%** (no período de 12 (doze) meses).
- **Aplicabilidade:**
 Esferas: Estados, DF e Municípios.
 Poderes/órgãos: Executivo, Legislativo e Judiciário; MP, TCEs e DP
- **Prazo:** enquanto permanecer a situação;
- É um mecanismo **facultativo.** (permite a aplicação das medias listadas ao lado)

Se **despesa corrente > 85% da receita corrente** (mas < 95%), as medidas ao lado podem ser implementadas por atos do **Chefe do Poder Executivo** com **vigência imediata.**

submetido, em regime de urgência, à **apreciação do Legislativo**; facultado aos demais Poderes e órgãos autônomos implementá-las em seus respectivos âmbitos.

PREVISÕES DA EC 109/21

 -NOVIDADE!

ATOS NORMATIVOS (durante calamidade pública de âmbito nacional)

- Proposições legislativas e
- Atos do Poder Executivo } ficam dispensados da observância das limitações legais

quanto à criação/expansão/aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa e à concessão/ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

• Condições:

- a) com propósito exclusivo de enfrentar a calamidade e suas consequências
- b) com vigência e efeitos restritos à sua duração
- c) desde que não impliquem despesa obrigatória de caráter continuado

CONTRATAÇÕES (durante calamidade pública de âmbito nacional)

- **Condição:**
propósito exclusivo de enfrentamento da calamidade pública e de seus efeitos sociais e econômicos (no seu período de duração).
- O Poder Executivo federal poderá adotar processos simplificados de contratação de:
 - Pessoal (em caráter temporário e emergencial);
 - Obras, serviços e compras
- Deve ser assegurada, quando possível, competição e igualdade de condições a todos os concorrentes,
- Sem prejuízo do controle dos órgãos competentes.

- Durante a vigência da calamidade pública de âmbito nacional:

- a) são dispensados os limites, as condições e demais restrições aplicáveis à União para a contratação de operações de crédito, bem como sua verificação; (durante todo o ano em que vigore a calamidade pública)
- b) o superávit financeiro do ano anterior pode ser destinado à cobertura de despesas das medidas de combate à calamidade e ao pagamento da dívida pública.

- Lei complementar pode definir outras suspensões, dispensas e afastamentos aplicáveis